

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO JORNALISMO

Bruna Santos de Almeida Andrade

**O CIDADÃO NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O PROCESSO DE
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA TV BRASIL**

Porto Alegre

2016

Bruna Santos de Almeida Andrade

**O CIDADÃO NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O PROCESSO DE
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA TV BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Weber

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Santos de Almeida Andrade, Bruna

O cidadão no debate público sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff na TV Brasil / Bruna Santos de Almeida Andrade. -- 2016.

147 f.

Orientadora: Maria Helena Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação
Social: Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Televisão Pública. 2. Cidadania. 3. Comunicação
Pública. 4. Direito à Comunicação. 5. Impeachment. I.
Helena Weber, Maria, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado **O CIDADÃO NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA TV BRASIL** de autoria de **Bruna Santos de Almeida Andrade** estudante do curso de **Comunicação Social – Habilitação Jornalismo**, desenvolvido sob minha orientação.

Porto Alegre, 15 de junho de 2016.

MARIA HELENA WEBER,
orientadora

Bruna Santos de Almeida Andrade

**O CIDADÃO NO DEBATE PÚBLICO SOBRE O PROCESSO DE
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA TV BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo.

Aprovado em: 30 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ilza Maria Tourinho Girardi

Dr^ª. Marja Pfeifer Coelho

Orientadora - Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Weber

Às mulheres de luta,
pela ousadia de saírem do lar
em busca de um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Somos trajetória. Somos a constante somatória dos caminhos percorridos e das pessoas que neles encontramos. Este trabalho é, portanto, resultado da trajetória que sou e, ao mesmo tempo, agora parte dessa trajetória. Por isso, devo agradecer àqueles que de alguma forma contribuíram na minha trajetória de formação como profissional e como pessoa. No entanto, existem algumas pessoas sem as quais eu jamais teria chegado aqui. A essas, minha imensa gratidão.

Agradeço, antes de tudo, à minha mãe, Rosa. Essa mulher de garra, que batalhou a sua vida inteira para que eu pudesse sonhar. E eu sonhei. Sonhei estar nesta universidade. Sonho com o dia da formatura. Sonhamos juntas. E, se este sonho está prestes a se realizar, a ela minha eterna gratidão por me permitir sonhar, por sonhar comigo. A ela o meu infinito amor.

Agradeço também aos meus avós, Alvinho e Juraci, pelo apoio em todos os momentos, por serem meu porto seguro, pelo amor incondicional, por deixarem meus dias mais leves em cada sorriso.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Alexandre, por tornar o caminho mais fácil com seu afeto. Pelo apoio nos momentos difíceis e por comemorar comigo cada pequena conquista nessa trajetória. Pela atenção, paciência e por dividir comigo as inquietações surgidas nesta pesquisa.

Agradeço também aos meus sogros, Cristina e Caco, pelo carinho, por me apoiarem sempre que foi preciso e por vibrarem comigo as alegrias do caminho. E à Titi, pela amizade e pelas necessárias risadas que damos juntas.

Agradeço a minha dinda Carla, por estar presente em todos os momentos e por me fazer acreditar em utopias.

Agradeço a minha orientadora, Maria Helena Weber, não apenas por tornar possível este trabalho, mas por ter me aberto as portas da pesquisa ainda no início da graduação, modificando a minha trajetória.

Agradeço também aos pesquisadores do NUCOP pela acolhida e pelos debates que me proporcionaram novos conhecimentos e novas ideias, e aos professores e colegas da Pesquisa sobre a programação da TV BRASIL, pelas discussões que suscitaram as questões que motivaram esta pesquisa.

Agradeço à Marja Pfeifer Coelho e à professora Ilza Maria Tourinho Girardi por aceitarem o convite para a avaliação deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras da radiodifusão pública, sem os quais esta pesquisa não existiria.

*A televisão mostra o que acontece?
Em nossos países, a televisão mostra o
que ela quer que aconteça; e nada
acontece se a televisão não mostrar.
A televisão, essa última luz que te salva
da solidão e da noite, é a realidade.
Porque a vida é um espetáculo: para
os que se comportam bem, o sistema
promete uma boa poltrona.*

Eduardo Galeano

RESUMO

Nesta monografia nos propomos a analisar a participação dos sujeitos da sociedade civil no debate público sobre o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) a partir da inserção desses sujeitos na emissora pública TV Brasil, a partir do seu principal telejornal, o Repórter Brasil Noite. Nesse sentido, este trabalho se articula em torno de três conceitos centrais: cidadania, comunicação pública e televisão pública. A partir da análise de conteúdo de 53 matérias do Repórter Brasil Noite que estão relacionadas ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, consideramos que o telejornalismo da TV Brasil precisa aprofundar o seu trabalho no sentido de que o seu jornalismo desconstrua as assimetrias de poder ao invés de reproduzi-las. As vozes da rede de Comunicação Social (aquela por onde os sujeitos políticos ativos da sociedade civil podem se fazer ouvir e, a partir da sua atuação na esfera pública, constituírem-se como cidadãos) têm uma participação bastante desequilibrada em relação, especialmente, aqueles sujeitos relacionados ao poder político estabelecido. Um segundo ponto que consideramos problemático na amostra analisada diz respeito à diversidade das vozes. A diversidade é reiterada como um valor da televisão pública, especialmente do jornalismo, por diversos autores trabalhados nesta monografia. No entanto, nossa análise revelou que, no que tange à diversidade regional, racial, etária e de gênero, o jornalismo da TV Brasil apresenta deficiências.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tema	66
Gráfico 2 – Vozes	67
Gráfico 3 – Vozes x Tema	67
Gráfico 4 – Tempo de fala	68
Gráfico 5 – Vozes citadas	69
Gráfico 6 – Incidência das redes por dia	70
Gráfico 7 – Local	71
Gráfico 8 – Faixa Etária	72
Gráfico 9 – Cor da Pele	73
Gráfico 10 – Sexo	74
Gráfico 11 – Conotação da fala / Palavra-chave	75
Gráfico 12 – Tempo	76
Gráfico 13 – Rede de Comunicação Social x Data	77
Gráfico 14 – Tipos de Matéria	78
Gráfico 15 – Local	79
Gráfico 16 – Faixa Etária	80
Gráfico 17 – Cor da Pele	81
Gráfico 18 – Sexo	82
Gráfico 19 – Conotação da fala / Palavra-chave	83
Gráfico 20 – Tema	84
Gráfico 21 – Vozes	85
Gráfico 22 – Tempo de fala	85
Gráfico 23 – Vozes citadas	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios e Objetivos da radiodifusão pública	47
Quadro 2 – Composição de amostragem de semanas	60
Quadro 3 – Amostra 11/04/2016 a 21/05/2016	61
Quadro 4 – Amostra 18/04/2016 e 12/05/2016	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CIDADANIA E CIDADANIA COMUNICATIVA	15
2.1. Um conceito histórico	15
2.2. Cidadania comunicativa e direito à comunicação	21
3. COMUNICAÇÃO E TELEVISÃO PÚBLICA	28
3.1. Comunicação Pública	28
3.1.1. Visibilidade	31
3.2. Televisão Pública	33
3.2.1. Histórico da televisão pública no Brasil	37
3.3. Empresa Brasil de Comunicação	41
3.3.1. TV Brasil	43
3.4. Jornalismo e cidadania na televisão pública	44
3.4.1. Cidadania e jornalismo na TV Brasil	49
4. O ACONTECIMENTO PÚBLICO	51
4.1. Entre o acontecimento e o espetáculo político-midiático, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff	53
5. IMPEACHMENT E CIDADANIA NO REPÓRTER BRASIL NOITE	58
5.1. Objeto de Pesquisa: o Repórter Brasil Noite	58
5.2. Procedimentos metodológicos	59
5.2.1. Corpus da Pesquisa	60
5.2.2. Classificação das informações	63
5.3. Rede de Comunicação Social e cidadania no debate sobre o impeachment	65
5.3.1. Temas	66
5.3.2. Vozes	67
5.3.3. Características das vozes	71
5.3.4. Conteúdo da fala	75
5.3.5. Rede de Comunicação Social	76
5.3.6. Os dias da política institucional	83
5.3.7. Considerações gerais	87
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	94

1. INTRODUÇÃO

Nesta monografia nos propomos a analisar a participação dos sujeitos da sociedade civil no debate público sobre o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) a partir da inserção desses sujeitos na emissora pública *TV Brasil* em seu principal telejornal, o Repórter Brasil Noite. Nesse sentido, este trabalho se articula em torno de três conceitos centrais: *cidadania*, *comunicação pública* e *televisão pública*.

A cidadania, desde as suas primeiras práticas na Grécia Antiga, está intimamente relacionada à fala pública dos sujeitos. Naquela época, quem não participasse dos debates com opiniões e propondo soluções para os problemas públicos não era considerado cidadão. Séculos mais tarde, Marshall (1967) propõe uma concepção de cidadania menos ativa, entendendo essa ideia como a titularidade de direitos políticos, civis e sociais concedidos pelo Estado. No entanto, autores como Mata (2006) e Dagnino (1994; 2004) assumem a posição de que a cidadania ainda nos dias atuais não é a simples titularidade de direitos, mas o exercício de demandas na esfera pública com práticas comunicacionais onde os sujeitos se reconhecem como cidadãos.

É a partir desse entendimento da vinculação da cidadania a práticas comunicativas que o conceito de comunicação pública emerge como eixo fundamental deste trabalho. Como comunicação pública, entendemos que seja aquela prática comunicativa que tem por assuntos os temas de interesse público (WEBER, 2007), e que se dá no interior da sociedade civil e/ou entre a sociedade civil e o Estado. A prática da comunicação pública gera o encontro de diferentes opiniões na esfera pública a fim de produzir consensos, ou seja, gera o debate público. No entanto, como Weber (2006; 2007; 2009), entendemos que atualmente são os meios de comunicação de massa os espaços privilegiados de visibilidade dessas opiniões capazes de gerar o debate.

Nesse sentido, considerando que os meios de comunicação de massa, quando vinculados a interesses comerciais, podem gerar distorções no debate público, na medida em que tornam visíveis algumas opiniões e atores e enquanto geram opacidade sobre outras opiniões e atores, é que trabalhamos com a ideia de televisão pública como aquela capaz de manter as potencialidades democráticas da esfera pública midiaticizada, mantendo-a distante dos interesses tanto de governos, quanto do mercado. E são esses meios de comunicação que devem garantir a participação dos sujeitos nos debates que

se dão na esfera pública midiaticizada, a fim de proporcionar que eles possam exercer a cidadania através das práticas comunicativas que a instituem.

Assim, importa-nos saber neste estudo se os sujeitos políticos ativos da sociedade civil têm voz no telejornal dessa emissora pública; qual o seu *status* no debate público com relação aos atores do Estado, do mercado, etc., ou seja, saber se eles têm espaço semelhante ao dos outros atores. E se os sujeitos da sociedade civil realmente participam, interessa saber quem são esses sujeitos, e se eles refletem a diversidade social. Essas perguntas surgiram a partir da *Pesquisa sobre a programação da TV BRASIL/EBC*¹, onde percebemos a presença de muitas vozes da sociedade civil, mas essas participações deixavam a impressão de que não incluíam realmente esses sujeitos no debate público. Dessa forma, a partir de algumas das perguntas que não pudemos responder naquela pesquisa, esta monografia nasce trazendo os seguintes objetivos:

- Objetivo Geral:
 - Identificar como se efetiva a participação dos cidadãos no telejornalismo da *TV Brasil* e quem é o cidadão que participa do debate público sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff através do Repórter Brasil Noite.
- Objetivos Específicos:
 - Refletir sobre o conceito de *cidadania e comunicação pública*;
 - Compreender como se dá participação do cidadão no Repórter Brasil Noite, em relação aos atores do Estado, mercado, e outras instituições presentes na sociedade.

Em um país como o Brasil, onde os meios de comunicação de massa são majoritariamente privados e com finalidades comerciais, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, foi um grande marco na história da radiodifusão no país. Desde então, vem aprofundando-se o debate em torno dos conceitos de *radiodifusão pública e televisão pública* e seus princípios e objetivos. Nesse sentido, é importante conhecermos de que formas e até que ponto a EBC vem conseguindo cumprir com o seu papel de empresa pública de comunicação. Entretanto, por se tratar de um marco recente na história da mídia no Brasil, a radiodifusão pública no país ainda deve suscitar muitos debates e estudos em torno do tema. Entre os aspectos a serem compreendidos, a forma como o cidadão se insere nesse sistema é um dos mais

¹ Ver item 3.4.1. Cidadania e jornalismo na TV Brasil

importantes, já que, em última instância, é a ele – o cidadão – que esse sistema público de comunicação responde. Assim, um estudo sobre a sua inserção no telejornalismo da *TV Brasil* pode nos ajudar a compreender, em parte, como a EBC consegue, ou não, suprir as lacunas de participação cidadã deixadas pela radiodifusão comercial na sua programação.

Esta monografia está estruturada em seis capítulos. Após esta breve introdução, no Capítulo 2, trazemos a discussão conceitual sobre cidadania e a perspectiva de cidadania ampliada, além da discussão sobre o direito à comunicação e a respeito da noção de cidadania comunicativa. No Capítulo 3, abordamos os conceitos de comunicação pública, visibilidade e televisão pública, e trazemos apontamentos sobre jornalismo e cidadania nas emissoras públicas. No Capítulo 4, trazemos reflexões sobre o acontecimento em que se configurou o processo de impeachment. No Capítulo 5, fazemos a discussão sobre a metodologia utilizada nesta investigação e a análise sobre o Repórter Brasil Noite. Por fim, no Capítulo 6, fazemos alguns apontamentos finais sobre os resultados desta monografia.

2. CIDADANIA E CIDADANIA COMUNICATIVA

Um dos conceitos motivadores deste trabalho de conclusão de curso é o de cidadania. Entendemos que é a partir da prática cotidiana da cidadania que podemos ampliar as potencialidades democráticas. Nesse sentido, concordamos com Carnielli (2016) quando coloca a cidadania como “instituinte da democracia”. Isso porque a cidadania diz respeito, acima de tudo, à participação dos sujeitos e grupos sociais na vida pública.

Entretanto, este não é um conceito absoluto, os entendimentos e construções sociais sobre cidadania flutuam no tempo e no espaço históricos, e devem ser entendidos como processos constantes (HAUBRICH, 2016). Os diferentes caminhos nos levam, então, a diferentes concepções de cidadania e, conseqüentemente, de cidadão. Dessa forma, buscaremos compreender como a ideia de cidadania foi se constituindo ao longo do tempo e como ela se estabelece contemporaneamente no Brasil.

2.1. Um conceito histórico

A origem da cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade. Atribui-se esse ponto de partida, especificamente, à *pólis* grega. Na *pólis* os homens livres deliberavam coletiva e argumentativamente sobre as questões públicas e seus direitos e deveres, em um sistema de democracia direta. Eles se reuniam nas ágoras para “discutirem e decidirem quem exerceria o governo e como deveriam ser as principais políticas públicas” (GUARESCHI, 2006, p. 35).

No entanto, como destaca Guareschi, nem todos os participantes das assembleias eram considerados cidadãos, eram considerados cidadãos apenas os que falassem, os que apresentassem um projeto, uma solução aos problemas públicos. Mulheres, escravos e crianças, não podiam participar das assembleias, ou seja, não tinham direito à fala pública e a participar das deliberações. Como consequência, não eram cidadãos.

Manzini-Covre (2006) identifica que, na Idade Média, com a organização da sociedade feudal e, basicamente, rural, o exercício da cidadania entra em declínio e só é retomado com maior importância com a ascensão da sociedade capitalista e da burguesia, o que leva a uma reestruturação das cidades, *locus* da cidadania e da democracia, no século XV. Isso ocorre especialmente após a reforma protestante,

quando a sociedade anteriormente orientada pela Igreja Católica passa a dar lugar a novas concepções, mais centradas no ser humano e na razão.

Manzini-Covre (2006) e Pinsky (2010) destacam as revoluções burguesas do século XVIII como marcos fundamentais para as construções teóricas sobre cidadania que se deram após esse período. Isso porque as constituições francesa (1791) e norte-americana (1787) trouxeram, naquele momento, a concepção de que todos os seres humanos eram iguais perante a lei, fato inédito até então. Além disso, a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799), para Pinsky, “romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão” (2010, p. 10).

Na Inglaterra, Marshall (1967) vê na Revolução Inglesa (1640-1689) os primeiros passos da cidadania no país. O autor aborda a cidadania como um *status* social, o qual ele designa como “a posição geral de um indivíduo com relação aos outros membros da sociedade ou de algum setor dela” (p.151). Baseado na sua identificação sobre o desenvolvimento de direitos no país europeu, o autor elaborou um conceito de cidadania centrado em três elementos, os quais denominou civil, político e social.

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isso nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito de um mínimo bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida se um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

De acordo com o autor, esses grupos de direitos teriam se constituído ao longo de três séculos. Ele vincula a formação dos direitos civis na Inglaterra ao século XVIII, dos direitos políticos ao XIX, e, finalmente, dos direitos sociais ao século XX. A instituição tardia dos direitos sociais é atribuída por Marshall (1967) ao estigma associado à assistência aos mais pobres. No século XIX, a Poor Law (Lei dos Pobres) ainda “tratava as reivindicações dos pobres não como uma parte integrante de seus direitos de cidadãos, mas como uma alternativa deles – como reivindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem inteiramente de ser cidadãos” (MARSHALL, 1967, p.

72). No Brasil, como veremos, apesar de saírem na frente, os direitos sociais carregaram - e ainda carregam - uma conotação muito semelhante.

Apesar do cunho liberal da categorização de Marshall, o autor ressalta as relações dicotômicas entre cidadania e capitalismo. Contraponto cidadania, como um sistema de igualdade, e classe social, como um sistema que necessita da desigualdade para existir.

Não obstante, a verdade é que a cidadania, mesmo em suas formas iniciais, constituiu um princípio de igualdade, e que, durante aquele período, era uma instituição em desenvolvimento. Começando do ponto no qual todos os homens eram livres, em teoria, capazes de gozar de direitos, a cidadania se desenvolveu pelo enriquecimento do conjunto de direitos de que eram capazes de gozar, mas êsses direitos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista; eram, ao contrário, necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade. (MARSHALL, 1967, p. 79).

Nesse sentido, Marshall coloca como sendo do Estado a responsabilidade pela garantia de seguridade social diante das desigualdades causadas pelo mercado.

Apesar de geográfica e temporalmente restrita, a conceituação de Marshall tem servido de ponto de partida para diversos teóricos que se ocuparam da questão da cidadania. Entre eles, Carvalho (2010) vale-se da proposta do autor inglês para apresentar um panorama da construção da cidadania no Brasil. Carvalho refere-se a duas diferenças fundamentais entre os processos inglês e brasileiro. Segundo ele, a primeira diferença é que no Brasil houve uma maior ênfase nos direitos sociais. A segunda, é que a ordem de constituição dos direitos foi invertida:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implementados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [Getúlio Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO, 2010, p. 219-220).

Como consequência dessa inversão, o autor argumenta que se criou no Brasil uma cultura política orientada para o Estado e de grande valorização do Poder Executivo, já que os direitos sociais foram implementados em períodos ditatoriais, criando a imagem da centralidade do Executivo. Por isso, teria se constituído no país uma “estadania”, ao invés de efetiva cidadania.

Além disso, os direitos sociais foram incorporados “de cima para baixo”, não sendo, assim, reconhecidos como uma conquista dos trabalhadores, “mas como uma

dádiva concedida pelo governante populista, no caso o presidente Vargas, conhecido na época como ‘o pai dos pobres’” (BELLO, 2007, p. 139). Outro ponto nevrálgico em relação aos direitos sociais é o fato apontado por Carvalho (2010) de não terem sido para todos, mas fruto de barganhas políticas e negociações de cada grupo social com o governo, o que os leva a serem percebidos, aqui, como privilégios, não como direitos. O problema se constitui porque

Na forma de privilégio, o direito social nega o princípio da igualdade dos indivíduos perante o Estado e as leis. [...] O direito social como privilégio não gera equidade, ao contrário, perpetua a diferença, destaca desfavorecidos em relação a elites que deles – os direitos sociais – não prescindem, posto que já têm vantagens econômicas e sociais historicamente garantidas. (CARNIELLI, 2016, p. 26).

Posto isso, Dagnino (2004) sustenta que nas décadas de 1980 e 1990 houve no Brasil uma “confluência perversa” entre dois projetos econômico-sociais. Essa confluência se caracteriza contendo, de um lado, “um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (TEIXEIRA, DAGNINO e SILVA, 2002 *apud* DAGNINO, 2004, p. 95), referendado pela Constituição de 1988. Por outro lado, com a eleição de Fernando Collor de Melo (PRN) “há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p.96). Já a perversidade, como aponta a autora, estaria no fato de que em ambos os casos é requerida uma sociedade civil ativa e propositiva.

Nesse sentido, o risco seria de que

[...] a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico. (DAGNINO, 2004, p. 97).

A confluência entre esses projetos gerou um deslocamento de sentidos sobre sociedade civil, participação e cidadania. O novo sentido assumido para sociedade civil, para Dagnino (2004, p. 100), é evidenciado pelo crescimento das Organizações Não-Governamentais e pela emergência do terceiro setor e das fundações empresariais, além da marginalização dos movimentos populares. “O resultado tem sido uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONG, onde o significado da expressão

“sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de ‘terceiro setor’”.

Já o sentido de participação, núcleo do que a autora chama de “projeto participativo e democratizante”, se desloca com uma maior ênfase no trabalho voluntário, na “participação solidária” de indivíduos e empresas: “O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social” (DAGNINO, 2004, p. 102).

Finalmente, na conjunção do projeto participativo e democratizante com o neoliberal, a noção de cidadania sofre dois movimentos distintos. O primeiro é o de uma *nova cidadania*, ou *cidadania ampliada*, que “começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc.” (DAGNINO, 2004, p. 103). O potencial transformador desse novo entendimento de cidadania passou a ser alvo da concepção neoliberal, dando origem, então, ao segundo movimento:

[...] eles reduzem o significado coletivo da redefinição de cidadania anteriormente empreendida pelos movimentos sociais a um entendimento estritamente individualista dessa noção. Segundo, se estabelece uma sedutora conexão entre cidadania e mercado. Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. [...] Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. (DAGNINO, 2004, p. 106).

Apesar da reação neoliberal, a concepção de cidadania ampliada gestada pelos movimentos sociais e descrita por Dagnino (1994; 2004) vem sendo utilizada pelos próprios movimentos sociais e por uma série de pesquisadores, especialmente no campo da Comunicação, preocupados em ampliar o significado de cidadania para além da titularidade de direitos.

Conceito caro a esta pesquisa, a noção de cidadania ampliada toma, antes de qualquer coisa, a cidadania como uma estratégia política (DAGNINO, 1994). Isso porque, “para além da dimensão dos direitos previamente reconhecidos com as conquistas legais, a cidadania também diz respeito ao processo de lutas específicas e de práticas concretas que possibilitam o sujeito a se tornar um cidadão” (ALMEIDA; GUINDANI; MORIGI, 2011, p. 960-961).

Como já dissemos, essa concepção de cidadania está intrinsicamente ligada aos movimentos sociais e às suas lutas por direitos, tanto direitos de igualdade, quanto de diferença. Além disso, nela também se insere a perspectiva de extensão e aprofundamento da democracia, uma vez que esse projeto implica na constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos (DAGNINO, 1994; 2004).

Nesse sentido, a cidadania se institui na própria prática da reivindicação:

[...] a prática cidadã designa não só o exercício dos deveres e direitos dos indivíduos em relação ao Estado, mas um modo específico de aparecimento de indivíduos no espaço público caracterizado pela sua capacidade de se constituírem como sujeitos de demanda e proposição em vários âmbitos vinculados à sua experiência. Ou seja, sua capacidade de intervir no espaço público tratando de reverter essas apropriações de direitos e possibilidades. (MATA, 2006, p. 8, tradução nossa).

Dagnino (1994, n.p.) elenca seis eixos basilares que constituem a ideia de *cidadania ampliada* como uma nova cidadania. Um primeiro ponto é a redefinição da ideia de direitos, partindo da concepção do *direito a ter direitos*. Esse entendimento inclui a reivindicação pela criação de novos direitos, “que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta”.

O segundo ponto é que, ao contrário da cidadania liberal, que tem em Marshall seu principal expoente teórico, a nova cidadania não é uma estratégia das classes dominantes de incorporação progressiva e passiva dos setores excluídos, essa é uma cidadania construída “de baixo para cima”, como uma estratégia dos “não-cidadãos”.

O terceiro eixo é onde essa nova cidadania se constitui como uma *proposta de sociabilidade*, sugerindo um formato mais igualitário de relações sociais, o que

[...] implica o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos” (Telles, 1994: 46). Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social. (DAGNINO, 2004, p. 105).

Nesse sentido, como quarto ponto fundamental, a nova cidadania transcende o foco na relação com o Estado, característica da constituição da cidadania no Brasil (CARVALHO, 2010), para incluir a relação com a sociedade civil. A reivindicação não se encerra, portanto, no reconhecimento formal dos direitos pelo Estado, uma vez que a cidadania agora se estabelece no interior da própria sociedade (DAGNINO, 1994; 2004).

O quinto ponto é que na nova cidadania não existe a reivindicação de pertencimento ao sistema político, “na medida em que o que está de fato em jogo é o *direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema*, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 1994, n.p., grifo da autora).

O último eixo diz respeito ao direito à diferença abrangido por essa nova concepção de cidadania.

No campo da esquerda, no campo da cidadania, a diferença emerge enquanto reivindicação precisamente na medida em que ela determina desigualdade. A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. (DAGNINO, 1994, n.p.).

A nova cidadania extrapola, então, a titularidade de direitos por parte dos sujeitos individuais na esfera privada, para ser entendida como uma estratégia política de sujeitos sociais ativos e reivindicantes na esfera pública. Nesse sentido, a cidadania se constitui “a partir da prática comunicacional de indivíduos que se reconhecem no espaço público como sujeitos de direitos e em situação de igualdade diante da lei e da sua efetivação” (CARNIELLI, 2016, p. 29). É nessa perspectiva que o direito à comunicação emerge como aspecto vital a esse novo entendimento de cidadania, uma vez que a esfera pública de reivindicação, no contexto contemporâneo, passa predominantemente pelos meios de comunicação de massa.

2.2. Cidadania comunicativa e direito à comunicação

Consideramos que vivemos em uma sociedade cada vez mais midiaticizada, ou seja, sob uma ordem de mediações sociais que se dão a partir da mídia. Ela, dessa forma, perpassa todas as dimensões da vida em sociedade, modificando as relações sociais em todos os âmbitos, inclusive no da prática da cidadania enquanto ação política. Na contemporaneidade, é majoritariamente no campo midiático que se dão os debates políticos e discussões de projetos de sociedade que outrora se davam nas ruas.

Sem dúvida, nas nossas sociedades midiaticizadas, como o espaço público integra muitos âmbitos e formas de organização, os meios de comunicação de massa e as redes de computadores adquiriram uma centralidade inevitável como a cena privilegiada de intercâmbios. Por isso, as reflexões sobre a cidadania como uma condição necessária da democracia são limitadas se não estiverem relacionadas com esta nova característica do espaço público.

(MATA, 2006, p. 8, tradução nossa).

Para Guareschi (2006) a mídia tem um papel central, pois ela “constrói a realidade”, na medida em que os fatos passam a existir para a sociedade como um todo no momento em que são veiculados pelos meios massivos de comunicação. Em complemento, o autor afirma que a mídia não somente diz o que existe, mas atribui uma conotação valorativa aos fatos e às pessoas. O que e quem aparece na mídia existe, é bom, importante. Outra questão é que ela apresenta a agenda de discussão. Ela pode não definir como pensa uma sociedade, mas “determina, até certo ponto, o que deve ser falado e discutido” (p. 31).

A comunicação midiaticizada assume, então, o papel de conformadora do espaço público de debates, pois, sendo a política a atividade pública visível, é somente a mídia que tem o poder de definir o que é público e terá visibilidade atualmente, conforme afirma Lima (2006). É onde “não apenas são expressas as percepções sociais dos grupos que detêm sua propriedade, mas também são fortalecidas, difundidas e, assim, reorganizadas e formuladas as visões sobre o mundo da maioria da população” (HAUBRICH, 2016, p. 96).

Dessa forma, pensando a comunicação de massa como um serviço público, essa nova esfera pública deveria ser acessível a toda a população para que nela pudessem expressar suas opiniões, reivindicações e projetos de sociedade. O direito à comunicação se coloca nesse contexto como “o direito à participação em condições de igualdade na esfera pública mediada pelas comunicações sociais e eletrônicas” (RODRIGUES, 2010, p.109).

A noção de comunicação como um direito começa a ser gestada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Em seu artigo 19, ela afirma que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e **transmitir informações e ideias por quaisquer meios** e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, art. 19, grifo nosso). Nesse artigo estão expressos tanto o direito à informação - de ser bem informado e buscar informações sem quaisquer restrições -, quanto o direito à comunicação, que consiste em poder expressar opiniões e pensamentos.

Para Ramos (2005, p. 246), no entanto, o direito à informação gerou “um direito humano restritivo, traduzido contemporaneamente no direito que temos, nas democracias representativas de massa, de ser informados [...]. Mas, por mais amplo que possa ser, será sempre insuficiente”. Por esse motivo, concordamos com Guareschi

(2006, p. 33) quando aponta para a importância de frisar a ideia do direito à comunicação “por quaisquer meios”, pois “pode-se muito facilmente restringir tal direito a apenas uma manifestação ‘individual’, não incluindo a manifestação através da mídia, que é um serviço público exatamente com essa finalidade”.

Nesse sentido, a partir do entendimento que construímos, de cidadania como estratégia política de sujeitos ativos, o direito à comunicação é não apenas um direito fim, considerado por Ramos (2005) um direito de quarta geração. Mas, sobretudo, um direito meio, através do qual esses sujeitos têm acesso e participam da esfera pública mediatizada para realizar, então, o seu direito de reivindicar direitos. Assim, nos anos 1960 e 1970 emergiu internacionalmente a discussão sobre esse direito e a sua importância na construção da cidadania e aprofundamento democrático com a constituição, em 1976, de uma comissão na Unesco, presidida por Sean MacBride, que publicou o relatório intitulado *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época*, conhecido como “relatório MacBride” e considerado um marco nas discussões sobre o direito à comunicação.

O relatório gerou fortes reações por parte, principalmente, de Estados Unidos, presidido então por Ronald Reagan, e Inglaterra, cuja primeira-ministra era Margaret Thatcher. Ambos os países se retiraram da Unesco, “protagonizando uma atitude censória dirigida, especialmente, às considerações do Relatório MacBride” (OSÓRIO, P. L. S., 2003, p. 56). A principal acusação dos Estados Unidos era a de que reflexões como as apresentadas incentivariam o controle governamental dos meios de comunicação, colocando em risco a liberdade de imprensa. Como bem lembra Ramos (2005, p. 246) “para o pensamento neoliberal que então começava seu período de hegemonia, era absurdo se pensar a comunicação na ótica de políticas nacionais”.

O relatório fazia uma proposta de comunicação como um direito humano que só se efetivava com o fluxo multidirecional de informações, que não se restringisse aos detentores dos meios de comunicação:

Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes – indivíduos ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Esta ideia de diálogo, contraposta a de monólogo, é a própria base de muitas das ideias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos. (UNESCO, 1983, p. 287 *apud* RODRIGUES, 2010, p. 104).

Além de reiterar o direito à informação, o documento caracteriza o direito à

comunicação como o direito “de transmitir aos outros a verdade, tal como a concebe, sobre as suas condições de vida, as suas aspirações, as suas necessidades e as suas queixas” e de “discutir: a comunicação deve ser um processo aberto de resposta, reflexão e debate”. Com esse entendimento, o relatório destaca como forma de infringir esse direito, justamente, a negativa de acesso discursivo a um meio de comunicação (UNESCO, 1983 *apud* RODRIGUES, 2010).

Apesar das resistências apresentadas ao relatório, o direito à comunicação tem sido apropriado progressivamente por diversos setores da sociedade. No Brasil, foi fundado em 2007, como iniciativa do coletivo Intervezes, o Observatório do Direito à Comunicação. Além disso, em 2005, o I Encontro Nacional de Direitos Humanos teve como tema central o direito à comunicação. Na mesma linha assumida pela Unesco 25 anos antes, a carta final do encontro reforçou a ideia de comunicação como um direito humano:

Declaramos que: 1. A Comunicação é um direito humano que deve ser tratado no mesmo nível e grau de importância que os demais direitos humanos. O direito humano à comunicação incorpora a inalienável e fundamental liberdade de expressão e o direito à informação, ao acesso pleno e às condições de sua produção, e avança para compreender a garantia de diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, a garantia de acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual. (MNDH, 2005, p. 319).

Assim, esse direito humano se efetiva somente com a participação dos sujeitos ativos em condições de igualdade no espaço público. Dessa forma, em oposição à “simples” liberdade de expressão – que não deve ser confundida com a liberdade empresarial no setor da comunicação -, caracterizada historicamente pela não intervenção do Estado, o direito à comunicação “determina a necessidade de um Estado, que atue para evitar privilégios e garantir, em diferentes frentes, o direito à participação na esfera pública” (RODRIGUES, 2010, p.110). Isso porque com a evolução das tecnologias de comunicação passou a ser necessário o emprego de altos recursos financeiros para constituir um veículo de comunicação. Com isso, a liberdade de expressão passou a não depender exclusivamente da vontade dos sujeitos e, como aponta Rodrigues (2010, p. 132), o seu exercício na esfera pública “passou a se consubstanciar em privilégio”. É nessa perspectiva que, como veremos, as mídias públicas podem se inserir como instrumentos de efetivação desse direito.

Podemos apreender, a partir da discussão exposta, que a cidadania, sobretudo na

sua perspectiva ampliada proposta por Dagnino (1994; 2004), não se realiza e a democracia não avança sem que o direito humano à comunicação seja exercido no âmbito do que no nosso entendimento vigora, que é a esfera pública midiaticizada. Entretanto, no Brasil temos historicamente obstáculos que impedem a participação da maioria da população nos meios de comunicação de massa. Como sublinha Lima (2006), a mídia brasileira está concentrada nas mãos de poucos grupos, quase na totalidade privados, o que restringe a pluralidade de vozes e a diversidade na representação dos distintos interesses da sociedade. Pensando no contexto brasileiro, Guareschi (2007, p. 15) conclui que “é impossível pensar uma sociedade democrática onde a mídia (informação e comunicação) é apropriada por poucos, que determinam e decidem quem pode ter acesso e que serviços serão disponibilizados”.

Para Lima (2006, p. 8), “a condição básica para a realização dos direitos políticos da cidadania no mundo contemporâneo é a existência de uma mídia democratizada”. Um primeiro passo nesse sentido é a ampliação da participação dos cidadãos na mídia. Peruzzo (1998) propõe três níveis de participação – que não necessariamente se excluem: a participação passiva, a participação controlada e a participação-poder.

Na participação passiva, o indivíduo desenvolve a postura de espectador, o que é um tipo de participação no processo de comunicação. Ele “consente, se objetiza, se submete e simplesmente delega o poder a outra” (PERUZZO, 1998, p. 78). A participação controlada ocorre na relação de segmentos da população ou organizações populares com o poder público ou com a mídia: “A participação controlada é limitada, ou seja, é favorecida e possível somente nos aspectos ou até no ponto que as instâncias detentoras do poder permitem” (PERUZZO, 1998, p. 79). Já a participação-poder, como forma ideal, “é constituída com base em processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeito” (PERUZZO, 1998, p. 81).

Já Mata (2006), identifica três formas de participação do cidadão nos meios de comunicação de massa: o cidadão como sujeito de necessidade, o cidadão como sujeito de decisão e o cidadão como sujeito de demandas.

O cidadão sujeito de necessidade seria o emblema da não-cidadania, “o emblema de quem praticamente perdeu o direito a ter direitos. Suas aparições episódicas e rápidas, mas constantes, remetem a um estado permanente de coisas que, fechado sobre si, encobre suas causas e vinculações estruturais” (MATA, 2006, p. 9, tradução nossa).

O cidadão como sujeito de decisão constitui a representação midiática da democracia representativa que se constitui com o voto individual. Ele aparece como “eleitor” em alguma enquete televisiva sobre variadas questões de caráter público. Já o cidadão como sujeito de demandas é aquele que realmente dá conta do que estamos tratando até aqui como um sujeito ativo e reivindicante na esfera pública midiaticizada. São sujeitos carenciados, assim como os de necessidade, mas que aparecem como sujeitos reivindicantes:

Independentemente das versões que esses meios, como atores envolvidos na dinâmica social, produzem sobre os verdadeiros objetivos que os cidadãos ativos perseguem com suas demandas e reivindicações; independentemente das interpretações peculiares a que estão sujeitas suas ações por parte dos jornalistas e apresentadores de programas; independentemente da fugacidade e da fragmentação com que as práticas sustentadas e construídas cotidianamente se deixam ver ou ouvir, a presença na cena midiática confere visibilidade e status de cidadania, significa sua irrupção no espaço público. (MATA, 2006, p. 9, tradução nossa).

Traçando um paralelo entre as duas autoras, entendemos a representação do cidadão como sujeito de demandas como uma das formas pelas quais a participação-poder pode se efetivar, uma vez que, através da prática reivindicativa na mídia, os sujeitos crescem enquanto cidadãos e contribuem para o aprofundamento democrático. Entretanto, essa participação-poder não deve, de forma alguma, esgotar-se nisso, avançando para níveis de produção e gestão dos meios de comunicação de massa, como bens públicos que são, especialmente no Brasil. Por essa razão, concordamos com Peruzzo (1998, p. 276), para quem “em matéria de comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos. Isso tem a ver com objetivos estratégicos, ou seja, aonde se quer chegar”.

Com isso, queremos chegar propriamente na noção de cidadania comunicativa, onde a nova cidadania se efetiva no direito à comunicação. Como define Mata (2006, p. 12, tradução nossa) “a cidadania comunicativa implica no desenvolvimento de práticas que tendam a garantir os direitos no campo específico da comunicação”. A sua prática, coloca a autora, é imprescindível para a cidadania. Não existindo cidadania comunicativa, prejudica-se a capacidade de os indivíduos colocarem-se como sujeitos de demanda e proposição, uma vez que “a produção dessas demandas e proposições é impensável sem o exercício autônomo do direito a comunicar, ou seja, a pôr em comum” (MATA, 2006, p. 14, tradução nossa).

Mata (2006) ainda afirma que existem quatro níveis de cidadania comunicativa: a formal, a reconhecida, a exercida e a ideal. A cidadania comunicativa formal é

representada pelos indivíduos depositários de direitos juridicamente reconhecidos no campo da comunicação; a cidadania reconhecida é a condição de quem conhece tais direitos como inerentes aos membros da sua comunidade; a cidadania exercida é desenvolvida por parte dos sujeitos que reivindicam tais direitos e a sua ampliação; finalmente, a cidadania comunicativa ideal é aquela exercida a partir da expectativa de transformações sociais vinculadas aos processos de ampliação da cidadania e do acesso aos direitos do cidadão através da comunicação.

São profundas e longínquas as relações entre comunicação e cidadania. Como vimos, desde a Grécia Antiga a cidadania está associada à fala pública. Hoje, não vemos diferença na essência dessa ideia: a cidadania, que entendemos com o direito a ter e a reivindicar direitos, segue extremamente vinculada à prática comunicativa. O que muda contemporaneamente é que, na sociedade midiaticizada em que vivemos, o lugar privilegiado do debate público não está mais nas praças, nas ruas, está nos meios de comunicação de massa. Dessa forma, o direito à comunicação, ou seja, o direito de participar das discussões públicas através da mídia, emerge como um novo direito, capaz, antes de tudo, de garantir a efetivação e reivindicação dos demais. Compreendemos que a cidadania comunicativa ideal seria, então, a realização plena da nova cidadania em tempos de midiaticização.

3. COMUNICAÇÃO E TELEVISÃO PÚBLICA

A partir das relações que se constroem entre cidadania e práticas comunicativas, o conceito de comunicação pública emerge como essencial para compreendermos essas relações, uma vez que ambos dizem respeito à participação dos sujeitos na esfera pública. Nesse sentido, a partir do entendimento de que a esfera pública, nos tempos atuais, tem como espaço privilegiado os meios de comunicação de massa, também trabalharemos neste capítulo com a noção de visibilidade, fundamental para os atores do debate público nessa nova configuração da esfera pública. Por fim, desenvolveremos a discussão teórica sobre televisão pública, a fim de compreendermos como esses veículos podem se configurar em espaços privilegiados da comunicação pública.

3.1. Comunicação Pública

Ao compreendermos que a cidadania se constrói também através das práticas reivindicativas dos sujeitos na esfera pública e do reconhecimento do seu caráter eminentemente comunicacional, cabe a esta pesquisa refletir, então, sobre o conceito de comunicação pública. Nesse sentido, primeiramente é preciso recordar que a junção dessas duas palavras (comunicação + pública) tem abrigado diferentes entendimentos, aparecendo como sinônimo de comunicação organizacional, governamental ou científica, por exemplo. No entanto, a perspectiva que pretendemos desenvolver é aquela da comunicação que se dá no interior da sociedade civil e/ou entre a sociedade civil e o Estado sobre os temas de interesse público.

Essa abordagem de comunicação pública é caracterizada principalmente pela sua dimensão discursiva (WEBER, 2007), isso porque ela se configura, em última instância, pela própria circulação dos temas de interesse público. “Trata-se da comunicação pública constituída pela abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política” (WEBER, 2007, p. 24). Essa comunicação exige a existência de um espaço de circulação das informações e opiniões, a esfera pública, onde os sujeitos se encontram e, a partir de trocas argumentativas, produzem consensos.

É essa prática comunicativa que dá origem à forma de sociabilidade dos “públicos”, fornecendo a base de ligação entre os indivíduos. Os públicos são grupos de pessoas envolvidas em um determinado tema, com opiniões diferentes sobre este tema e que discutem a respeito dos problemas envolvidos a fim de formar uma opinião pública.

Esteves (2011) destaca o caráter racional e fluído dos públicos, isto é, o pertencimento a um público não é fixo e nem exclui os demais. Um indivíduo pode integrar diferentes públicos e a qualquer momento reconsiderar a sua participação neles.

A dinâmica dos públicos, enquanto forma de sociabilidade (à semelhança das formas de sociabilidade em geral), é de caráter coletivo, ou seja, tem em vista a constituição de uma entidade social de ordem coletiva, para além, pois, do conjunto das individualidades que lhe dão origem. Mas, de modo diferente das outras formas de sociabilidade, os públicos afirmam esse seu coletivismo não contra a individualidade (dos seus membros), mas no respeito (e mesmo na valorização) dessa individualidade. (ESTEVEVES, 2011, p. 157).

Outra forma de associação entre os indivíduos é a “massa”. Para Esteves (2011), essa é uma forma de “a-sociabilidade”, onde ocorre o apagamento da individualidade e, ao contrário dos públicos, que agem baseados na racionalidade, o comportamento das massas é reativo. Entretanto, assim como é aberta a transição entre os públicos, também o é entre essas duas categorias. O indivíduo pode ser ora público, ora massa. Mas o que transforma a massa em um público são justamente as relações comunicacionais que desenvolvem a comunicação pública, “toda a espiritualidade dos públicos gira em torno de uma certa comunhão de ideias cuja formação ocorre no quadro de um processo de comunicação permanente” (ESTEVEVES, 2011, p.153).

A comunicação pública é, então, aquela que se dá no interior dos públicos e que ao mesmo tempo os conforma. Essa dinâmica comunicacional envolve três momentos: a publicidade, a crítica e o debate. A *publicidade* se refere à publicitação de ideias, opiniões, fatos ou pessoas. É ela que dá visibilidade à política e aos sujeitos no espaço público. É importante destacar aqui o caráter público dos objetos de publicitação: “mesmo enquanto um ato com forte vinculação à subjetividade, a razão que é inerente à publicidade confere a esta, sempre, um âmbito geral: não se trata, de modo algum, de uma racionalidade individualista, de um sujeito isolado, virado para si mesmo” (ESTEVEVES, 2011, p. 191).

A *crítica* é a tomada de posição sobre as diferentes opiniões que foram publicitadas. Ela é o mecanismo de controle da validade dessas opiniões, em termos de justiça quanto às relações sociais, e também da veracidade dos pronunciamentos. Já o *debate* se estabelece na união das demais práticas comunicativas, concretizando, finalmente, a comunicação pública como o padrão de funcionamento dos públicos. A comunicação pública é a publicidade de opiniões diversas, a crítica como forma de

validação dessas opiniões e a discussão argumentativa e racional em torno dessas opiniões a fim de produzir consensos, ou seja, a opinião do público.

Entretanto, para que a comunicação pública efetivamente se estabeleça Esteves (2011) coloca três pré-requisitos normativos: a) liberdade de participação a todos os interessados em participar do debate; b) que não haja restrição com relação aos temas que serão objeto de debate; e c) que todos os participantes tenham o mesmo *status* dentro do debate. Apesar deste modelo ideal, o próprio autor reconhece que, na sua dimensão factível, a comunicação pública nunca chegou a atingir plenamente essas condições.

Nesse sentido, Weber (2007, p. 22) defende que “a capacidade de repercussão desses temas está na disputa de versões que ocorrem em redes de interesses similares propostas como redes de comunicação” e é proporcional aos interesses das demais redes em torno do tema em questão. Na proposta da autora, os debates se dão a partir das articulações comunicativas provocadas por sete redes de comunicação: a *rede de Comunicação Social*, formada pela sociedade civil organizada, movimentos sociais, entidades de classe, instituições de defesa, conselhos, sindicatos, associações, organizações não-governamentais, organizações voluntárias, grupos organizados, etc.; a *rede de Comunicação Política*, composta pelo governo, parlamento, partidos e políticos; a *rede de Comunicação do Judiciário*, formada pelos poderes vinculados ao judiciário e a diferentes esferas jurídicas; a *rede de Comunicação Científica e Educacional*, da qual fazem parte instituições de ensino, centros de pesquisa, agências de fomento; a *rede de Comunicação Mercadológica*, formada pelas empresas e organizações privadas; a *rede de Comunicação Religiosa*, com instituições, grupos, igrejas, seitas que colocam em circulação discursos de ordem espiritual e religiosa; e os *Sistemas de Comunicação Midiática*, constituídos pelas organizações de produção e circulação de produtos jornalísticos, publicitários e de entretenimento (WEBER, 2007, p. 26). A comunicação pública é desencadeada no momento em que uma das redes se manifesta em torno de um tema (transitório, como um processo de impeachment, ou permanente, como o direito à educação), provocando as demais a se manifestarem.

A esta pesquisa, interessa especialmente a rede de Comunicação Social e os Sistemas de Comunicação Midiática. Na primeira,

[...] estão os sistemas mais importantes para que a sociedade de faça ouvir, mas com a menor capacidade estrutural para se comunicar. [...] Essas vozes são a própria essência do Estado republicano e, também, as mais difíceis de

serem ouvidas, com poucas chances de ocupar lugar nos outros sistemas. (WEBER, 2007, p. 26).

Já o segundo é o que detém o poder de dar visibilidade às demais redes, sendo disputado por todas elas. Dessa forma, nos interessa saber justamente de que forma (e se) o jornalismo praticado pela *TV Brasil* permite que a rede de Comunicação Social consiga incidir sobre as outras redes no debate sobre o impeachment através da visibilidade conferida pelo Sistema de Comunicação Social.

3.1.1. Visibilidade

Para Weber (2006; 2007; 2009) os meios de comunicação de massa são espaços privilegiados de visibilidade, tornando-se, por esse motivo, objetos de investimento por parte dos sujeitos políticos.

Cada ação política prevê apoio, defesa, ataque e, neste sentido, depende de visibilidade pública e, nessa direção, pactos e disputas são ingredientes permanentes dos modos de fazer e aparecer publicamente. É preciso promover, ser visto, aprovado, reconhecido como político [...] (WEBER, 2009, p. 16).

Isso porque, a visibilidade se configura como uma condição para que haja a disputa política, e o poder dos *media* nessa disputa é precisamente o de tornar visível (BORGES, 2015).

Mesmo mantendo processos de comunicação característicos, cada vez mais a política necessita de linguagens e formatos que possam ser absorvidos pelos meios de comunicação de massa. Assim, fatos, sujeitos e instituições “criarão estruturas de comunicação estratégica para atraírem as pautas midiáticas” (WEBER, 2006, p. 127) e obterem visibilidade nessa nova arena de disputa política. Isso confere à comunicação pública um caráter técnico-instrumental mais acentuado (ESTEVES, 2011).

A visibilidade não garante que os temas de fato entrem na agenda de debate público (MAIA, 2002). Entretanto, ela tem o potencial de a) gerar discussão em torno dos temas visibilizados; b) dar visibilidade a discussões que, não fossem visibilizadas pelos meios de comunicação de massa, ocorreriam apenas no âmbito privado; e c) fornecer um canal de entrada para debates com pouca visibilidade social, mas que sejam eficazes em alguma medida (GOMES, 2007, p. 11).

Dessa forma, a visibilidade midiática tem potencialidades absolutamente democráticas no sentido de contribuir para o debate público. Esteves (2011, p. 196) destaca que “o contributo da imprensa para a irreversível afirmação social de uma

comunicação pública como debate permanente foi, assim, essencial”, já que projetou o debate a níveis que os espaços físicos tradicionais não conseguiam. Ao conferir visibilidade, a mídia de massa permite o cruzamento de informações e opiniões vindas das instâncias do governo, de especialistas e da sociedade civil (MAIA, 2002). Nesse sentido, contemporaneamente, poderia atuar como o espaço de encontro e discussão entre os cidadãos e entre os cidadãos e o Estado. Assim, “a visibilidade midiática é importante não como um fim em si, mas na medida em que incita um processo de interação e interlocução entre os atores sociais, contribuindo para a instauração do debate público na sociedade” (MAIA, 2002, p. 13).

Todavia, apesar do potencial democrático do “regime de visibilidade”, os *media* ao mesmo tempo atuam com a sua antítese: “*ocultamento, aparamento e opacidade*. Nesse sentido, a mídia hibridiza visibilidade-opacidade e torna (in)visível o mundo, borra as imagens e parcializa a totalidade” (WEBER, 2006, p. 123). Não é o mundo, não são todas as opiniões, todos os temas, todos os atores que ganham visibilidade midiática, mas é o que tem visibilidade que adquire o *status* de verdade. Dentro dessa dicotomia visibilidade/ocultamento, Gomes (2007) alerta para a diluição do sentido de opinião pública. Para o autor, existem diferentes graus de visibilidade e, quanto maior a visibilidade de uma opinião, mais pública ela será. Ou seja, ela influenciará a mais pessoas. Nessa perspectiva, a opinião pública “não é pública porque produzida por muitos, mas porque, em função da sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a ela aderir, assumindo-a como própria” (GOMES, 2007, p. 14). Entendida assim, a disputa pela visibilidade é a própria disputa pela opinião pública.

O grau de visibilidade e ocultação é determinado, sim, por critérios de noticiabilidade e de interesse público, mas também por interesses não públicos oriundos da política, da economia, etc. (WEBER, 2007). Assim sendo, cabe destacar alguns aspectos econômicos e políticos do campo dos *media* relevantes nessa disputa por visibilidade. Para Esteves (2011, p. 250) os aspectos mais marcantes são: “a lógica do privatismo, a centralização e a concentração organizacionais, e crescente transnacionalização e a desregulação”. Essas características evidenciam a desigualdade existente na disputa por visibilidade midiática, especialmente no que tange ao privatismo e a desregulação, deixando o setor a mercê de interesses privados.

Nesse sentido, esse espaço público midiático de público “tem apenas a forma de apresentação (ostentatória) de uma minoria perante a generalidade de uma população limitada à condição de espectador passivo” (ESTEVES, 2011, p. 250). Os públicos,

aqui, veem-se transformados em audiências sem acesso ao espaço da comunicação pública. E sem participação na comunicação pública, sem a publicidade, sem a crítica, sem o debate, o que poderia converter-se em público jamais passará de massa.

Como defende Borges (2015, p. 34) o que impede a realização do potencial democrático dos *media* “é a sobreposição dos interesses privados dos atores sociais que detêm o poder sobre o estado e sobre os sistemas midiáticos, em detrimento do interesse público”. Por esse motivo, os meios de comunicação públicos se colocam como verdadeiras alternativas para que a comunicação pública se estabeleça no interior das sociedades democráticas. Como veremos, ao menos idealmente espera-se que esses veículos possam atuar sob uma base de interesses estritamente públicos e incluindo toda a sociedade nos debates sobre os temas “vitais à sociedade” (WEBER, 2007) que caracterizam a comunicação pública.

3.2. Televisão Pública

A televisão é atualmente um importante instrumento na geração de conversa social. Entretanto, quando não está voltada para o interesse público, ela “suplanta a participação cidadã” e torna-se o lugar “onde o espetáculo maquia o debate político, até dissolvê-lo” (BARBERO, 2002a, p. 44). A cidadania está intrinsecamente associada ao direito de falar e ser ouvido para participar das decisões que dizem respeito ao coletivo. Nesse sentido, entendendo a televisão como espaço de visibilidade e reconhecimento coletivo, Barbero (2002a, p. 51) constata que “uma das formas mais flagrantes de exclusão cidadã hoje, situa-se exatamente aí, em não possuir o *direito de ser visto e ouvido*, o que equivale ao direito de existir/contar socialmente”.

Nesse cenário, onde a esfera pública eletrônica privatizada não atende aos interesses e às demandas da cidadania e do debate público, uma outra televisão se destaca como alternativa: a televisão pública. Apesar de existirem há quase um século, como constata Valente (2009a), não há consenso no entendimento sobre o que define os sistemas de radiodifusão públicos. Por esse motivo, as diferentes concepções chegam a incluir definições divergentes entre si sobre a natureza desses sistemas. De acordo com Valente (2009a), entre os principais entendimentos sobre mídias públicas estão: o elitista, o educativo, o público como alternativa à mídia comercial, o de aparelhos de Estado, o culturalista e o público não-estatal.

- a) Elitista

Essa abordagem esteve presente na construção da maioria dos sistemas públicos na Europa. Baseada no pensamento iluminista, vê o rádio como poderoso instrumento de difusão de conhecimento. Apresenta uma concepção bastante elitista de cultura, tendo conteúdos apenas ligados à “alta cultura” e aos padrões da “alta sociedade”.

b) Educativa

Parte do entendimento de que o rádio e a televisão podem ser instrumentos para difundir conteúdos e ampliar a formação da população. Essa visão ganha força na América Latina durante o período de forte industrialização a partir dos anos 1960, coincidindo, no Brasil, com o período da Ditadura Civil-Militar. Essa concepção visa atingir os estudantes tanto dentro, quanto fora da sala de aula.

c) Alternativa ao modelo comercial

O público, aqui, se coloca como o termo para designar o que não é comercial. Essa diferenciação se dá, entre outras coisas, pela veiculação de informações que não estão nas televisões comerciais e pela diversidade temática e de atores. No Brasil, este entendimento reúne o que se chamou de “campo público”, que reúne emissoras comunitárias, universitárias, legislativas, enfim, as não comerciais. Para Valente (2009a), essa concepção também está presente na criação da Empresa Brasil de Comunicação.

d) Aparelhos de Estado

De acordo com essa abordagem, os meios públicos servem para garantir os interesses do Estado capitalista. Esses meios teriam a função de propaganda para construir consensos e assegurar o poder da classe dominante. Na base desse pensamento está a ideia de aparelhos privados de hegemonia, proposta por Gramsci (1978 *apud* Valente, 2009a), onde a dominação se dá pela direção cultural através das escolas, partidos, igreja e os meios de comunicação. A função desses aparelhos seria reproduzir uma ideologia particular das forças dominantes.

e) Culturalista

Esse entendimento se baseia principalmente na realidade cultural e midiática da América Latina e apresenta dois aspectos centrais para a caracterização dos veículos públicos: autonomia e compromisso com a diversidade cultural. O principal, na proposta dos pesquisadores dos estudos culturais latino-americanos, é que essas mídias deem conta das culturas nacionais multifacetadas que caracterizam a região.

f) Sistema público não-estatal

Presente tanto nos sistemas públicos desenvolvidos no continente europeu, quanto no americano, essa é a ideia de mídias públicas que se constituem com independência do mercado e do Estado, sendo feitas para o público (VALENTE, 2009a). Essa concepção está fortemente relacionada ao conceito de esfera pública, cunhado por Habermas, e de acordo com o qual os meios públicos atuam como uma esfera pública moderna por excelência, já que, nesse entendimento, com o qual concordamos, esses meios são os únicos capazes de promover o verdadeiro debate público.

É nessas duas últimas concepções – culturalista e de sistema público não-estatal – que baseamos o entendimento teórico desta pesquisa sobre mídias públicas, especialmente sobre televisão pública. Dessa forma, concordamos com Rincón (2002, p. 28) ao afirmar que a televisão pública é aquela que “privilegia o caráter público desse meio para superar a sua visão comercial e ganhar sua densidade como cidadã; a que nos relata como nos tornamos coletivo social”.

Assim, enquanto a televisão comercial fala ao consumidor, a televisão pública questiona o cidadão, ela é o cenário privilegiado do diálogo nacional (BARBERO, REY e RINCÓN, 2000), é por onde passam os temas e atores que não têm espaço na televisão comercial. A televisão pública se converte, então, em instrumento de “mudança social quando ela promove a expressão, a educação do cidadão e a conexão social em torno de referenciais comuns; quando se converte na janela para que as pessoas enviem suas mensagens à sociedade” (BARBERO, 2002b, p. 330).

Ainda que muitas vezes persista essa confusão, a televisão pública não é sinônimo de governamental ou estatal. Se está subordinada às ingerências de governos ou aos interesses do mercado, ela não realiza a sua missão pública. Uma emissora pública deve tão somente estar a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos (BUCCI, 2010) e, para isso, ela precisa, antes de tudo, de autonomia em relação aos poderes estabelecidos. Nesse sentido, Bucci (2010) situa três pré-requisitos para que uma emissora seja efetivamente pública. Esses critérios dizem respeito à natureza jurídica, ao financiamento e à gestão.

A natureza jurídica da emissora, evidentemente, não pode ser privada. Ela pode estar vinculada a fundações, OSCIPs ou ONGs, desde que estas não tenham função comercial, visem a obtenção de lucro, ou estejam sujeitas a interferência governamental. Juridicamente, ela também pode ser estatal, como é o caso das emissoras universitárias, desde que a gestão proteja a sua independência em relação ao Executivo. O financiamento também deve ser público. Ele pode vir de taxas cobradas dos domicílios

com televisão, como acontece no Reino Unido, ou das empresas de telecomunicação, como acontece no Brasil desde 2008. Também pode vir de doações ou do próprio orçamento público, desde que essa prática não se reverta em constrangimentos e pressões editoriais para a emissora.

Mas o que realmente define o caráter público de uma emissora é a sua gestão. Em todos os âmbitos da empresa (administrativo, financeiro, editorial) ela deve ocorrer de forma absolutamente autônoma, “não devendo prestar contas à vontade política das autoridades ou ao apetite por audiência tão próprio do mercado” (BUCCI, 2010, p. 11). O órgão máximo na gestão deve ser um conselho independente formado por membros da sociedade. A nomeação dos conselheiros pode passar por órgãos do Estado, mas, de forma alguma, eles deverão se submeter ao governo. Além disso, o conselho é quem deverá ter a prerrogativa de escolher a diretoria executiva da empresa. Isso porque, como defende Bucci (2010, p. 7) “se o canal que se diz público é gerido por gente escolhida direta ou indiretamente pelo governador ou pelo presidente da República, o que resulta não é ‘interdependência’, mas dependência explícita”.

Além dos critérios apontados acima, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) acrescentam como pré-requisitos para uma emissora pública: independência editorial; pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; mandato de serviço público, expresso em documentos legais; e a prestação de contas junto ao público e aos órgãos reguladores independentes. Barendt (*apud* BUCCI, CHIARETTI e FIORINI, 2012) também destaca outras características importantes a serem observadas na radiodifusão pública: a abrangência geográfica, como é um serviço público, não pode estar disponível apenas para parte da população; e a preocupação com a identidade nacional e as culturas que a compõem. Dentro dessas propostas, podemos incluir o que Barbero chama de “estratégias libertadoras” da televisão pública:

- Abertura do acesso, para que as minorias do sistema mediático comunitário possam se tornar visíveis e se reconheçam.
- Possibilidades de inclusão, para todas as culturas e novas sensibilidades, com suas propostas nunca antes ouvidas ou lidas, nem levadas em conta. Crianças, jovens, mulheres, etnias... e todos os sujeitos subordinados, poderão encontrar novos modos de se fazer presentes através de suas estéticas, saberes e sentir.
- O potencial de construção do coletivo, posto que a televisão reúne, e nela é possível imaginar novas formas do encontro, de participação social e de diálogo coletivo. (BARBERO, 2002b, p. 339).

Com base nesses critérios, as emissoras públicas têm a missão de tornar o espaço público midiático menos vulnerável a pressões de poderes econômicos e

governamentais e mais democrático e inclusivo (BUCCI, 2010). Dessa forma, podemos considerar que “não há espaço mais privilegiado para o exercício da cidadania, para a promoção da emancipação social e cultural, para o reconhecimento das minorias e o direito à expressão de todos os sentimentos e narrativas do que a televisão pública” (TORVES, 2007, p. 108). De acordo com essa concepção, à qual nos vinculamos, as emissoras públicas devem entender a diversidade dos públicos e atender às suas demandas informativas e culturais plurais. E a partir disso o público precisa, então, conseguir identificar nessa programação o que a distingue da televisão comercial.

3.2.1. Histórico da televisão pública no Brasil

Antes de falarmos sobre a televisão pública no Brasil, precisamos compreender a existência de dois modelos que se estabelecem como paradoxais quando falamos de radiodifusão no mundo. Isso porque ao longo de toda a história da constituição do rádio e da televisão no Brasil esses dois modelos sempre tiveram influência. O primeiro é o modelo europeu de televisão pública, entendida como um serviço público; o segundo é o modelo estadunidense de televisão privada comercial.

Em meados do século XX, três aspectos contribuem para o surgimento da televisão pública na Europa ocidental: o primeiro é o fato de que, desde a década de 1920, o rádio já era um serviço público na região; o segundo é que ao final da II Guerra Mundial os países europeus saem com a necessidade de restabelecer a unidade nacional, e a televisão poderia proporcionar essa reconstrução; e o terceiro aspecto é a ascensão da social-democracia, que decide prover o serviço de radiodifusão pública (LEAL FILHO, 2000; BARBERO, 2002a; BUCCI, 2010).

Quando falamos em serviço público de radiodifusão, a principal referência e precursora dessa concepção é a britânica BBC (DINIZ, 2013). Ela faz as suas primeiras transmissões no rádio em 1922, mas, é apenas em 1927, quando o governo britânico torna o rádio monopólio do Estado e assume a companhia que ela se torna oficialmente a British Broadcasting Corporation (BBC). Na televisão, a primeira emissora da corporação é a *BBC One*, lançada em 1936. Ela foi marcada por uma concepção bastante elitista, já que “os primeiros profissionais da televisão inglesa, políticos, intelectuais e a elite culta em geral acreditavam que a televisão, se utilizada de forma adequada, poderia ser um excelente instrumento de democratização cultural” (DINIZ, 2013, p. 28).

Até meados da década de 1950, a BBC detinha o monopólio do rádio e da televisão no Reino Unido. Entretanto, em 1955, foi criada a sua primeira emissora comercial, a *Independent Television (ITV)*. Atualmente, as emissoras públicas ainda mantêm sua importância e estão presentes na maioria dos países europeus. Apesar disso, é inegável que, após os anos 1980, houve um movimento de privatização de canais públicos e se estabeleceu um equilíbrio entre os sistemas público e privado de rádio e televisão na Europa.

Já nos Estados Unidos, a radiodifusão se assenta sobre um sistema privado comercial. Como lembra Diniz (2013), inicialmente as emissoras de rádio mais populares eram as pertencentes a universidades, estados, municípios, etc. Entretanto, em 1922, a primeira emissora comercial entrou no ar e alterou os rumos da radiodifusão no país, que se tornou hegemonicamente privada. A televisão seguiu os mesmos passos do rádio e, até 1948, as mais de cem licenças outorgadas para o serviço de televisão eram comerciais (SILVEIRA, 2002 *apud* DINIZ, 2013). Sem deixar de ser majoritariamente privado, é apenas na década de 1960 que aparece no espectro televisivo estadunidense o sistema de televisão pública.

No Brasil, apesar de ter uma longa história de emissoras que visaram cumprir papéis mais ou menos públicos, a televisão nasce privada e ainda se mantém predominantemente comercial. No entanto, a ideia de radiodifusão como um serviço público perpassou toda a história do rádio e da televisão no país.

O marco fundamental da televisão pública no Brasil está no rádio. De inspiração elitista (como a sua contemporânea *BBC*), mas com o objetivo de difundir conteúdos culturais e educativos, no dia 1º de maio de 1923 a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* faz a sua primeira transmissão. Na concepção de seu fundador, Roquette Pinto, o rádio seria como “a escola de quem não tem escola” (DINIZ, 2013). Outra marca pública dessa emissora é que ela era uma sociedade e, até 1927, se sustentou com a contribuição de seus membros.

[...] nos anos 20, o modelo vislumbrado por Roquette Pinto, o pioneiro do rádio no Brasil, era semelhante ao adotado na Europa. A sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro deveria ser mantida pelos ouvintes, sem propaganda, como até hoje acontece com as emissoras de rádio e televisão da BBC de Londres, que têm no ouvinte e no telespectador a fonte básica de financiamento. (LEAL FILHO, 2000, p. 155).

O modelo adotado na emissora fundada por Roquette Pinto foi seguido por outras, como a *Rádio Educadora Paulista*, que adotaram ideais educativos e nomes que as

identificavam como “clubes” e “educadoras”. Em poucos anos, o rádio já havia se tornado bastante popular no Brasil. Esse fator, somado ao fato de que, a partir de 1932, fica permitida veiculação de propaganda no rádio, despertou o interesse dos proprietários de jornais, que viram no veículo um bom negócio. Foi assim que Assis Chateaubriand, maior empresário do setor de comunicação na época, fundou, em 1935, a rádio *Tupi*, no Rio de Janeiro.

No mesmo período, uma exigência do governo federal de que as emissoras aumentassem a potência dos seus transmissores para evitar o surgimento indiscriminado de novas estações e melhorar o serviço existente acabou por desencadear a mudança no caráter da radiodifusão brasileira. Assim, em 1936, para não mudar o caráter da emissora, Roquette Pinto entrega a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* para o Ministério da Educação com a condição de que ela mantivesse a qualidade cultural da programação e não vendesse espaços comerciais. Como as novas exigências técnicas requeriam altos recursos financeiros, as “sociedades” e “clubes” desaparecem na prática e o rádio deixa de voltar-se para a educação e a cultura, passando a visar o lucro (LEAL FILHO, 2000; DINIZ, 2013).

Com o recebimento da doação da emissora, o governo criou a *Rádio Ministério* (hoje *Rádio MEC*) e criou o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), presidido pelo próprio Roquette Pinto, com o objetivo de difundir programas educativos para outras emissoras. Assim, como sustenta Diniz (2013, p. 104), “mais do que iniciar a radiodifusão educativa, Roquette-Pinto iniciou a radiodifusão pública no país, mantida com a contribuição dos ouvintes, distante do governo e do mercado”.

A televisão, ao contrário do rádio, chega ao Brasil sob caráter privado e abertamente direcionado ao lucro. A *TV Tupi Difusora*, também pertencente a Chateaubriand, foi inaugurada em 18 de setembro de 1950. Leal Filho (2000, p. 155) destaca que o discurso de Chateaubriand no lançamento da emissora “passa longe de qualquer ideia de serviço público. Sua preocupação principal é com os anunciantes, deixando claro que o rumo a ser seguido é o mesmo adotado pelo rádio”. Paralelamente ao avanço da televisão comercial, durante anos, Roquette Pinto de um lado e a *Rádio Nacional* (emissora estatal) de outro tentaram colocar no ar emissoras de caráter não comercial no Rio de Janeiro. Os interesses políticos e comerciais envolvidos jamais permitiram que esses projetos se concretizassem.

A televisão sem caráter comercial só entra no quadro legal e conceitual do Brasil na década de 1960 (VALENTE, 2009b). Nesse momento, o país passava por acelerada

industrialização e o governo militar viu a necessidade de constituir um sistema de educação pela televisão. Dessa forma, em 1967, foi instituída por decreto a televisão educativa como aquela voltada para programas educativos, palestras, veiculação de aulas, etc. O decreto 236 ainda definiu a proibição de qualquer publicidade ou patrocínio nessas emissoras. Apesar de serem “educativas”, Diniz (2013, p. 272) ressalta que “tratava-se não mais de educar para a cidadania, mas de adestrar para o trabalho”.

No mesmo ano, o governo federal criou a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), órgão voltado para a promoção de programação educativa, e, já em 1968, começaram a serem implementadas emissoras educativas nos estados. Em novembro de 1968, a *TV Universitária de Pernambuco* entrou no ar como a primeira emissora educativa do país (DINIZ, 2013) e foi seguida pela *TV Cultura* de São Paulo no ano seguinte. Essas emissoras inauguraram o “campo público” na televisão brasileira. Para Bucci (2010), a *TV Cultura* é o melhor exemplo de emissora pública que já tivemos no Brasil, por ser a única na qual o conselho curador elege o presidente executivo – essa é uma prática que, mais tarde, foi seguida pela *TV Brasil*, como veremos mais adiante. Até 1975, o executivo federal atuava apenas como distribuidor de conteúdo para as emissoras educativas estaduais. Nesse ano, o Executivo passou a operar emissoras e foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), órgão responsável pelos serviços de rádio e TV do governo.

A década de 1980 foi bastante marcante na constituição da televisão pública no Brasil. No início da década, as emissoras da FCBTVE criaram o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred) para promover o intercâmbio de conteúdo entre essas emissoras. Em 1986, a Lei 7.505, conhecida como Lei Sarney, permitiu a captação de patrocínios pelas emissoras educativas, o que gerou um deslocamento destas em direção ao mercado (VALENTE, 2009b). Mas o marco mais importante para a radiodifusão pública nesse decênio foi, sem dúvida, a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seu Artigo 223 ela estabelece que a outorga e renovação de concessões de rádio e televisão devem observar a “complementariedade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988). Valente (2009a) destaca a importância deste artigo porque diferencia a ideia de um sistema público tanto do privado, quanto do estatal.

A década seguinte foi marcada por novas tentativas de articulação entre as emissoras do campo público. Em 1998, foi criada a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), o que contribuiu para dar maior destaque ao

conceito de televisão pública no país (DINIZ, 2013). No ano seguinte, foi criada a Rede Pública de TV (RPTV) que pretendia organizar uma grade nacional baseada principalmente na programação da *TV Cultura* de São Paulo e da *TVE* do Rio de Janeiro. No entanto, a iniciativa funcionou efetivamente durante apenas dois anos. Leal Filho (2000, p. 163) sustenta que no caso dessas duas iniciativas “embora reúnam majoritariamente emissoras estatais, só o fato de se pretenderem públicas já é importante”.

Entre 2006 e 2007, o 1º Fórum de TVs Públicas, realizado pelo Ministério da Cultura e Radiobrás, com a participação das emissoras do campo público, debateu as bases para a radiodifusão pública no Brasil e preparou, através das propostas da *Carta de Brasília* (FNTP, 2007), o terreno para a fundação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No mesmo ano, foram criadas a EBC e a primeira emissora nacional de televisão pública, a *TV Brasil*. Além de reunir as emissoras públicas federais, a EBC também assumiu a missão de articular e implementar a Rede Nacional de Comunicação Pública.

Para Valente (2009b, p.269), a EBC nasce com a intenção de “superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas”. Na criação dessa empresa estão expressas as décadas de lutas e o lento desenvolvimento da radiodifusão pública no Brasil. A criação da EBC significou, sim, uma importante vitória para a radiodifusão pública no país, mas, como evidenciam os acontecimentos de maio de 2016², ainda é preciso avançar em muitos aspectos para que consigamos ter, no Brasil, uma televisão realmente pública.

3.3. Empresa Brasil de Comunicação

Fundada em 2007, por decreto presidencial que posteriormente virou lei, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) unificou as emissoras operadas pela Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp). A gestão da EBC se dá a partir de quatro instâncias: Diretoria Executiva, Conselho Curador, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

² Enquanto esta pesquisa era realizada, a programação da TV Brasil sofreu alterações por parte da diretoria nomeada pelo presidente da República interino, Michel Temer (PMDB), e, posteriormente, novas alterações com o retorno via decisão judicial do diretor-presidente, Ricardo Melo, nomeado ainda pela presidenta Dilma Rousseff (PT) antes do seu afastamento.

A Diretoria Executiva tem a função de dirigir, supervisionar, planejar, organizar, gerir, coordenar e executar todas as atividades da área de cada diretor. Ela é composta por um diretor-presidente e um diretor-geral, nomeados pelo presidente da República, e até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. O diretor-presidente tem mandato de quatro anos não coincidente com o mandato do presidente da República. A prerrogativa de indicação do diretor-presidente pela Presidência da República e do presidente do Conselho de Administração pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) são criticadas por Bucci (2010). Para o autor, essa relação não é adequada no que tange à independência da emissora, especialmente porque a Secom “não é um organismo com finalidades culturais; tem como objetivo primeiro a gestão da imagem da Presidência da República” (BUCCI, 2010, p. 14).

O Conselho de Administração tem a função de gerenciar os recursos físicos, financeiros e humanos da empresa. Ele é formado por um presidente, indicado pelo ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; pelo diretor-presidente da Diretoria Executiva; e por outros três conselheiros indicados pelo ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo ministro de Estado das Comunicações e pelos servidores da EBC. Com exceção do diretor-presidente da Diretoria Executiva, os mandatos dos conselheiros são de três anos. Já o Conselho Fiscal é formado por três membros designados pela Presidência da República para exercerem mandato de quatro anos e deve conter pelo menos um representante do Tesouro Nacional.

Por fim, o mais importante órgão da administração da EBC, o Conselho Curador, é o responsável por garantir que a empresa realmente cumpra os princípios e objetivos da radiodifusão pública e opere, de fato, como uma empresa pública de comunicação. O Conselho é formado por 22 membros com mandatos entre dois e quatro anos. Os membros são: o ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; o ministro de Estado da Cultura; o ministro de Estado da Educação; o ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; um representante indicado pelo Senado Federal e um representante indicado pela Câmara dos Deputados; um representante dos funcionários da EBC, eleito pelos próprios integrantes do quadro permanente da empresa; quinze representantes da sociedade civil, designados pelo presidente da República, indicados segundo critérios de diversidade cultural e

pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por, pelo menos, um conselheiro (BRASIL, 2008).

O Conselho Curador é, sem dúvida, a instância mais porosa da administração da EBC, é a com maior participação da sociedade civil. Outra instância que permite mais participação popular nas decisões da gestão da empresa é a Ouvidoria. Ela é composta por um ouvidor com mandato de dois anos, a quem compete exercer a crítica interna da programação produzida pelas emissoras da EBC, observando princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, e examinar as queixas e reclamações de telespectadores e radiouvintes referentes à programação.

O financiamento da empresa é bastante diversificado e vem de dotações orçamentárias, prestação de serviços, doações, distribuição da publicidade legal do poder executivo, apoios culturais, publicidade institucional (vedada a propaganda de produtos ou serviços), receitas obtidas por meio de leis de incentivo à cultura e ao audiovisual e recursos obtidos de um percentual da taxa de fiscalização e funcionamento das telecomunicações, cobrada anualmente de prestadoras desses serviços. De forma geral, os recursos obtidos pela empresa são de natureza pública, como recomendam os pesquisadores da área. O problema, aqui, é que a maior parte dos recursos da EBC ainda vem por meio de repasse orçamentário. Isso cria dependência do governo na medida em que “permite que o governo abra ou feche a torneirinha de recursos de um ano para o outro” (LEAL FILHO, 2014, n.p.).

No rádio, a empresa opera sete emissoras: *Nacional FM Brasília*, *Nacional Rio AM*, *Nacional Alto Solimões*, *Nacional Brasília AM*, *Nacional Amazônia*, *MEC Rio FM* e *MEC AM Rio*. Na televisão, a EBC é responsável pelas seguintes emissoras: *TV Brasil*, *TV Brasil Canal Integración* e *NBR* – este último trata-se de um canal do governo federal, estatal.

3.3.1. TV Brasil

A *TV Brasil* foi criada para ser o primeiro canal efetivamente público a ter abrangência nacional e tem sua programação voltada principalmente para programas jornalísticos, de informação, culturais e infantis. A emissora iniciou as suas transmissões no dia 2 de dezembro de 2007 a partir da fusão entre a *TV Nacional de Brasília* e as *TVEs* do Rio de Janeiro e do Maranhão.

Atualmente, a área de cobertura da emissora ainda é bastante limitada, especialmente na televisão aberta, onde está presente em apenas 11 cidades. No entanto, a programação da emissora é retransmitida por emissoras públicas educativas em 20 estados. Já através de serviços de televisão por assinatura, a *TV Brasil* está presente em todo o país, na maioria das operadoras desse serviço.

Desde a sua criação a programação da emissora sempre foi marcada por programas informativos de debates e entrevistas, programas culturais, filmes e documentários. A programação infantil é uma das maiores marcas da emissora, que chega a veicular nove horas diárias de programas infantis e infanto-juvenis. O jornalismo também tem grande importância: de segunda a sexta-feira são exibidos diariamente quatro telejornais. Às 8h, é exibido o jornal Visual, que traz notícias adaptadas para o público com deficiência auditiva. Ao meio-dia, entra no ar a primeira edição do Repórter Brasil. Já às 20h o jornal/revista Fique Ligado “mescla entretenimento, cultura, informação e variedades”, como explica o site da emissora. Esse programa estreou na grade da emissora em outubro de 2015. Carro-chefe do jornalismo da *TV Brasil*, o Repórter Brasil Noite é o único exibido de segunda a sábado, sempre às 21h20min.

3.4. Jornalismo e cidadania na televisão pública

Entendemos o jornalismo como uma forma de conhecimento, a partir do qual a realidade é reconstruída através de imagens, texto, sons, visibilidades e opacidades. “Os enunciados dos telejornais têm a função de permitir que aquilo que se diz exista, e, por outro lado, dizer o que não existe” (BECKER, 2008, p. 362). Como espaço privilegiado da informação, ele se converte em um importante instrumento para o debate público e a deliberação política. Por esse motivo, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p. 29) entendem que as emissoras públicas devem atuar, antes de tudo, como “órgãos de imprensa”, pois “cuidam de levar informação ao grande público, promovendo, às vezes com êxito, outras com distorções, o debate de ideias”.

Citando Maia (2008), Miola (2012, p. 131) destaca que os meios de comunicação de massa tendem a “reproduzir as assimetrias de poder existentes na sociedade”. Um dos motivos dessa reprodução é o fato de que as fontes jornalísticas são escolhidas pelo valor que lhes é socialmente atribuído, e os cidadãos não estão entre as fontes mais prestigiadas pelos jornalistas nas suas rotinas produtivas. Atentando a isso, estão

diversas pesquisas na área, que apontam “que predominam no discurso jornalístico as versões oficiais e, quando há controvérsia, visões polarizadas das questões em pauta (Bennett et al. 2005; Correia 2011; Page, Tannenbaum 1996; Schudson 1995)” (MIOLA, 2012, p. 123). Por isso, o jornalismo das emissoras públicas, pautado por outros valores, de promoção da cidadania e da democracia, deve trabalhar justamente para desconstruir essas assimetrias que maculam o debate de ideias, uma vez que este pressupõe o acesso de todos em condições iguais.

Nesse sentido, o jornalismo na televisão pública deve promover a diversidade e a pluralidade e oferecer informações contextualizadas a fim de qualificar o debate público através de uma melhor compreensão da realidade por parte dos sujeitos. “Desse modo, o telejornalismo nas emissoras públicas também deveria conter mais assuntos de interesse público, inserir mais o cidadão, ser mais isento e não atender a nenhum interesse particular desta ou daquela parcela da sociedade” (CHAVES, COUTINHO, 2013, p. 4). Entendido assim, o jornalismo praticado pelas emissoras públicas tem o potencial de transformar-se em um verdadeiro espaço de cidadania, de exercício do direito à informação e à comunicação e, na perspectiva da comunicação pública, de reivindicação.

Na carta de encerramento do 1º Fórum de TVs Públicas, marco para a televisão pública no Brasil, os participantes do evento reforçaram a relação dessas emissoras com a cidadania. Como afirmaram, a televisão pública “promove a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia”, e deve atuar como “instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais” e, principalmente, “deve estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs” (FNTP, 2007).

O direito à comunicação, como já discutimos, não se realiza se o cidadão não tiver voz, não participar do debate mediado pela televisão e, sobretudo, pelo telejornalismo. Rincón (2002), lembra que, na televisão comercial, o telespectador é convidado a participar apenas como consumidor, sem que isso signifique que ele atue como cidadão. Entretanto,

Existe uma utopia segundo a qual os públicos passam de ser meros espectadores da ‘função televisiva’, para uma posição de interlocutores, que nos permita nossa reconstituição como sujeitos históricos, cidadãos e membros ativos e criativos de nossa própria cultura; que nos permita ser sujeitos que interagem de maneira inteligente, produtiva e crítica com relação à tevê. (RINCÓN, 2002, p. 26).

Para Barbero é na televisão pública que essa interpelação que configura para o sujeito o direito de exercer a sua cidadania encontra seu lugar próprio. Nesse sentido, “falar de *participação* é juntar, de maneira inextricável, o direito ao *reconhecimento* social e cultural, ao direito à *expressão* de todas as sensibilidades e narrativas nas quais se amoldam a criatividade política e cultural de um país” (BARBERO, 2002a, p. 58). No telejornalismo, Coutinho e Mata (2010) sustentam que, ao aparecer como vozes, os cidadãos assumem uma espécie de coautoria do texto jornalístico sobre a realidade reconstruída e apresentada. Dessa forma, ao inserir o cidadão no telejornal, ele acaba por apresentar uma mediação entre a experiência do outro, a experiência particular de cada telespectador e as suas relações com a sociedade (COUTINHO, MATA, 2010).

Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) apontam algumas características que são esperadas do jornalismo nas emissoras públicas para que elas possam cumprir a sua missão com a cidadania. De acordo com os autores, esse jornalismo deve apresentar reportagens de diversas regiões e cidades, atingindo toda a área geográfica coberta pela emissora; também deve ter representados os diferentes pontos de vista sobre os temas em questão, de modo que as fontes consultadas reflitam a diversidade social e qualifiquem o debate de ideias; e, sobretudo, deve ter os cidadãos como protagonistas das notícias e coberturas.

Oliveira Filho e Coutinho (2015), ao revisarem a literatura sobre qualidade no jornalismo apontam que

[...] apesar da complexidade do conceito, os estudos sobre a qualidade no jornalismo se aproximam quanto trazem a discussão indicadores relativos à diversidade, pluralidade, ética, debate público, inclusão, primor técnico e independência. O diálogo com o cidadão e a interatividade também são aspectos importantes e que frequentemente fazem parte das matrizes de verificação da qualidade. (OLIVEIRA FILHO, COUTINHO, 2015, p. 12).

A partir dessa reflexão, os autores desenvolvem indicadores de qualidade próprios para o jornalismo na televisão pública. No que tange ao debate público e à cidadania, dois eixos desses indicadores nos interessam de forma especial: o eixo relativo à “pluralidade, diversidade e regionalismo” e o eixo relativo à “participação e inclusão”. O primeiro eixo preocupa-se em saber se:

- A reportagem mostra grupos ou pessoas que são excluídas da mídia tradicional?
- Há contraponto de ideias?
- Pessoas com diferentes visões são ouvidas?
- É perceptível a presença da diversidade étnica, racial, religiosa, sexual ou regional na matéria?

- O assunto é abordado em diferentes regiões do país? (OLIVEIRA FILHO, COUTINHO, 2015, p. 14).

Já o eixo relativo à participação e inclusão nos traz as seguintes questões:

- Percebe-se na reportagem o uso de material enviado por telespectadores?
- O repórter se preocupa em passar informações que são úteis para a melhoria de vida da sociedade?
- Grupos que representam minorias foram abordados?
- A reportagem ou o apresentador cita como o cidadão pode participar do conteúdo/telejornal?
- A população é ouvida na matéria? (OLIVEIRA FILHO, COUTINHO, 2015, p. 14).

Quando foi instituída, a Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a EBC, também instituiu os princípios e objetivos da radiodifusão no Brasil. Essas normas colocam a concepção por trás da Empresa Brasil de Comunicação em diálogo com as perspectivas teóricas que vimos até agora sobre jornalismo (e a programação em geral) e participação na televisão pública e as suas relações com a cidadania. Como vemos no quadro abaixo, esses princípios e objetivos da radiodifusão pública têm a missão de fomentar o debate público, garantir o direito à comunicação, promover a cidadania, entre outros.

Quadro 1 - Princípios e Objetivos da radiodifusão pública

PRINCÍPIOS DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA	OBJETIVOS DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA
<p>I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;</p> <p>II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;</p> <p>III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;</p> <p>IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;</p> <p>V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;</p>	<p>I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;</p> <p>II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;</p> <p>III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;</p> <p>IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;</p>

<p>VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;</p> <p>VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;</p> <p>VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e</p> <p>IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.</p>	<p>V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;</p> <p>VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;</p> <p>VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;</p> <p>VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e</p> <p>IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.</p> <p>Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.</p>
--	---

Fonte: elaborado com base na Lei 11.652/2008 (grifos nossos).

Além do que está disposto na lei que cria a EBC, outro documento que nos serve de referência para falarmos de jornalismo da televisão pública e, principalmente, de participação e cidadania nessas emissoras, é o *Manual de Jornalismo da EBC*. Nesse manual, o jornalismo é entendido como um “serviço público”, sem o qual “a sociedade de uma nação, de um território ou de uma localidade não consegue exercer seus direitos de cidadania, pois os cidadãos e cidadãs não teriam meios de estar em todos os lugares e saber tudo que acontece de relevante e importante para as relações sociais” (EBC, 2013, p. 7). Por essa razão, o jornalismo da EBC deve colocar-se a serviço do interesse público e do direito dos cidadãos à informação, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento e opinião.

Assim como a Lei 11.652 traz princípios e objetivos gerais para as emissoras públicas, o manual da EBC traz seus equivalentes específicos para o jornalismo. Os

princípios do jornalismo expressos no manual seguem a mesma direção de comprometimento com a cidadania: “fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade” (EBC, 2013, p. 23). Entre os objetivos, no que tange a esta pesquisa, se destacam o discernimento (“contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada”); o debate público (“fornecer espaços e meios para o debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional, assegurada a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes”); a inclusão (“apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes”); e a participação (“estimular a participação do público nas diversas fases da produção”) (EBC, 2013, p. 23-24).

Quanto à participação, o manual traz diversas orientações sobre incluir os cidadãos desde a pauta até a produção de conteúdos. O jornalismo praticado pela empresa estabelece duas linhas de interação com o público: o foco *no* cidadão (“o jornalismo percebe o cidadão, para direcionar a ele seu conteúdo”), e o foco *do* cidadão (“o cidadão é quem focaliza a EBC – demanda, critica, sugere e participa”) (EBC, 2013, p. 28). Alinhado ao que se espera de uma empresa pública de comunicação, “para a EBC essas práticas, em vez de concessões, são estratégias próprias de emissora subordinada aos interesses da sociedade” (EBC, 2013, p. 29).

3.4.1. Cidadania e jornalismo na TV Brasil

Durante a *Pesquisa sobre a programação da TV BRASIL/EBC* (UFRGS/EBC, 2014a; 2014b; 2014c; 2014d, 2015a; 2015b) pudemos perceber que, de fato, o jornalismo da *TV Brasil*, emissora nacional da EBC, reserva um grande espaço para a fala dos sujeitos da sociedade civil. Na categoria *jornalismo*, a pesquisa incluiu o programa *Caminhos da Reportagem* e os telejornais *Repórter Brasil Tarde* e *Repórter Brasil Noite*. Entre esses três programas, foram analisados 4.120 minutos de programação jornalística e pôde-se constatar que a categoria *Cidadãos* estava presente em 92% das edições analisadas. Essa grande participação de cidadãos foi percebida ao longo de toda a pesquisa, que durou um ano. Além dos cidadãos, chamou a atenção a pluralidade de vozes trazidas pela programação jornalística. Essa pluralidade foi notada

pela presença das 31 categorias diferentes de vozes com as quais a pesquisa trabalhou, sendo que 19 delas tiveram frequência nas matérias superior a 20%.

Quanto aos telejornais, eles foram analisados em cinco momentos ao longo da pesquisa. Nessas análises, constatamos a participação dos *Cidadãos* em cada uma das análises entre 75% e 100% das edições examinadas. Na pesquisa, a presença volumosa de cidadãos foi avaliada como uma característica positiva, pois demonstrava a preocupação da emissora em promover a participação e integração dos telespectadores e produzir um jornalismo que não fosse pautado exclusivamente por fontes oficiais e ligadas às instâncias de poder estabelecidas. No entanto, notamos que essa participação se dava de forma muito superficial, com manifestações rápidas. Exemplo disso era o quadro *Pergunta do Dia*, com o conhecido formato “fala-povo”, no qual diversas pessoas são entrevistadas, repercutindo determinado assunto. Dessa forma, levantou-se a dúvida sobre se essa participação do cidadão no telejornalismo da *TV Brasil* realmente expressava uma participação desses atores enquanto sujeitos de demandas, se essa participação se constituía, na acepção de Peruzzo (1998), como uma participação-poder, capaz de fazer com que esses sujeitos cresçam enquanto cidadãos e participem ativamente do debate público.

Das respostas que aquela pesquisa nos trouxe e das dúvidas que nos suscitou, nasce esta. Assim, nos próximos capítulos, buscaremos ampliar as pistas que já temos, fazendo novas perguntas a esse objeto, a fim de ampliarmos a nossa compreensão sobre a participação do cidadão no debate público por meio do telejornalismo da *TV Brasil*.

4. O ACONTECIMENTO PÚBLICO

Fatos acontecem o tempo todo no mundo, mas o que chamamos aqui de *acontecimento* são aqueles que provocam rupturas, que desorganizam o curso da vida. Como aponta Coelho (2013, p. 67) o acontecimento “é uma falha, um corte; faz buscar sentido através de narrativas, com a finalidade de suprir a falha”. Entretanto, o acontecimento não existe por si só, ele existe em relação, existe porque acontece a alguém. O poder no acontecimento está, precisamente, na sua capacidade de afetar os sujeitos individuais ou coletivos. Dessa forma, “uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados” (FRANÇA, 2012, p. 13).

São esses fatos que acontecem rompendo a ordem do esperado que constituem a matéria-prima do jornalismo, “a tarefa do jornalismo é farejá-los, identificá-los, e então narrar” (FRANÇA, 2012, p. 12). Os “critérios de noticiabilidade” filtram o acontecido pela sua abrangência, impacto e interesse, e o que vira notícia são os acontecimentos. Nessa concepção, é a própria natureza do acontecimento que define seu *status* como tal. Já para alguns autores, como aponta França (2012, p. 12), o acontecimento só existe a partir da sua transformação em narrativa, “uma ocorrência específica, narrada e transformada em informação jornalística, foi alçada à condição de acontecimento”.

Nesse sentido, França (2012) e Coelho (2013) trazem a concepção do sociólogo francês Louis Quéré sobre a “dupla vida do acontecimento”. A primeira vida é de ordem existencial, do fato, daquilo que percebemos. A partir disso, quando construímos narrativas sobre ele, o acontecimento ganha a sua segunda vida, torna-se objeto simbólico, ganha sentido. E essas duas vidas coexistem: o acontecimento é fato e significado. Ao suscitar sentidos, o acontecimento incita a busca por respostas e maneiras de retomar a ordem das coisas, nesse sentido, o acontecimento faz agir e faz falar (FRANÇA, 2012).

Para Coelho (2013) a mídia se constitui no espaço privilegiado dos acontecimentos na contemporaneidade. Nessa direção, França (2012) sustenta que na mídia cabem as duas vidas do acontecimento. Nela, ele tanto por surgir na sua dimensão existencial, considerando que a mídia não está apartada das outras esferas sociais, como pode ser narrado, adquirindo a sua segunda vida. E, para a autora, “é principalmente

neste domínio [da mídia] que os acontecimentos são revividos e ganham sua existência simbólica” (FRANÇA, 2012, p. 16).

Para além da sua dimensão de acontecimento jornalístico e midiático, o acontecimento também pode constituir-se como acontecimento público. Nesse sentido, “pode-se inferir que o acontecimento público não é apenas aquele visível, mas também aquele que envolve o(s) público(s) e o Estado” (COELHO, 2013, p. 73), é o acontecimento inscrito no território dos problemas públicos e do seu tratamento pela ação pública. No entanto, é possível que o acontecimento público se constitua em acontecimento midiático e jornalístico, contanto que os sujeitos (públicos e Estado) sejam por eles afetados. O acontecimento público, dessa forma, provoca a emergência dos públicos e leva à ação coletiva (Arquembourg, 2003 *apud* Coelho, 2013).

De acordo com Coelho (2013), são as seguintes as três dimensões do acontecimento público:

Ele o é por ter uma grande visibilidade, ensejar problemas e temas fundados no interesse público, exigir ação pública. Ele demanda/provoca processos de comunicação pública, em que há a mobilização de arenas e a expectativa de regramento por princípios éticos e normativos. Em um acontecimento público, mídia, sociedade, Estado estão implicados. (COELHO, 2013, p. 76)

Weber (2011) aborda a transformação do acontecimento público em acontecimento midiático. De acordo com a autora, quando um acontecimento público “é suficientemente poderoso para provocar impactos na vida dos indivíduos e na sociedade, ele se impõe aos meios de comunicação de massa e atrai as instituições políticas” (WEBER, 2011, p. 190). Essa convergência entre mídia e política no âmbito do acontecimento gera o que a autora chama de “espetáculo político-midiático”.

É a estrutura vital do acontecimento público que determina se ele poderá ser transformado em espetáculo político-midiático, permanecendo na pauta da mídia por tempo indeterminado. Isso “só é possível porque a estrutura vital do acontecimento permanece aberta e oferece mais informações, outros ângulos e dados capazes de alimentar notícias, programas e discursos” (WEBER, 2011, p. 190). A estrutura vital do acontecimento é determinada pela natureza, qualidade, autonomia, passionalidade, pelos ideais coletivos e rituais de origem do acontecimento.

A natureza do acontecimento público pode ser a de algo imprevisto ou planejado, e as diferentes naturezas provocam níveis diferentes de interesse. Weber (2011) lembra que os acontecimentos políticos, em geral, são planejados no intuito de obter

visibilidade e imagem positiva. Mas também existem os acontecimentos inesperados na política, como, por exemplo, o escândalo. A qualidade diz respeito à importância do acontecimento para os poderes envolvidos, está “na amplitude de sua repercussão, a partir de impactos (fato inusitado) ou da combinação de interesses (fato planejado estrategicamente)” (WEBER, 2011, p. 192). A autonomia está relacionada ao quanto a permanência de um acontecimento depende das instituições e sujeitos da mídia, política, economia, etc. A sua passionalidade tem a ver com a sua capacidade de mobilizar paixões individuais e coletivas. Para Weber (2011, p. 193), “a comoção dos indivíduos desencadeia ressurreições políticas, midiáticas e mercadológicas”. O ideal coletivo do acontecimento importa na medida em que o espetáculo político-midiático necessita que o indivíduo se veja como pertencente a algo comum, é a identificação com ideais comuns. Já os rituais, são diferentes em cada acontecimento, que tem suas próprias cerimônias e protocolos.

Assim, o espetáculo político-midiático não se constitui por si só, mas a partir da apropriação pela mídia de acontecimentos públicos com uma estrutura vital suficientemente forte para sustentar o espetáculo. A transição entre acontecimento público e espetáculo político-midiático se dá primeiramente pelo jornalismo, “que identifica a intensidade do acontecimento” e, então, é “a qualidade deste acontecimento que resultará na sua permanência junto das instituições políticas e organizações midiáticas, sociedade e indivíduos” (WEBER, 2011, p. 202). Desta forma, o espetáculo político-midiático reúne razões e paixões de todos os campos da sociedade a partir da apropriação do acontecimento pelos gêneros midiáticos da informação, da propaganda e do entretenimento.

4.1 Entre o acontecimento e o espetáculo político-midiático, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff

Em 2010, Dilma Rousseff (PT) se tornou a primeira presidenta do Brasil. Em sua primeira eleição, ela obteve 55.752.529 votos e venceu José Serra (PSDB) no segundo turno com o equivalente a 56,05% dos votos válidos. Em 2014, concorreu à reeleição em um processo marcado por reviravoltas e o acirramento das disputas políticas que envolveram toda a sociedade. Dilma liderava as pesquisas de intenção de voto, seguida por Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB). A morte de Campos em um acidente de avião, em agosto daquele ano, fez com que sua candidata a vice, Marina

Silva (PSB), ascendesse nas pesquisas, que indicavam segundo turno entre Marina e Dilma, com vitória da primeira.

Com a aproximação do primeiro turno, Aécio Neves voltou a crescer nas pesquisas. No dia 5 de outubro de 2014, Dilma obteve 41,59% dos votos válidos, passando a disputar o segundo turno com Aécio, que obteve 33,55%. Nas semanas que antecederam a votação decisiva, do lado de Dilma o discurso era de que o seu oponente representava uma volta ao passado neoliberal. Já Aécio explorou a crise econômica e as denúncias de corrupção na Petrobrás. Entre o medo do passado e as incertezas do presente, o Brasil se dividiu. Dilma Rousseff levou às ruas setores que há anos não balançavam suas bandeiras pelo Partido dos Trabalhadores e obteve uma vitória apertada sobre o candidato do PSDB. A presidenta reeleita recebeu 51,64% dos votos válidos, o equivalente a 54 501 118 votos.

Mas a “eleição interminável” (Gomes, 2004) não havia terminado. Apesar do discurso de unificação do governo, os setores que saíram derrotados da eleição de 2014 fizeram uma forte oposição desde o primeiro dia do novo mandato de Dilma. Quando a primeira presidenta do Brasil realizava seu discurso em homenagem ao Dia da Mulher, em 8 de março de 2015, setores descontentes realizaram o primeiro painel contra Dilma. Uma semana mais tarde, os mesmo setores realizaram volumosos protestos em todos os estados, que se repetiram algumas vezes durante aquele ano. Entretanto, os protestos contra o governo não se deram sem reação de seus aliados, que também realizaram manifestação em apoio à presidenta e ao governo.

Nesse clima, no dia 7 de outubro de 2015 o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou por unanimidade as contas do governo federal referentes ao último ano do mandato anterior, 2014. O principal argumento foi o da utilização de “pedaladas fiscais” com o adiamento de repasses aos bancos públicos para pagamento de benefícios sociais. A partir disso, os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal protocolaram na Câmara dos Deputados um pedido de impeachment contra Dilma Rousseff em 21 de outubro de 2015 (os dois primeiros já haviam entrado com um pedido de impeachment em setembro). Paralelamente ao processo contra Dilma, tramitava um pedido de cassação de mandato contra o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). No dia 2 de dezembro, Sibá Machado (AC), líder do PT na Câmara, anunciou o apoio da bancada do partido à admissibilidade do processo contra Cunha por quebra de decoro parlamentar. Poucas horas mais tarde, Eduardo Cunha anunciou o acolhimento do pedido de impeachment protocolado em outubro.

No dia seguinte, Cunha deu oficialmente abertura para o processo e ordenou a criação de uma Comissão Especial para análise do pedido. A eleição da Comissão, no dia 8 de dezembro, foi marcada pela disputa entre chapas. Cada bloco parlamentar havia indicado proporcionalmente nomes para a Comissão, mas Eduardo Cunha decidiu que poderia haver chapas alternativas. Dessa forma, a chapa que saiu vencedora era formada apenas por deputados de oposição ao governo. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) e, nove dias depois de realizada, a eleição da chapa para a Comissão Especial foi anulada. Na ocasião, o STF proibiu chapas avulsas, sem indicação dos partidos ou blocos parlamentares, e determinou que a votação na eleição da chapa fosse aberta.

No dia 17 de março de 2016, uma nova Comissão Especial, composta por 65 deputados indicados pelos líderes das bancadas, foi eleita para analisar o pedido de impeachment. Os deputados Rogério Rosso (PSD/DF) e Jovair Arantes (PTB/GO) foram eleitos para ocupar, respectivamente, os cargos de presidente e relator da Comissão. A presidenta Dilma Rousseff, então, foi notificada e teve, a partir daquele momento, o prazo de 10 sessões da Câmara dos Deputados para apresentar a sua defesa. No dia 30 de março, a Comissão ouviu os autores do pedido e, no dia seguinte, defensores da presidenta. O argumento da defesa era o de que as ações da presidenta eram atos normais de governo e não constituíam crime de responsabilidade. Dias depois, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, entregou a defesa da presidenta à Comissão e, além do argumento de que não houve crime de responsabilidade, sustentou que o processo havia sido aberto por um ato de “vingança” de Eduardo Cunha. No dia 6 de abril, o relator Jovair Arantes entregou parecer favorável ao processo de impedimento de Dilma Rousseff e, cinco dias mais tarde, o relatório foi aprovado na Comissão com 38 votos favoráveis e 27 contra.

Para o bem e para o mal, o dia 17 de abril entrou para história do Brasil. Dia em que foi votada a admissibilidade do processo por 367 favoráveis contra 137 contrários, a votação foi transmitida pelos principais canais de televisão aberta do país, com exceção do SBT. Como noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, a maioria dos parlamentares favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff, não fez nenhum comentário ou posicionamento sobre as pedaladas fiscais durante seus votos. Em vez disso, utilizaram como justificativa seus próprios familiares, “deus”, “cristianismo”, “o fim da

corrupção”, “dentre outros motivos que surpreenderam até jornais internacionais”³. De acordo com o site da *BBC* no Brasil⁴ a palavra “vergonha” foi citada 270 mil vezes no Twitter durante o domingo da votação. Até mesmo o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa declarou em seu perfil no Twitter⁵: “É de chorar de vergonha! Simplesmente patético!”.

Depois de aprovado na Câmara, o processo de impeachment seguiu para o Senado Federal. No dia 26 de abril, foi eleita a Comissão Especial, composta por 21 senadores titulares e 21 suplentes, para analisar se a Casa deveria ou não acolher o pedido de impedimento. Raimundo Lira (PMDB/PB) foi eleito o presidente da Comissão Especial e Antonio Anastasia (PSDB/MG), relator. Assim como na Câmara, entre os dias 28 e 29 do mesmo mês a Comissão do Senado ouviu os autores do processo e a defesa da presidenta. No dia 4 de maio, o relator apresentou parecer favorável ao prosseguimento do processo e, no dia 6 do mesmo mês, o parecer foi aprovado pela Comissão por 15 votos a 5, com a abstenção do presidente da Comissão. No dia 5 de maio, o STF havia determinado o afastamento de Eduardo Cunha do exercício do seu mandato. Com isso, quem assumiu a presidência da Câmara dos Deputados foi Waldir Maranhão (PP/MA). O presidente em exercício da Câmara aceitou, no dia 9 de maio, um pedido da Advocacia-Geral da União de anulação das sessões da Casa dos dias 15, 16 e 17 de abril, datas em que ocorreram os debates e a votação do processo de impeachment. Com isso, o processo deveria retornar à Câmara. Entretanto, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) não aceitou receber a decisão de Maranhão e decidiu dar prosseguimento ao processo. Horas mais tarde, o próprio presidente em exercício da Câmara dos Deputados revogou a sua decisão de anular as sessões.

No dia 11 de maio, foi aberta a sessão do Senado que decidiu pela abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff já na manhã do dia 12. Com o voto favorável de 55 deputados, 22 contrários e a abstenção do presidente da Casa, o Senado abriu o processo e afastou a presidenta Dilma Rousseff pelo prazo máximo de 180 dias. Ainda no dia 12 de maio, Dilma foi notificada do seu afastamento, e, em seu discurso antes de deixar o Palácio do Planalto, afirmou, como já vinha

³ ‘Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/e-de-chorar-de-vergonha-simplesmente-patetico-diz-joaquim-barbosa-sobre-votacao-do-impeachment/> Acesso em: 27/05/2016.

⁴ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm Acesso em: 27/05/2016.

⁵ Disponível em: <https://twitter.com/joaquimboficial/status/722281276208754689> Acesso em: 27/05/2016.

afirmando em outras oportunidades, que estava sendo vítima de um golpe. No mesmo dia, Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente a presidência do país, até que seja realizada a votação final no Senado Federal.

O processo institucional da política não se deu alheio ao envolvimento dos outros setores da sociedade. Retomando Weber (2007, p. 23), a autora sustenta que, “a partir do momento em que um dos sistemas de comunicação desencadeia o debate em torno da fome, segurança, educação, saúde, corrupção e outros temas vitais [...] entende-se que os demais sistemas serão provocados a se manifestar”. Dessa forma, manifestações a favor e contra o impeachment, assim como apitaços, panelaços, twittaços, vomitaços virtuais envolveram os mais diversos setores e atores da sociedade. De atores ligados à economia, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que anunciou apoio formal ao processo de impeachment, a movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que estiveram à frente de manifestações, ocupações e fechamentos de rodovias em ações conta o que sustentam que seja um “golpe”.

O processo de impeachment rompe com a normalidade das instituições democráticas de um país. Uma presidenta é eleita para cumprir um mandato de quatro anos definido constitucionalmente. Quando há essa ruptura, ou a eminência dela, que já gera o caos, o acontecimento público se estabelece e, através da narrativa, dessa segunda vida do acontecimento, busca-se sentidos para o mundo desordenado. Um acontecimento dessa natureza gera um grande impacto na vida dos indivíduos e na vida em sociedade, ele tem na sua estrutura vital elementos narrativos e simbólicos que o impõem para a mídia. E a mídia, ao apropriar-se do acontecimento impeachment, transformou-o em um espetáculo político-midiático com uma grande vitalidade, há meses inundando a vida cotidiana com manchetes e mais manchetes, com novos capítulos e histórias requentadas, enfim, com desdobramentos do acontecimento desencadeador.

5. IMPEACHMENT E CIDADANIA NO REPÓRTER BRASIL NOITE

A partir da construção teórica realizada nos capítulos 2, 3 e 4, propomos a análise do telejornal Repórter Brasil Noite utilizando o método da *análise de conteúdo*. Aqui faremos a análise de oito edições do telejornal buscando as matérias vinculadas ao *acontecimento* sobre a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, e no Senado Federal no dia 12 de maio de 2016. A análise dessas matérias leva em conta os princípios e objetivos da radiodifusão pública (citados no item 3.4. do capítulo anterior), especialmente no que diz respeito a “fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação” (BRASIL, 2008). A partir das categorias de análise utilizadas, pretendemos identificar os sujeitos sociais e a sociedade civil, aos quais é dada a voz no jornalismo da *TV Brasil*, e também identificar os temas sobre os quais eles se manifestam. Considera-se para essa análise que a cidadania é fortalecida a partir da participação dos sujeitos no debate público.

5.1. Objeto de Pesquisa: o Repórter Brasil Noite

Objeto desta pesquisa, o Repórter Brasil Noite (RBN) entrou no ar no dia 3 de dezembro de 2007. Inicialmente apresentado de três praças diferentes, por Luiz Lobo (de Brasília), Luciana Barreto (do Rio de Janeiro) e Florestan Fernandes Júnior (de São Paulo), em 2013 ele passou por uma reformulação, começando a ser apresentado apenas de Brasília.

Atualmente, o telejornal tem como apresentadores principais Guilherme Menezes e Katiúscia Neri. Com duração de 40 minutos, o Repórter Brasil Noite vai ao ar de segunda-feira a sábado e traz notícias de abrangência nacional e internacional sobre temas como política, economia, cultura e esportes.

Serão analisadas as edições do jornal no período de 11 de abril de 2016 a 21 de maio de 2016, num total de 6 edições selecionadas, com construção de uma semana composta. Além disso, também analisaremos as edições do dia 18 de abril de 2016 e do dia 12 de maio de 2016, por serem as edições seguintes às votações de abertura do processo da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente. Essas edições abrangem a cobertura sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff,

como pronunciamentos de políticos, manifestações, reuniões de partidos, votações, etc. Também são incluídas as matérias sobre governo interino do vice-presidente Michel Temer (PMDB), considerando-o como parte do processo em andamento.

5.2. Procedimentos metodológicos

A metodologia aplicada a esta pesquisa abrange, além das pesquisas bibliográfica e histórico descritiva já apresentadas, a *análise de conteúdo* como método para exame do material empírico. De acordo com Fonseca Júnior (2005, p. 280), essa prática “se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. O autor ainda lembra que esse método já estava presente nos primeiros estudos da *communication research* e segue sendo bastante usado até hoje no campo da Comunicação pela sua capacidade de adaptação.

Esse método vem sendo utilizado pelo menos desde o século XVIII e ganhou muita importância durante a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1970, a análise de conteúdo entrou em um período de decadência devido à crítica marxista de que sua origem positivista não permitia uma aproximação “crítico-ideológica” suficiente dos meios de comunicação de massa (FONSECA JÚNIOR, 2005). Já na década de 1990, o método ganha novos contornos a partir da superação da ênfase excessiva no aspecto quantitativo com a absorção da ideia das *inferências* como um objetivo desse método.

Citando Bardin (1988), Fonseca Júnior (2005) explica que a análise de conteúdo se dá em cinco etapas: organização da análise, codificação, categorização, inferência e tratamento informático. A organização da análise é a etapa que serve de alicerce para as etapas seguintes, é onde ocorre o planejamento do trabalho. A codificação dos conteúdos é feita para cada unidade de registro, ou seja, cada unidade que constitui o *corpus* da pesquisa. Essa etapa consiste na sistematização de dados brutos a partir de regras de enumeração, agregação, e classificação e a sua função é servir de elo entre o aparato teórico da pesquisa e o material analisado.

A categorização consiste na classificação e agrupamento dos dados em um número reduzido de categorias em relação às unidades de registro. A categorização deve seguir os critérios de: exclusão mútua, um elemento só pode pertencer a uma categoria; homogeneidade, a uma mesma categoria devem pertencer as unidades de registro de mesma natureza; pertinência, as categorias devem refletir as intenções da pesquisa; objetividade e fidelidade, os procedimentos de classificação devem ser objetivos, a fim

de que outros pesquisadores possam repetir o estudo; e produtividade, o conjunto de categorias deve produzir resultados férteis quanto a inferências, dados, etc. A inferência está centrada nos aspectos implícitos da mensagem analisada. A leitura realizada pelo analista procura encontrar os sentidos que estão no segundo plano. Já o tratamento informático consiste na análise dos dados a partir de softwares.

5.2.1. Corpus da Pesquisa

Nesta pesquisa trabalhamos com duas amostras: uma amostra de semana composta e uma amostra com as edições do Repórter Brasil Noite seguintes às votações do processo de impeachment na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A amostra de semana composta selecionada para este estudo está inserida no período entre 11 de abril de 2016, semana anterior à votação na Câmara, e 21 de maio de 2016, semana após a votação no Senado. Nesse período, realizamos a seleção de seis edições do telejornal Repórter Brasil Noite a partir de uma amostragem de semana composta não probabilística. O Quadro 2 mostra a composição da amostra.

Quadro 2 - Composição de amostragem de semanas

Semana 1	11/04/2016	segunda-feira
Semana 2	19/04/2016	terça-feira
Semana 3	27/04/2016	quarta-feira
Semana 4	05/05/2016	quinta-feira
Semana 5	13/05/2016	sexta-feira
Semana 6	21/05/2016	sábado

Fonte: Elaboração própria.

Nessas edições do jornal, foram selecionadas as matérias que estavam relacionadas ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, como pronunciamentos de políticos, manifestações, reuniões de partidos, etc. Nas edições dos dias 13 e 21 de maio de 2016, que foram veiculadas após o afastamento da presidenta, também foram incluídas matérias referentes à formação do governo interino, uma vez que entendemos que fazem parte do processo em curso. Assim, foram selecionadas dessas seis edições as 33 matérias dispostas no Quadro 3. Também buscamos entender quem tinha espaço no debate público sobre o processo de impeachment nas edições do Repórter Brasil Noite que repercutiram a votação de abertura do processo da Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Nesse sentido, uma segunda amostra foi elaborada

reunindo as matérias dos dias 18 de abril de 2016 (edição seguinte à votação na Câmara dos Deputados) e 12 de maio de 2016 (edição seguinte à votação no Senado Federal), seguindo os mesmos critérios de seleção das matérias da primeira amostra. Foram selecionadas 20 matérias, conforme o Quadro 4.

Quadro 3 - Amostra 11/04/2016 a 21/05/2016

Data	Código	Título
11/04/2016	RBN01	Jaques Wagner dá entrevista coletiva para falar sobre aprovação do parecer do impeachment
11/04/2016	RBN02	O Repórter Brasil recebe o advogado Marcello Lavenère, um dos autores do pedido de impeachment do ex-presidente Collor
11/04/2016	RBN03	Brasília já recebe manifestantes a favor e contra o impeachment
11/04/2016	RBN04	Políticos, movimentos sociais, intelectuais e artistas fazem ato cultural contra o impeachment
11/04/2016	RBN05	Temer se antecipa à votação final e fala como se a abertura do processo contra a presidenta tivesse sido aprovada
11/04/2016	RBN06	Comissão do impeachment aprova relatório que recomenda continuidade do processo de impeachment de Dilma
19/04/2016	RBN07	Deputado Mendonça Filho é hostilizado no aeroporto dos Guararapes
19/04/2016	RBN08	OAB anuncia que vai pedir, ao STF a cassação do mandato do deputado federal Jair Bolsonaro
19/04/2016	RBN09	Partidos de oposição lançam nota em repúdio à entrevista da presidenta Dilma à imprensa estrangeira
19/04/2016	RBN10	Senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo, deu entrevista hoje à BBC Brasil
19/04/2016	RBN11	Em São Paulo, direção do PT passa a tarde reunida
19/04/2016	RBN12	Presidenta Dilma Rousseff dá entrevista a jornalistas estrangeiros sobre a crise política
27/04/2016	RBN13	Ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, participa de Congresso da Central das Américas
27/04/2016	RBN14	Manifestantes fizeram um ato contra o pedido de afastamento da presidenta
27/04/2016	RBN15	Grupo de senadores vai entregar carta à presidenta em defesa da antecipação das eleições presidenciais
27/04/2016	RBN16	Presidenta Dilma Rousseff diz que o processo de impeachment tem um "pecado original"
05/05/2016	RBN17	Comissão do impeachment se reúne amanhã para votar o parecer que pede a abertura do processo
05/05/2016	RBN18	RJ: músicos de orquestras e universidades fazem um ato-concerto pela democracia
05/05/2016	RBN19	TSE rejeita recursos da presidenta Dilma nos processos que pedem a cassação do seu mandato
05/05/2016	RBN20	Base governista volta a pedir a anulação do processo de impeachment
05/05/2016	RBN21	Afastamento de Eduardo Cunha repercutiu intensamente, na imprensa internacional
05/05/2016	RBN22	Presidenta Dilma diz que afastamento de Cunha da presidência da Câmara foi "antes tarde do que nunca"
13/05/2016	RBN23	Reforma ministerial provoca críticas dos movimentos sociais
13/05/2016	RBN24	Novo ministro da Saúde diz que editais do programa Mais Médicos não terão alterações

13/05/2016	RBN25	Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, fala com a imprensa
13/05/2016	RBN26	Presidente interino Michel Temer faz primeira reunião ministerial
13/05/2016	RBN27	Presidenta afastada, Dilma Rousseff, viaja para Porto Alegre
13/05/2016	RBN28	MRE divulga nota condenando declarações internacionais sobre o afastamento da presidenta Dilma
13/05/2016	RBN29	Novo ministro da Justiça diz que vai manter Leandro Daelo como diretor da Polícia Federal
13/05/2016	RBN30	RJ: manifestantes, movimentos sociais e políticos se reúnem em grande manifestação contra o governo Temer
21/05/2016	RBN31	Encontro Nacional de Blogueiros é realizado em Minas Gerais
21/05/2016	RBN32	Ex-advogado Geral da União, criticou anúncio de que o atual responsável pela pasta, Fábio Medina Osório, vai abrir uma sindicância contra ele
21/05/2016	RBN33	Temer decide recriar Ministério da Cultura

Fonte: Elaboração própria a partir das 6 edições do Repórter Brasil Noite

Quadro 4 - Amostra 18/04/2016 e 12/05/2016

Data	Código	Título
18/04/2016	RBN 34	Instituto Vox Populi fez uma pesquisa que traz números interessantes sobre esse momento que o Brasil vive
18/04/2016	RBN 35	Decisão da Câmara, a favor do impeachment, teve intensa repercussão na imprensa mundial
18/04/2016	RBN 36	Manifestações contra e a favor do impeachment levaram milhares de pessoas às ruas
18/04/2016	RBN 37	Presidenta Dilma fala sobre a votação
18/04/2016	RBN 38	Religiosos criticam deputados que fizeram referências à religião durante o voto
18/04/2016	RBN 39	Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo afirmam que não reconhecem a legitimidade de um pretensão governo Temer
18/04/2016	RBN 40	PDT expulsa seis deputados que votaram a favor do impeachment
18/04/2016	RBN 41	Vice-presidente Michel Temer passou o dia de hoje em São Paulo
18/04/2016	RBN 42	Sessão da Câmara foi acompanhada por milhões de brasileiros
18/04/2016	RBN 43	Grupo de senadores vai apresentar PEC para antecipar as eleições presidenciais
18/04/2016	RBN 44	Datafolha: pesquisa ouve opinião de manifestantes a favor e contra o impeachment
18/04/2016	RBN 45	O Repórter Brasil explica como fica o andamento do processo contra a presidenta, no Senado
18/04/2016	RBN 46	Processo contra a presidenta Dilma chega ao Senado
12/05/2016	RBN 47	Conheça um pouco mais sobre a vida e a trajetória política de Michel Temer
12/05/2016	RBN 48	Qual sua expectativa para o Brasil depois da decisão do Senado?
12/05/2016	RBN 49	Presidente interino Michel Temer faz a primeira reunião ministerial
12/05/2016	RBN 50	Comentário – Paulo Moreira Leite
12/05/2016	RBN 51	Principais entidades empresariais elogiam nova equipe econômica
12/05/2016	RBN 52	Exoneração dos ministros de Dilma saíram publicados em edição extra do Diário Oficial da União
12/05/2016	RBN 53	Michel Temer assume como presidente interino

Fonte: Elaboração própria a partir de duas edições do Repórter Brasil Noite.

5.2.2. Classificação das informações

As informações foram assim classificadas:

a) A matéria

- Título/Tema – a partir dos títulos as matérias foram classificadas nos temas *política institucional* ou *política na sociedade civil*;
- Data – dia da edição a qual a matéria pertence;
- Duração – tempo total de duração da matéria, incluindo os tempos de cabeça e pé;
- Local – cidade onde estava o repórter (ou apresentador, para o caso das matérias sem repórter);
- Tipo de matéria – os tipos de matéria com os quais trabalhamos foram: reportagem, nota simples, nota coberta, link ao vivo, entrevista, comentário e fala-povo.

b) As vozes

Após a classificação das matérias, foi realizada a classificação de cada uma das vozes de cada matéria a partir dos seguintes critérios:

- Tipo de fala – classificado se a pessoa *fala* ou tem *fala citada*;
- Voz – quem fala ou tem fala citada.

c) Características das vozes

Os dois primeiros critérios foram utilizados para quem *fala* e tem *fala citada*, os seguintes foram utilizados apenas para aqueles que efetivamente tiveram tempo de fala.

- Tempo de fala – duração da fala;
- Local – cidade onde a pessoa que fala estava;
- Faixa etária – aqui utilizamos 6 categorias: criança (até 12 anos), adolescente (entre 12 até 20 anos), jovem adulto (de 20 a 35 anos), adulto (de 35 a 50 anos), adulto maduro (de 50 a 65 anos) e idoso (65 anos ou mais);

- Cor da pele – utilizamos a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que propõe 5 cores de pele ou raças: branca, preta, parda, amarela e indígena;
- Sexo – homem ou mulher.

d) Conteúdo da fala

Por último, foi tipificado e analisado o conteúdo da fala:

- Conotação da fala – a partir do conteúdo e contexto a conotação da fala foi dividida em *a favor* do impeachment, *contra* o impeachment ou *neutro* para quando o conteúdo da fala não revelou um posicionamento;
- Palavra-chave – esse aspecto se colocou a partir da disputa discursiva entre grupos a favor e contra o impeachment. Os últimos tem chamado o processo de “golpe”. Por esse motivo, buscamos nas falas entender como se referiam, se como *golpe* ou *impeachment*.

A classificação dos dados acima foi feita conforme as tabelas disponíveis no Anexo 1.

Após a classificação das vozes, adaptamos as categorias trabalhadas pela *Pesquisa sobre a programação da TV BRASIL/EBC* aos objetivos desta pesquisa. Dessa forma, chegamos às seguintes categorias: *Populares; Artistas e Escritores; Sindicatos; Movimentos Sociais; Entidades estudantis; Entidades de Classe; Políticos sem mandato; Governo Federal; Legislativo Federal; Partidos Políticos; Lideranças políticas internacionais; Advocacia-geral da União; Judiciário Federal; Advogados e juristas; Entidades Empresariais; Institutos de Pesquisa; Líderes de Religiões e Crenças; Veículos de Comunicação e Comentaristas*. Após a identificação de categorias a partir das vozes classificadas no Repórter Brasil Noite, agrupamos as categorias de vozes nas redes de comunicação propostas por Weber (2007): *rede de Comunicação Social; rede de Comunicação Política; rede de Comunicação do Judiciário; rede de Comunicação Científica e Educacional; rede de Comunicação Mercadológica; rede de Comunicação Religiosa; e Sistemas de Comunicação Midiática*.

Assim, na rede de Comunicação Social agrupamos as categorias que consideramos serem as vozes onde a sociedade civil pode ser ouvida. É a partir da participação dessas vozes que os sujeitos podem se converter em cidadãos na medida em que têm acesso à esfera pública midiaticizada e podem exercer o seu direito a ter e

reivindicar direitos através da comunicação como direito fim e, principalmente, como direito meio. Nessa rede, estão as seguintes categorias: *Populares*⁶; *Artistas e Escritores*; *Sindicatos*; *Movimentos Sociais*; *Entidades Estudantis* e *Entidades de Classe*. Na rede de Comunicação Política estão as categorias de vozes ligadas à política institucional: *Políticos sem mandato*; *Governo Federal*; *Legislativo Federal*; *Partidos Políticos*; *Lideranças políticas internacionais* e *Advocacia-geral da União (AGU)*⁷. Na rede de Comunicação do Judiciário estão as categorias ligadas às questões jurídicas: *Judiciário Federal* e *Advogados e juristas*. Na rede de Comunicação Científica e Educacional tivemos apenas a presença da categoria *Institutos de Pesquisa*, assim como na rede de Comunicação Religiosa onde a única categoria foi a de *Líderes de Religiões e Crenças* e na rede de Comunicação Mercadológica, onde tivemos apenas as *Entidades Empresariais*. Por fim, nos Sistemas de Comunicação Midiática estão as categorias onde *Veículos de Comunicação* e *Comentaristas* aparecem como fontes, sendo, dessa forma, excluídas as vozes de mediadores (apresentadores e repórteres) por considerarmos que a inclusão desses atores causaria desvios na amostra analisada.

Após a categorização, os dados foram tabulados em formulários online⁸ elaborados por nós a fim de permitir a visualização da distribuição das categorias de vozes de acordo com os critérios de classificação citados anteriormente.

5.3. Rede de Comunicação Social e cidadania no debate sobre o impeachment

Tendo em vista as discussões conceituais realizadas até agora e a partir dos procedimentos metodológicos apresentados, chegamos inicialmente aos dados sobre as seis edições que compõem a amostra de semana composta do Repórter Brasil Noite e que serão agora apresentados e analisados.

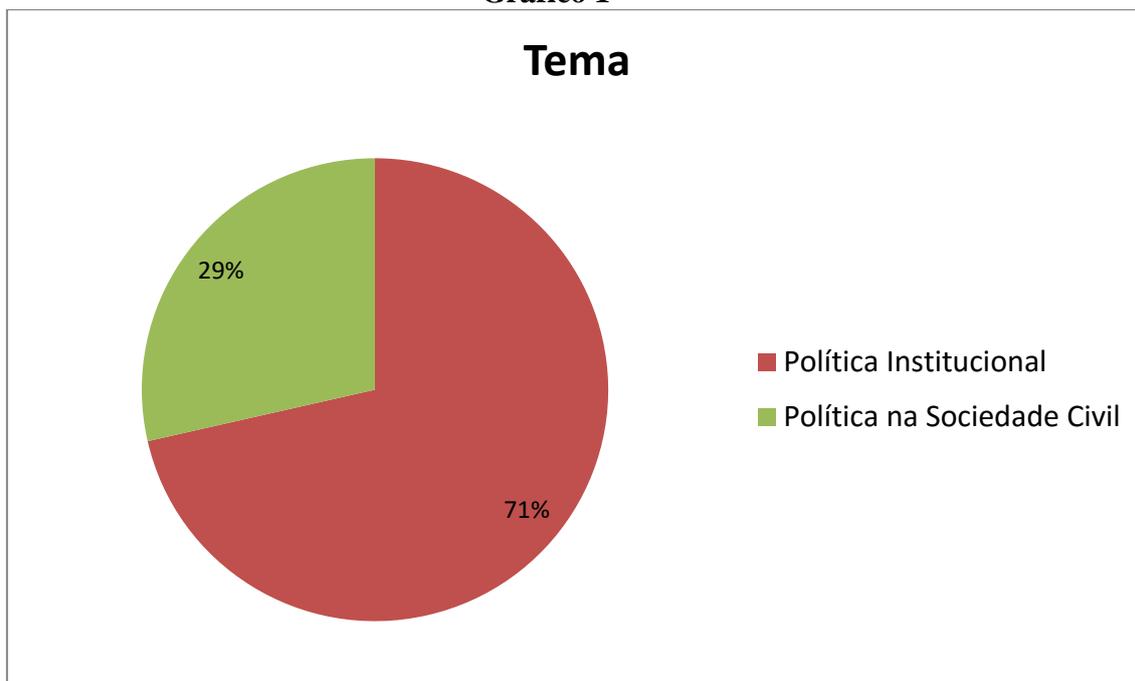
⁶ Na categoria *Populares*, consideramos os sujeitos que não falam por nenhuma organização e nem falam a partir do lugar de fala conferido pela sua profissão.

⁷ A *AGU* foi incluída nessa rede considerando o seu *status* de ministério sendo, portanto, um setor ligado diretamente ao Governo Federal.

⁸ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1zERB7WX8HK-O3209hEQI5WJe1LC9d-bhlnkyxKz9CCY/viewform>
https://docs.google.com/forms/d/1Xyz4jnZ3HkjAfZVARXc_DS194pq_yos3uRQ3-B1Elal/viewform
<https://docs.google.com/forms/d/1BmUW1kVmux8Vb6KPkamI42dX17TDRW8MmLWuAQ6WTqU/viewform>
<https://docs.google.com/forms/d/1oIxy7PIE58GnVjruQEgnM4ptPbISf2TYxq4ampB4Us/viewform>
 Acesso em: 10/06/2016.

5.3.1. Temas

Gráfico 1⁹



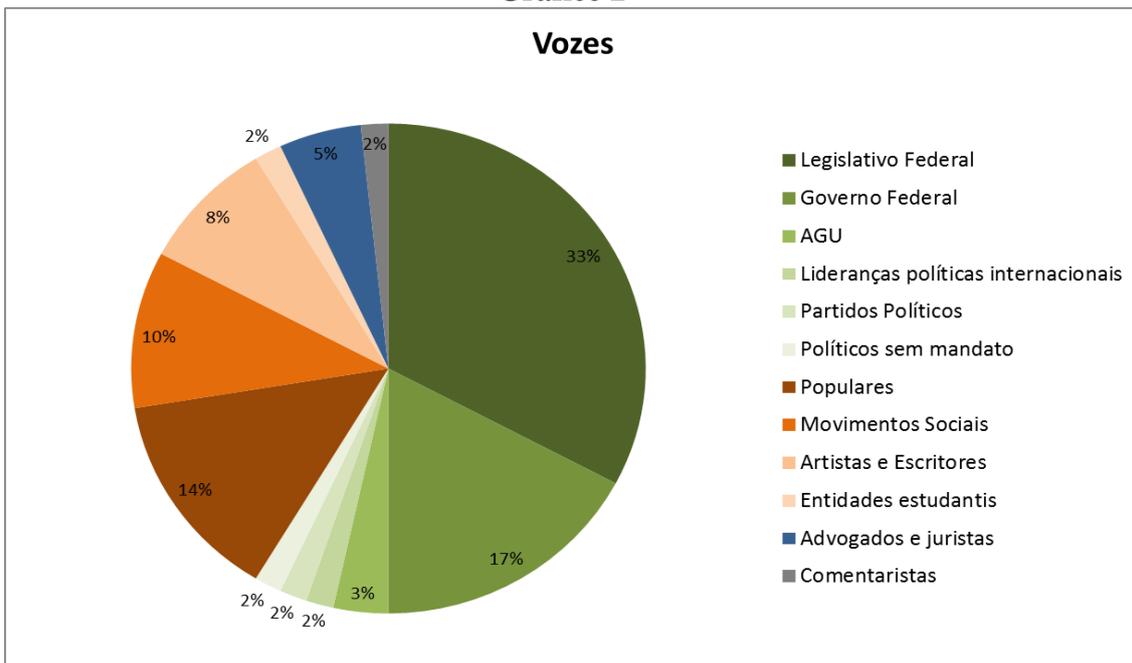
Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

O primeiro parâmetro que utilizamos nesta análise foi o *tema*. A partir dele, pudemos verificar que, apesar das diversas mobilizações sociais que ocorreram em torno do processo de impeachment, a cobertura do Repórter Brasil Noite ficou bastante centrada na narrativa da política institucional, repercutindo principalmente a tramitação do processo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e os bastidores, como reuniões de partidos e políticos (Gráfico 1).

⁹ Tabela disponível no Anexo 2.

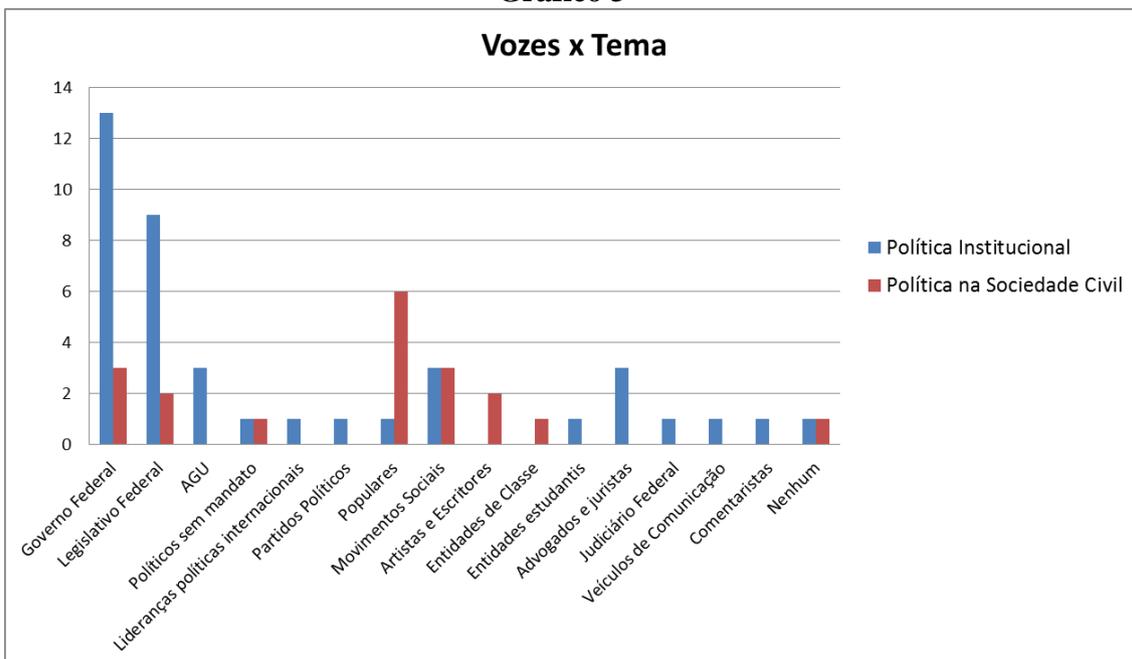
5.3.2. Vozes

Gráfico 2 ¹⁰



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

Gráfico 3 ¹¹



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

A centralidade da política institucional levou a que, no âmbito das *vozes*, fossem as ligadas a esse núcleo as que mais apareceram ao longo das semanas. Nesse sentido, de todas as pessoas ouvidas nas matérias analisadas, as vozes da rede de Comunicação

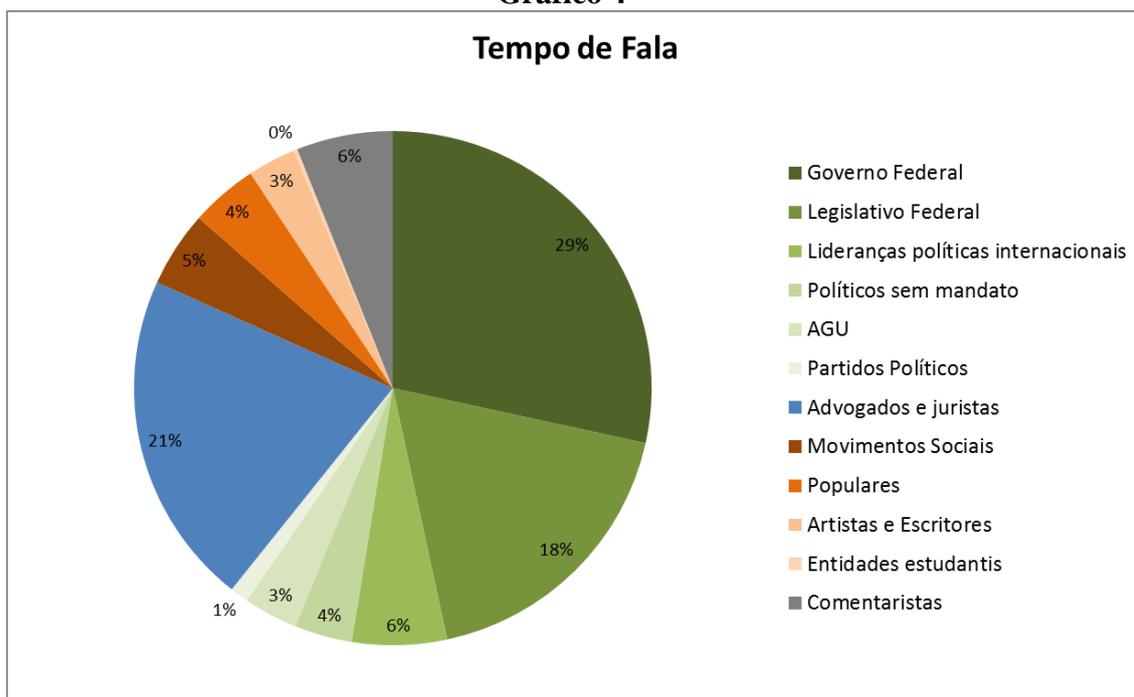
¹⁰ Tabela disponível no Anexo 3.

¹¹ Tabela disponível no Anexo 4.

Política foram as mais presentes, representando 59% do total. Outro fator que contribuiu para a predominância dessa rede é o fato de que o debate público sobre o impeachment foi gerado a partir dela.

Já as vozes da rede de Comunicação Social, representam 34% das pessoas ouvidas (Gráfico 2). Entretanto, como verificamos no Gráfico 3, estiveram mais concentradas nas matérias relacionadas à política na sociedade civil, tendo pouca inserção nas matérias que tinham como tema a política institucional. A relação da rede de Comunicação Social com os temas da política não institucional, que se dá na sociedade civil, tem sua lógica. Essa é uma das redes mais envolvidas na ativação dos temas da política na sociedade civil nas edições analisadas, fazendo isso a partir de manifestações, atividades culturais, ocupações de prédios públicos, etc. Dessa forma, como a política institucional recebeu maior espaço no telejornal, a rede de Comunicação Social, que representa as vozes “mais importantes para que a sociedade se faça ouvir” (WEBER, 2007, P. 26), ficou sub-representada nesse debate.

Gráfico 4¹²



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

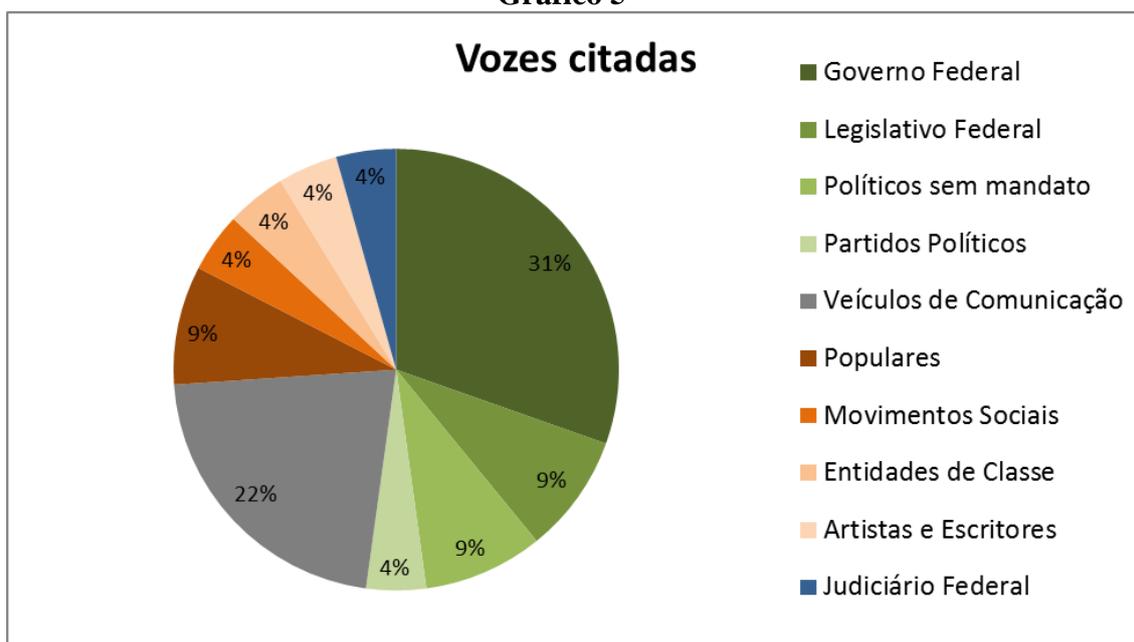
*Os mediadores tiveram 39:01 minutos de fala e não foram incluídos na análise com o objetivo de não viciar a amostra, uma vez que essa categoria de vozes está necessariamente presente em todas as matérias.

Consideramos a variável *tempo de fala* uma das mais importantes para demonstrar os diferentes níveis de participação das redes. Nesse sentido, apesar de

¹² Tabela disponível no Anexo 5.

aparecer diversas vezes, o tempo de fala de populares, movimentos sociais, etc. foi pequeno, principalmente se comparado ao da rede de Comunicação Política. Enquanto esta obteve quase 21 minutos (61%), aquela esteve presente em apenas pouco mais de quatro minutos (12%), de um total de 34:21 minutos (Gráfico 4). A rede de Comunicação do Judiciário foi a segunda rede com maior tempo de fala, tendo atuado principalmente como fonte de informações jurídicas sobre o processo de impeachment, que desde o início teve a sua legalidade questionada por parte da defesa da presidenta Dilma Rousseff.

Gráfico 5¹³

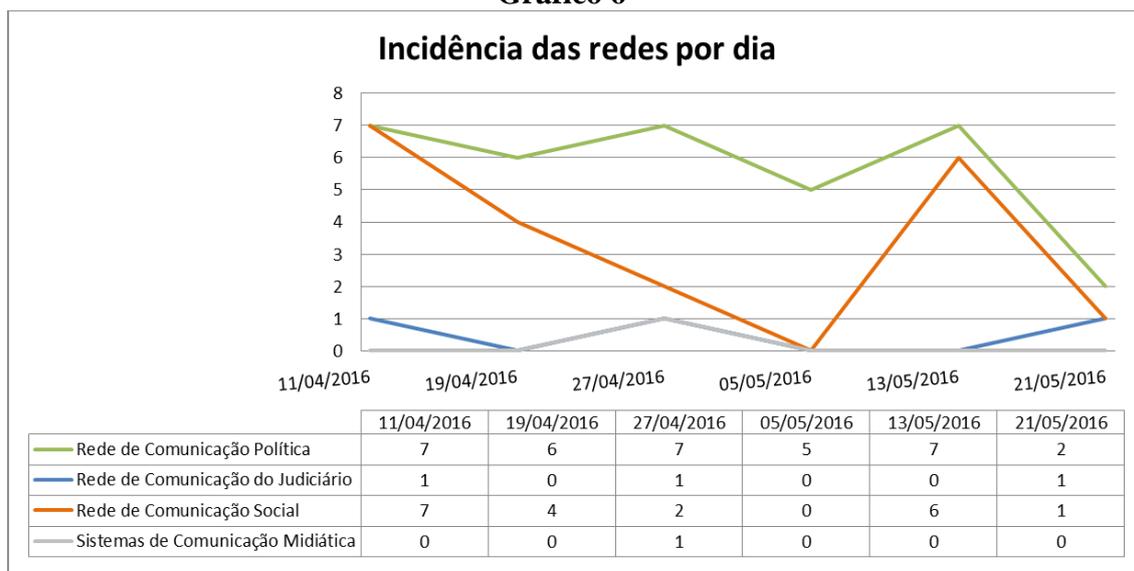


Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

* As vozes citadas não estão contabilizadas nos gráficos 1 ao 4 e 6 ao 20.

Além das vozes com tempo de fala, também foram contabilizadas aquelas que tiveram falas citadas pelos mediadores (Gráfico 5). Novamente, a rede de Comunicação Política foi a mais presente, representando 53% das falas citadas. Ela é seguida pelos Sistemas de Comunicação Midiática (22%), rede de Comunicação Social (21%) e rede de Comunicação do Judiciário (4%). Apesar de não demonstrarem propriamente os tempos de fala, essa categorização não deixa de ser importante, uma vez que as falas citadas permitem que as redes ao menos se posicionem sobre o tema. Mesmo assim, esse tipo de participação não confere aos que têm falas citadas o mesmo *status* no debate público dos que efetivamente têm voz no telejornal.

¹³ Tabela disponível no Anexo 6.

Gráfico 6¹⁴

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

No Gráfico 6, consideramos como vozes apenas aqueles que falam no telejornal e ilustramos a participação das redes ao longo do período analisado. Nota-se que a rede de Comunicação Política é a mais estável, mantendo entre cinco e sete participantes por edição, com exceção do último dia, quando o número geral de vozes também cai. Desse gráfico, chama a atenção o dia 5 de maio de 2016, quando essa rede é a única a se pronunciar com tempo de fala. Já a rede de Comunicação Social tem participação bastante irregular, oscilando entre zero e sete participantes. Novamente, os temas contribuem aqui: a política institucional mantém uma frequência mais alta do que a política na sociedade civil, com entre três e seis matérias por dia para o primeiro tema e entre uma e três para o segundo.

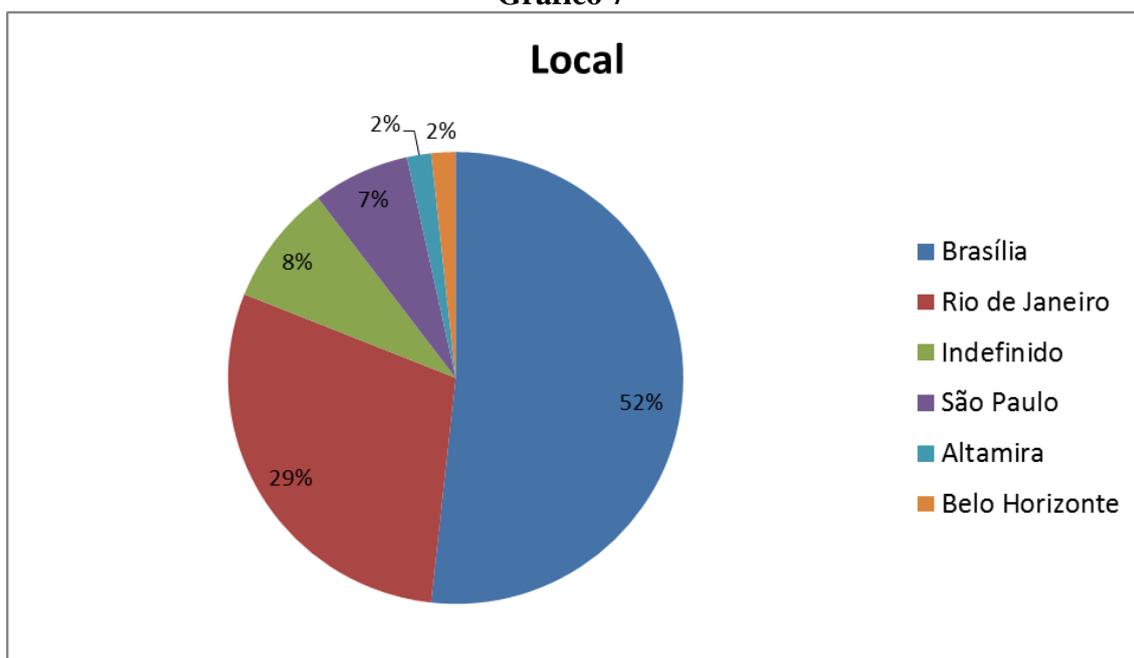
A partir desses primeiros gráficos, duas constatações nos são possíveis a respeito da pluralidade de vozes: a primeira é a de que a rede de Comunicação Social tem uma participação pequena, sendo mais valorizados a política institucional e seus atores, ficando os sujeitos políticos da sociedade civil em segundo plano; a segunda é a de que algumas redes não tiveram voz nas edições analisadas. Na formulação de Weber (2007) adotada por nós, são sete redes que se articulam na comunicação pública. No entanto, aqui temos a presença de apenas quatro delas. Ficaram de fora a rede de Comunicação Religiosa, a rede de Comunicação Mercadológica e a rede de Comunicação Científica e Educacional. Isso não significa que seus interesses tenham ficado exatamente excluídos do debate. Como vimos, a categoria mais frequente de vozes é uma das com mais tempo

¹⁴ Tabela disponível no Anexo 7.

de fala é o *Legislativo Federal* e, de acordo com o mapeamento realizado pela Agência Pública¹⁵ na Câmara dos Deputados, os interesses da bancada evangélica são defendidos por 196 deputados. A mesma relação pode ser feita quando falamos da rede de Comunicação Mercadológica, já que, segundo o mesmo levantamento, a bancada empresarial conta com 208 parlamentares.

5.3.3. Características das vozes

Gráfico 7¹⁶

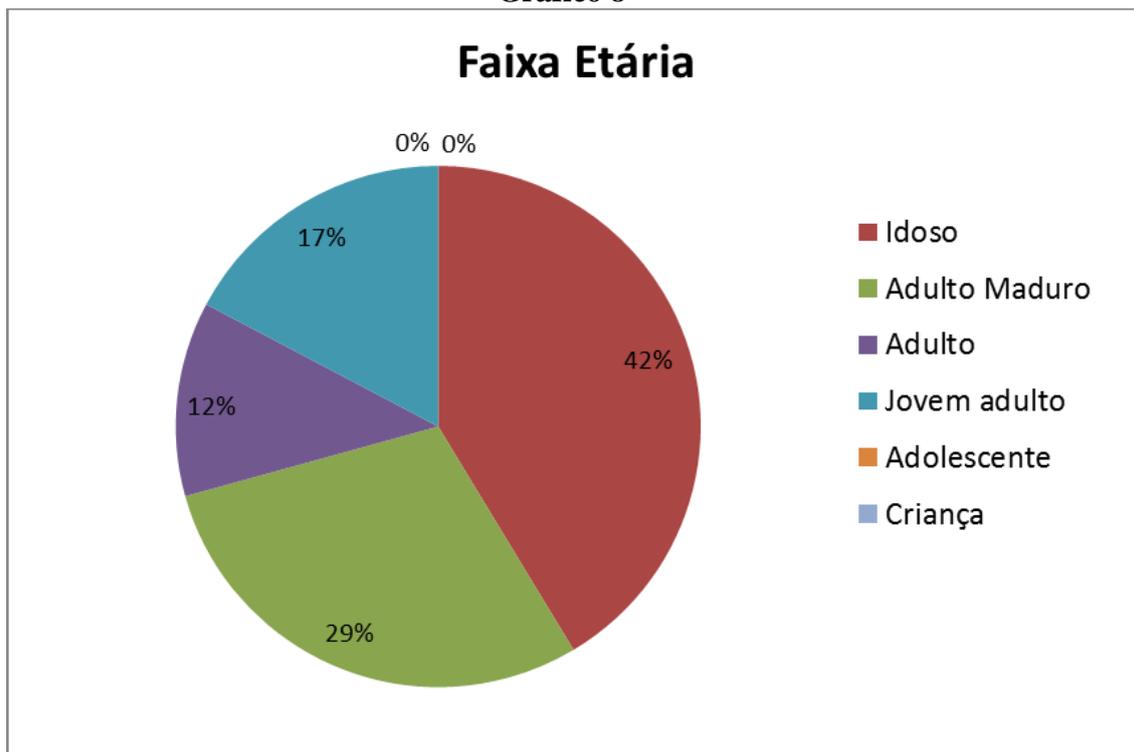


Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

Outro ponto de análise se deu a partir de critérios que pudessem nos dar indicadores sobre a diversidade das fontes consultadas pelo Repórter Brasil Noite. Esses critérios são importantes, especialmente na televisão pública, pois é a partir deles que podemos apreender se essa programação dá conta das diferenças existentes na população de um país de vastas extensões como o Brasil. Nesse sentido, o primeiro parâmetro analisado foi o *local* (Gráfico 7). Consideramos que não houve diversidade regional na abordagem do debate sobre o processo de impeachment, uma vez que apenas cinco dos 27 (contando o Distrito Federal) estados brasileiros apareceram nessa cobertura. Além disso, das cinco cidades que apareceram, duas delas foram sozinhas cenário de 81% das matérias analisadas.

¹⁵ Disponível em: <http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/> Acesso em: 10/06/2016.

¹⁶ Tabela disponível no Anexo 8.

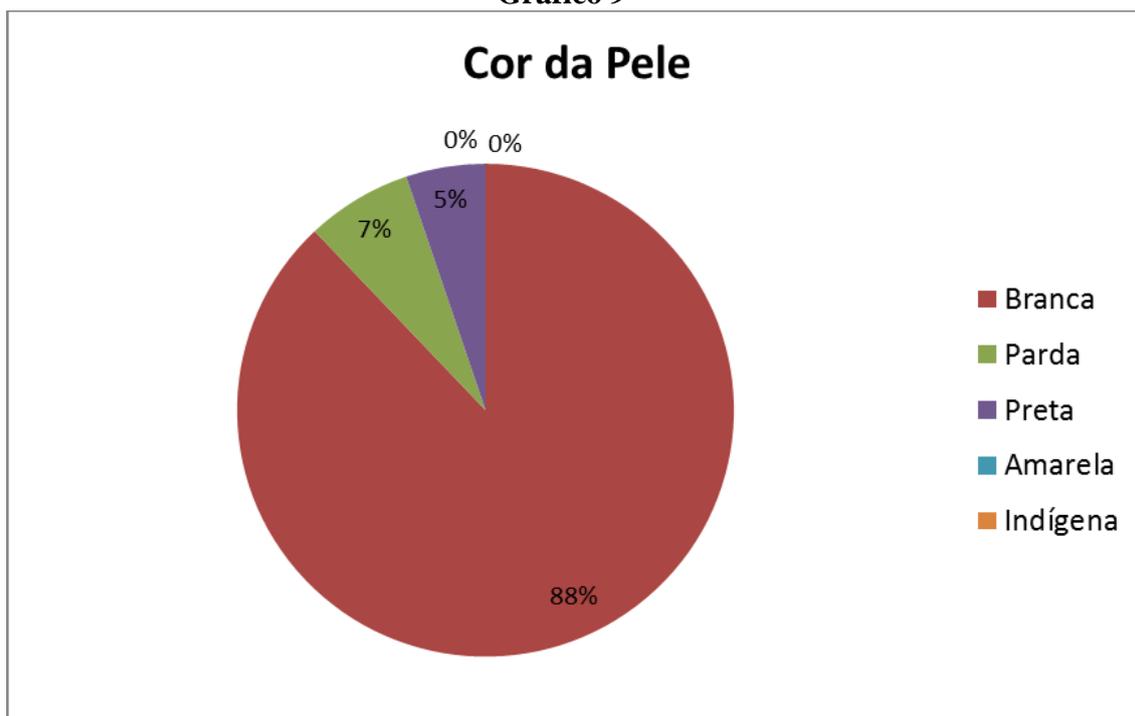
Gráfico 8¹⁷

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

Outro parâmetro foi a *faixa etária* dos indivíduos. Aqui também nota-se pouca diversidade, especialmente se compararmos aos números da população brasileira. De acordo com os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸ a população com mais de 50 anos é de 20,6%. Já na cobertura do Repórter Brasil Noite, como mostra o Gráfico 8, aproximadamente 71% das pessoas ouvidas está nas faixas etárias *adulto maduro* (50 a 65 anos) e *idoso* (acima de 65 anos).

¹⁷ Tabela disponível no Anexo 9.

¹⁸ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/> Acesso em: 10/06/2016.

Gráfico 9¹⁹

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

No critério *cor da pele* também não houve diversidade e a amostra analisada revelou-se bastante diferente da realidade brasileira. Mais da metade (52%) da população do Brasil não é branca²⁰, sendo que apenas os declarados pardos equivalem a 43% dos brasileiros. No entanto, na amostra analisada, 88% dos que falaram eram brancos e apenas 7% pardos e 5% pretos (Gráfico 9)²¹.

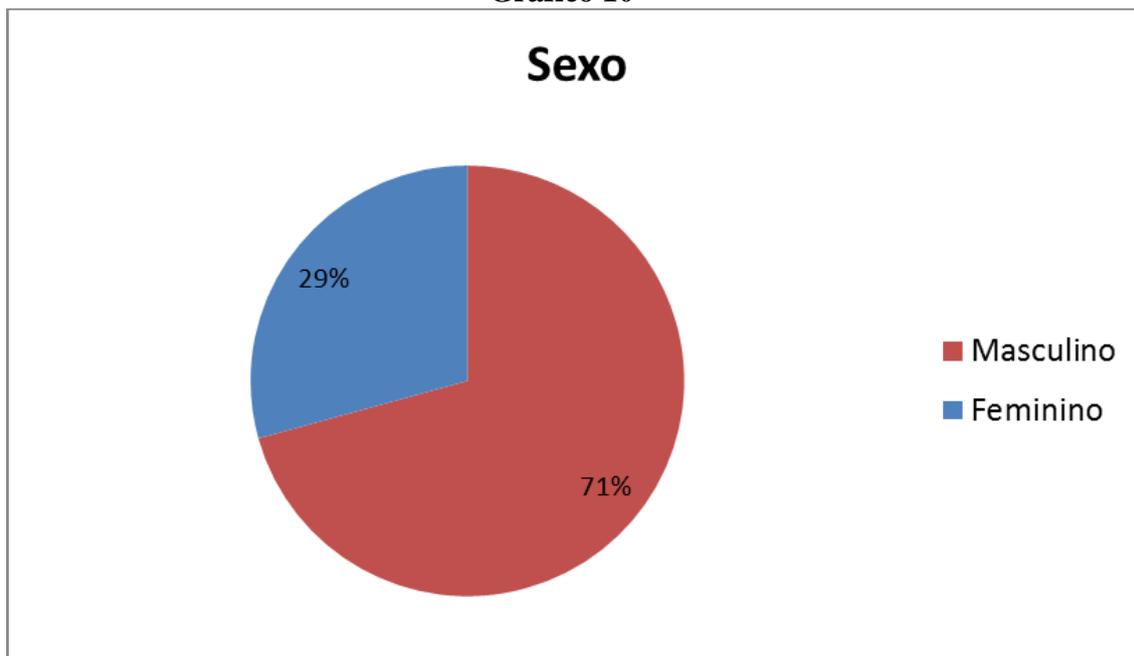
¹⁹ Tabela disponível no Anexo 10.

²⁰ Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/xls/Brasil/tab1_3_2.zip

Acesso em: 10/06/2016.

²¹ O censo do IBGE combina auto-atribuição e heteroatribuição. Neste trabalho foi utilizado o método de heteroatribuição. No entanto, de acordo com Osório, R. G. (2003), a concordância entre os dois métodos chega a 94% em experimentos citados pelo autor. Cabe ainda ressaltar que a discordância em todos os estudos apontados por ele se dá no sentido do embranquecimento da população pelo analista.

Gráfico 10²²

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

O *sexo* também foi considerado na análise sobre a diversidade das vozes. Na amostra, 71% das pessoas que falaram nas seis edições eram do sexo masculino, enquanto 29% eram do sexo feminino (Gráfico 10). Também nesse critério a amostra se difere da população brasileira. No último censo, as mulheres eram a maior parte da população, representando em torno de 51% dos brasileiros.

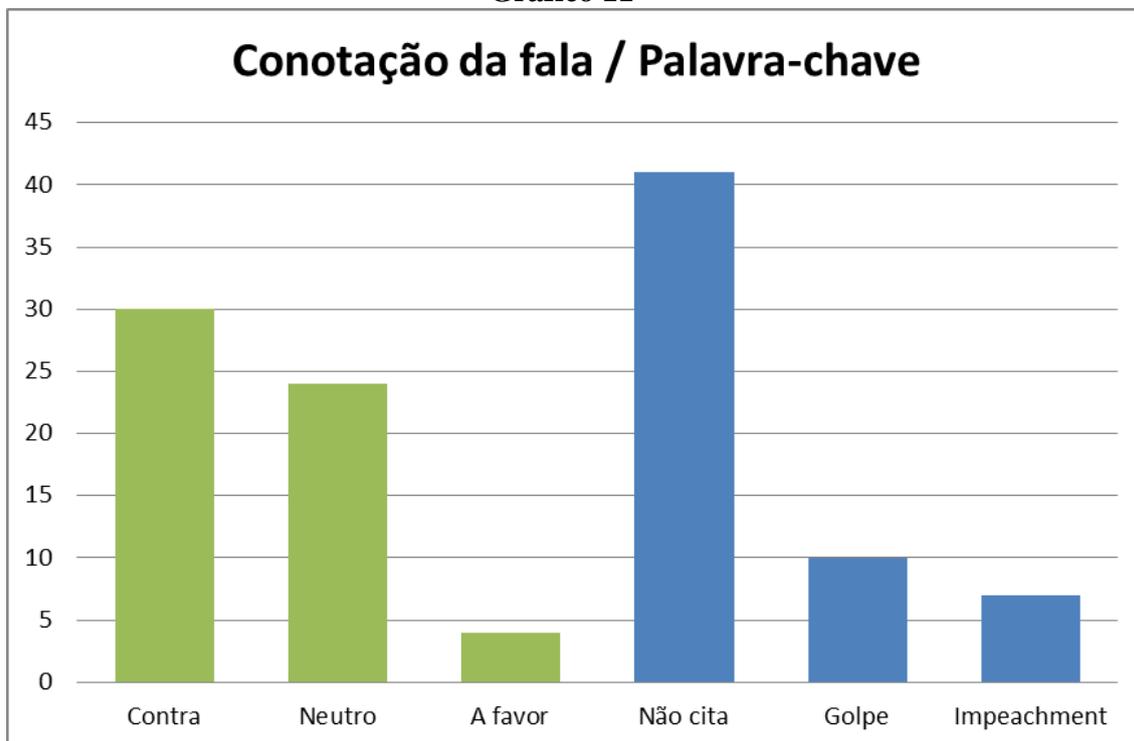
No que tange ao apresentado nos gráficos 7, 8, 9 e 10, entendemos que a pouca diversidade encontrada nessas vozes é reflexo também das escolhas editoriais que ficaram evidenciadas nos gráficos 1, 2 e 4. A centralidade da política instrucional e das vozes ligadas à rede de Comunicação Política concentrou mais da metade das matérias em Brasília. Já a falta de diversidade em *faixa etária*, *cor da pele* e *sexo* reflete o padrão dos grupos pertencentes à essa rede. No Parlamento, por exemplo, após a eleição de 2014, a idade média dos parlamentares é de 51 anos e somente 4,3% deles têm menos de 29 anos. Quanto à cor da pele não temos nenhum parlamentar que se autodeclare indígena ou amarelo, e pretos e pardos somados não chegam a 21%. A desigualdade de representação também é grande quanto ao sexo: as mulheres ocupam apenas 10,37% das cadeiras do Parlamento²³. Isso não quer dizer que, mesmo nesse cenário, o Repórter Brasil Noite não pudesse buscar vozes mais diversas.

²² Tabela disponível no Anexo 11.

²³ Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/eleicoes-2014-congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos> Acesso em: 10/06/2016.

5.3.4. Conteúdo da fala

Gráfico 11 ²⁴



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

A diversidade das opiniões apresentadas também foi utilizada como critério de análise. Nesse sentido, percebemos desequilíbrio entre vozes contra e a favor do impeachment (Gráfico 11). No entanto, entre essas duas categorias colocou-se um número grande de vozes nas quais não foi possível identificar um posicionamento a partir da sua fala.

Ao ter a sua legalidade questionada pela defesa da presidenta Dilma Rousseff, o processo de impeachment passa por uma disputa discursiva em torno de duas palavras-chave: golpe e impeachment. Isso porque grupos contrários ao processo - e a própria presidenta - passaram a chamar o processo de “golpe”. Dessa forma, procuramos identificar o uso dessas duas palavras nos discursos dos que tiveram suas falas veiculadas no Repórter Brasil Noite. Contudo, a grande maioria não utilizou nenhuma das duas expressões, e a diferença entre os que utilizaram uma ou outra foi bastante pequena (Gráfico 11).

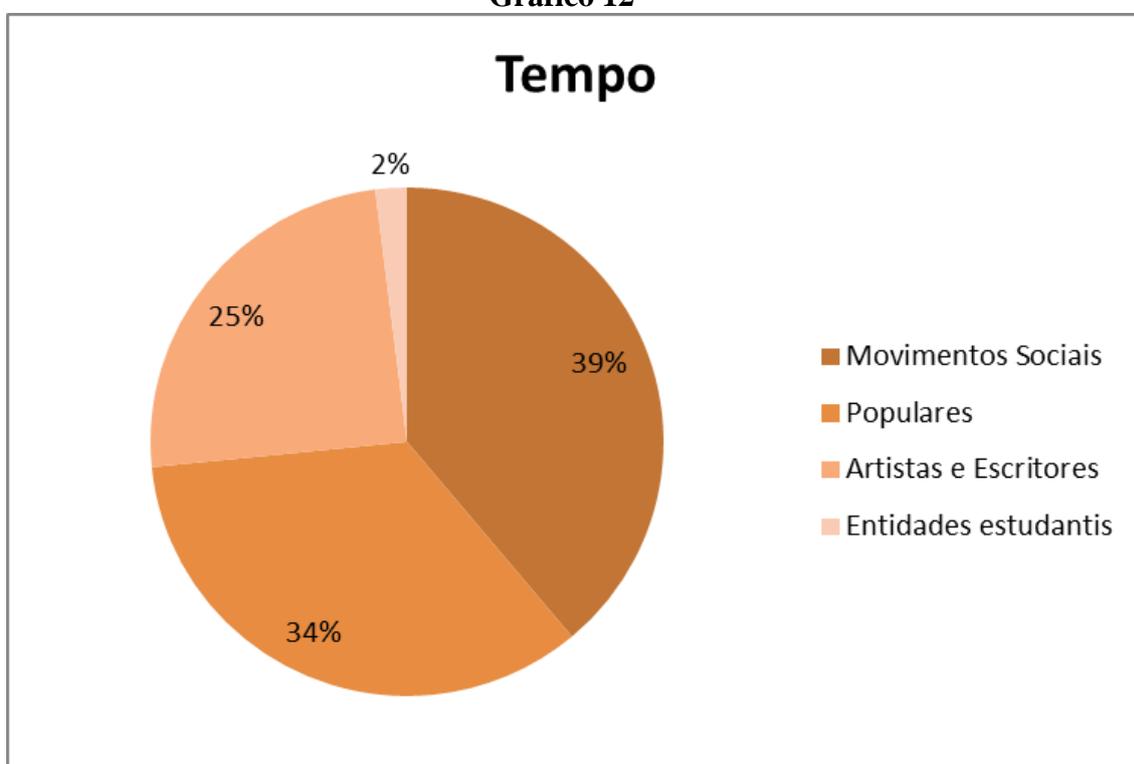
²⁴ Tabela disponível no Anexo 12.

5.3.5. Rede de Comunicação Social

Considerando que nosso objetivo é compreender de que forma se efetiva a participação dos cidadãos, pertencentes à rede de Comunicação Social, no debate público sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff no principal telejornal da *TV Brasil*, cabe aqui analisarmos especificamente as características da participação dessa rede.

5.3.5.1. Vozes

Gráfico 12 ²⁵



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

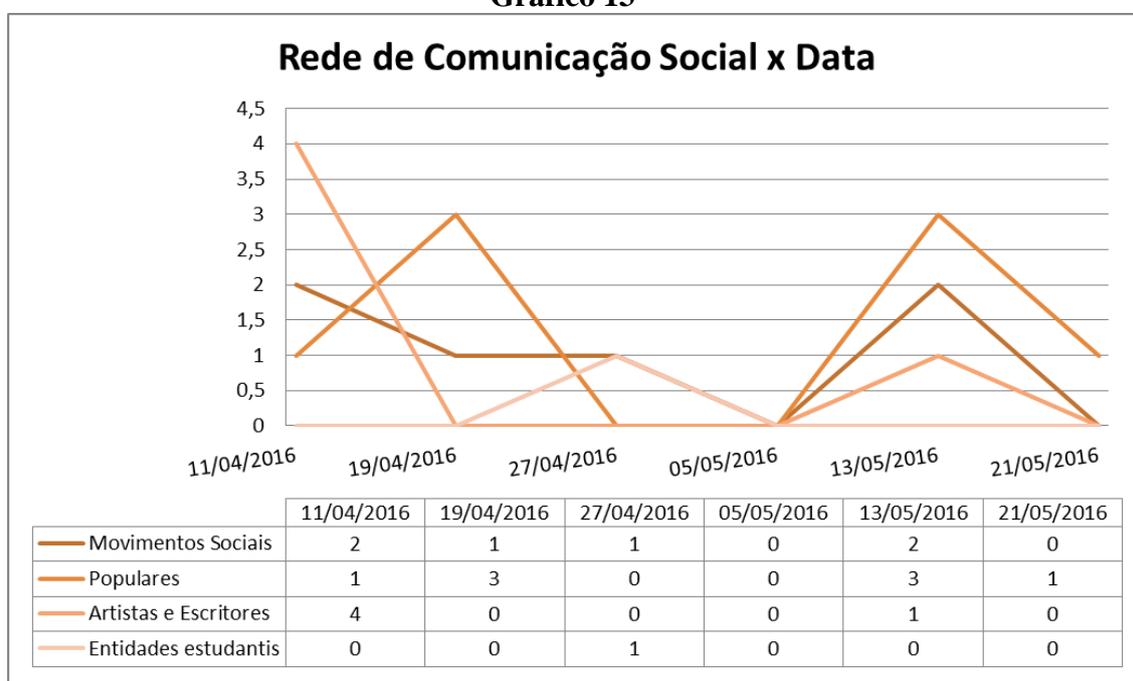
Como vimos, essa rede não teve grande participação nas edições analisadas no que diz respeito ao tempo. Dentro dessa rede foram ouvidas 20 pessoas, de um total de 58 cuja fala é veiculada nas matérias analisadas, portanto, mais de um terço do total. No entanto, o tempo dedicado a essas vozes foi de apenas 4:12 minutos de um total de uma hora e treze minutos de programação analisada, 5% do tempo, ou 12% se não considerarmos o tempo de fala dos apresentadores. Assim, o seu espaço de

²⁵ Tabela disponível no Anexo 13.

argumentação foi notadamente pequeno em relação ao todo do debate que se deu através do telejornal analisado.

Outra questão que emerge da análise é a sub-representação de grupos dentro da própria rede de Comunicação Social. De todos os grupos que integram essa rede (populares, movimentos sociais, entidades estudantis, entidades de classe, sindicatos, organizações não governamentais, artistas, etc.) apenas quatro tiveram tempo de fala: *movimentos sociais*; *populares*; *artistas e escritores*; e *entidades estudantis*. Entre eles, houve relativamente um equilíbrio no tempo de fala dos três primeiros. Já as *entidades estudantis*, com apenas 2% do tempo, falaram por apenas 5 segundos (Gráfico 12).

Gráfico 13 ²⁶



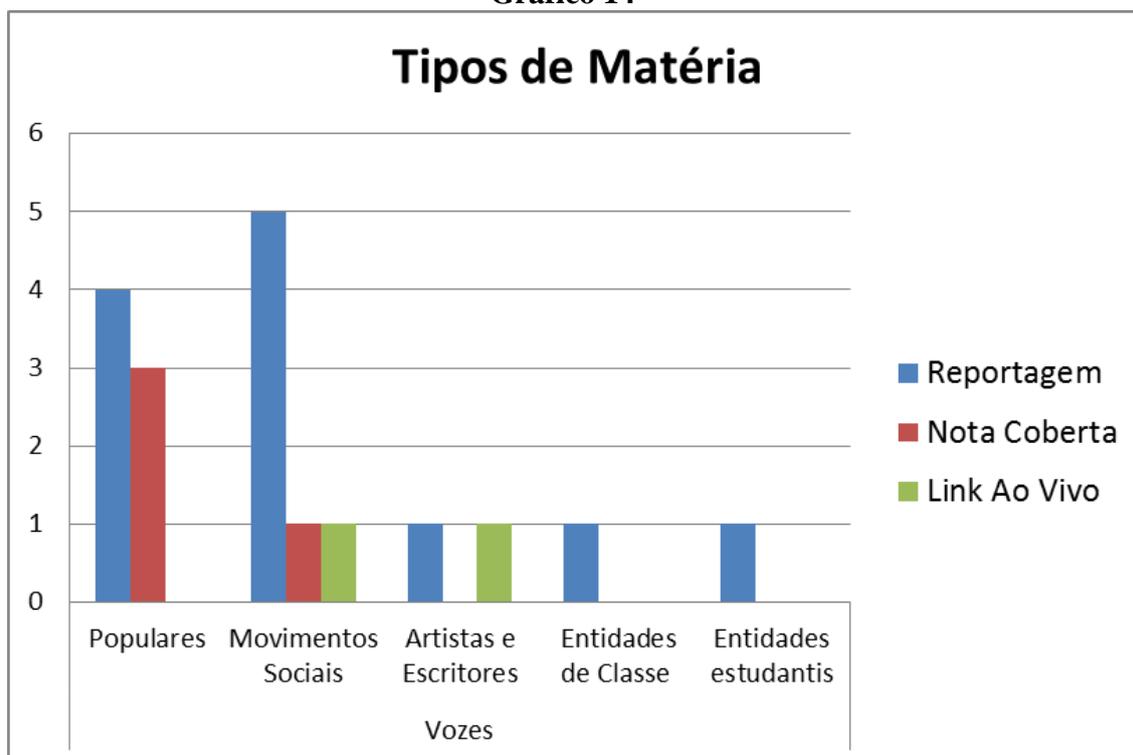
Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

A partir da análise do Gráfico 13, podemos notar que a frequência dos grupos da rede de Comunicação Social é bastante irregular. Nos dias 19 e 27 de abril, enquanto alguns grupos sobem, outros têm queda; já nos dias do mês de maio, com exceção das *entidades estudantis*, os demais grupos crescem no dia 13 e caem novamente no dia 21. Chama a atenção que no dia 5 de maio, um dos dias com maior número de matérias, não foi ouvida nenhuma voz relacionada a esses grupos.

²⁶ Tabela disponível no Anexo 7.

5.3.5.2. Tipos de matéria

Gráfico 14²⁷



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

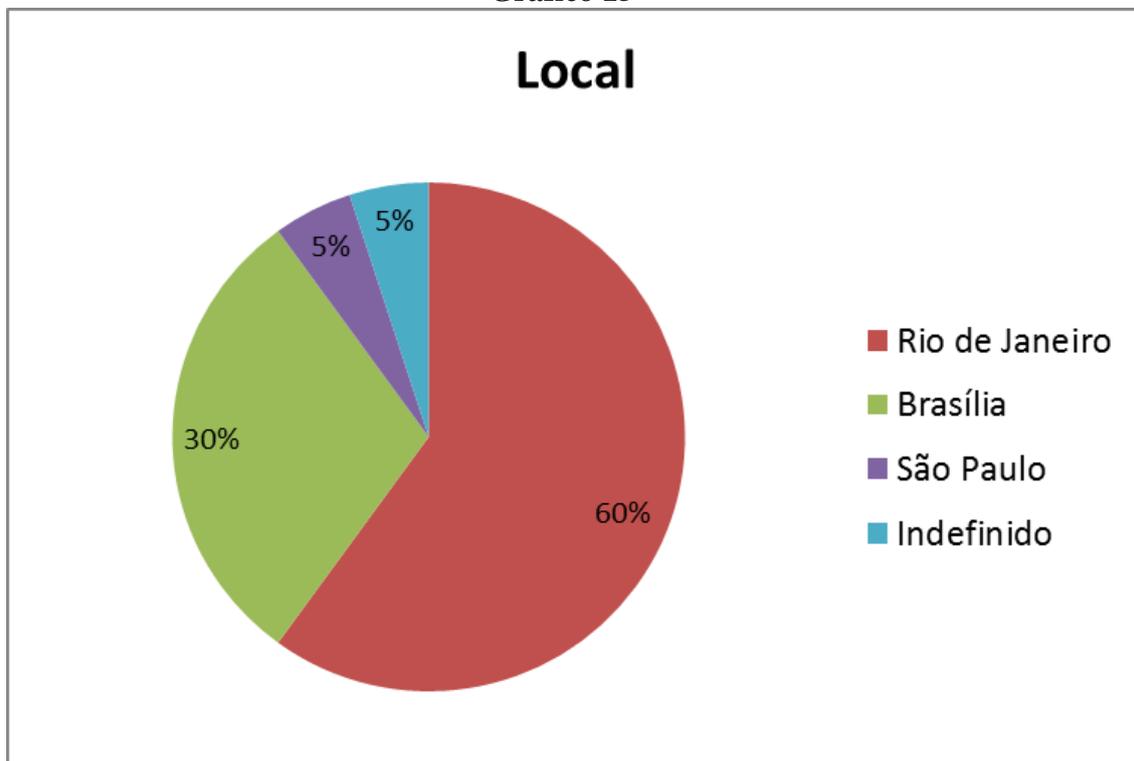
Os tipos de matéria no qual os atores dessa rede apareceram também foram mapeados. Isso porque, como já referimos, na *Pesquisa sobre a programação da TV BRASIL/EBC* notamos que a participação da categoria *cidadãos*, que aqui equivale à categoria *populares*, ficava bastante restrita a uma participação superficial dos chamados “fala-povo”. Na amostra analisada, no entanto, não temos esse tipo de quadro e as vozes da rede de Comunicação Social aparecem principalmente em matérias do tipo *reportagem* (Gráfico 14). A *reportagem* é, entre os tipos de matérias presentes nos telejornais, o formato jornalístico capaz de oferecer maior aprofundamento. Em geral, nesse tipo de abordagem são ouvidos mais de um ponto de vista sobre um tema e esses pontos de vista e opiniões são colocados em “debate”. No entanto, o tempo médio de fala dos sujeitos da rede de Comunicação Social, de 13 segundos, é bastante reduzido se comparado ao das demais redes (a rede de Comunicação Política tem uma média de 37 segundos por fala, os Sistemas de Comunicação Midiática têm apenas uma fala de 2:04 minutos, já a rede de Comunicação do Judiciário tem uma média de 2:25 minutos por fala). Dessa forma, os argumentos e opiniões apresentadas pela rede de Comunicação

²⁷ Tabela disponível no Anexo 14.

Social ficam prejudicados no debate público pelo pouco tempo que recebem, não podendo ser aprofundados da mesma forma que nas demais redes.

5.3.5.3. Características das vozes

Gráfico 15²⁸



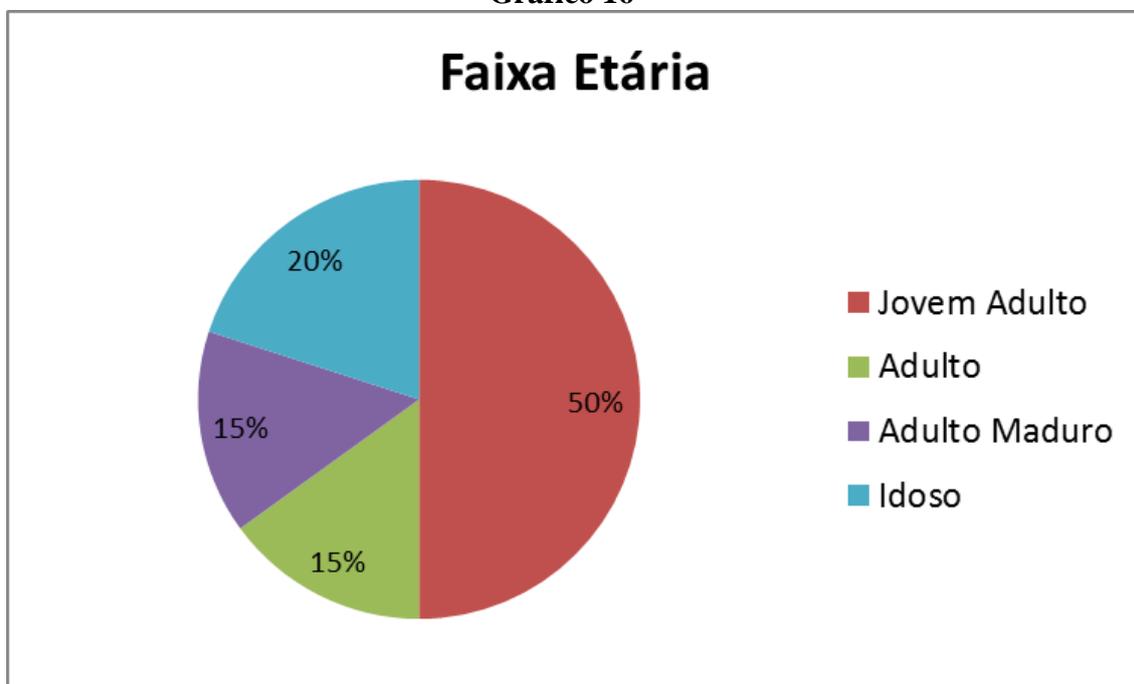
Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

Mais do que em qualquer outra rede, a diversidade é de fundamental importância na rede de Comunicação Social. Isso porque as vozes aqui contidas são as que, via de regra, têm menos espaço de fala na esfera pública midiaticizada. Dessa forma, ignorar a diversidade nesses grupos seria cometer uma exclusão dentro dos que já são, se não excluídos, pelo menos negligenciados nessa esfera de visibilidade pública e, ao mesmo tempo, de ocultação. A diversidade importa porque a cidadania diz respeito à participação dos sujeitos na vida pública e à sua capacidade de intervir no espaço público a partir do seu direito à igualdade, sim, mas também à diferença. Nesse sentido, o Gráfico 15 traz dados referentes à diversidade regional a partir do *local* de onde falam os entrevistados. Constatamos que 90% das vozes ouvidas nessa rede são oriundas de apenas duas cidades, Rio de Janeiro (60%) e Brasília (30%) silenciando, dessa forma,

²⁸ Tabela disponível no Anexo 15.

toda a população dos outros 24 estados que não participaram nem se viram representadas nesse debate.

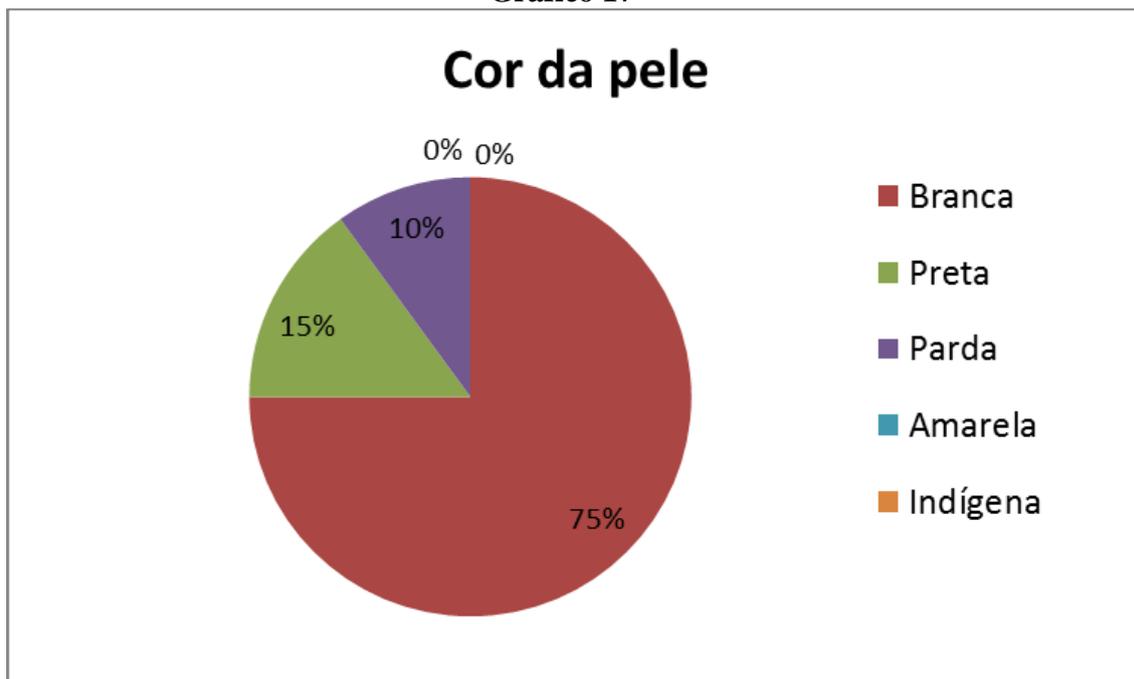
Gráfico 16 ²⁹



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

Quanto à *faixa etária* (Gráfico 16), o que nos chama a atenção é a inversão com relação à análise anterior, que considera todas as redes. Enquanto lá o grupo mais presente eram os *idosos*, aqui os *jovens adultos* são os mais frequentes, representando aproximadamente 50% dos entrevistados. No entanto, também aqui existem importantes desvios com relação à população brasileira. Com exceção dos *adultos*, todas as faixas etárias presentes nessa rede estão sobre-representadas. Enquanto isso, a população de até 20 anos de idade não teve qualquer espaço, mesmo representando 33% da população do país.

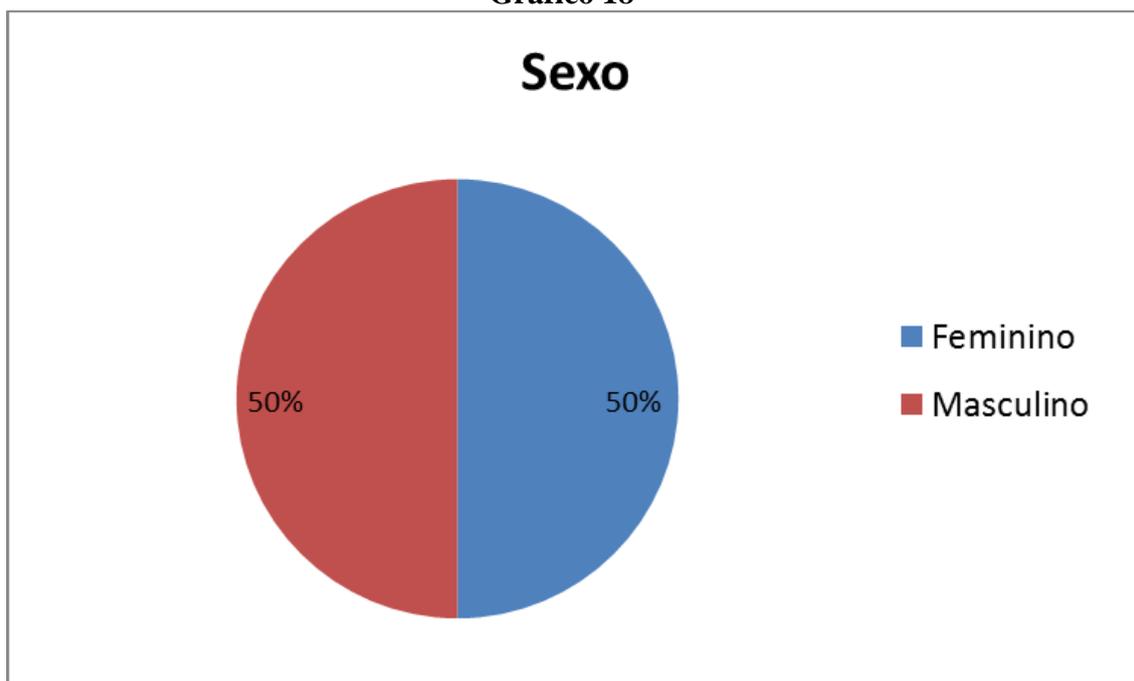
²⁹ Tabela disponível no Anexo 16.

Gráfico 17³⁰

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

Quanto à *cor da pele*, os problemas apontados quando analisadas as vozes do conjunto das redes persiste. A população preta e parda, já excluída de diversos setores da sociedade, é aqui negligenciada pela televisão pública no debate sobre o processo de impeachment (Gráfico 17). De 20 pessoas entrevistadas, apenas cinco não são brancas, e o seu tempo médio de fala ainda é inferior ao tempo médio de fala geral da rede de Comunicação Social. A pluralidade e a diversidade são princípios da televisão pública, expressos não apenas em leis, mas em trabalhos teóricos de diversos autores que pesquisam essas emissoras. Contudo, a presença esporádica de alguns grupos não significa diversidade. A diversidade se constrói quando a participação dos diversos grupos na esfera pública midiaticizada reflete a realidade da população e dá a eles oportunidade de realmente intervir na comunicação pública e na vida pública.

³⁰ Tabela disponível no Anexo 17.

Gráfico 18³¹

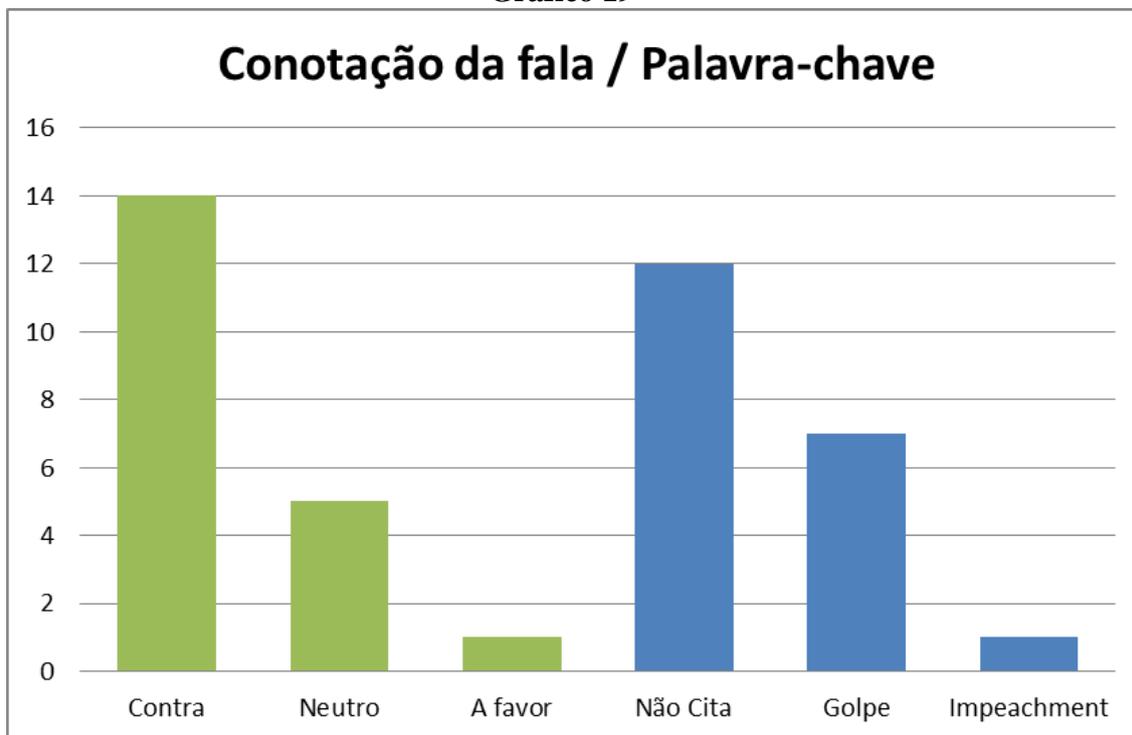
Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

O critério *sexo* foi o único onde os entrevistados na rede de Comunicação Social refletiram a população. Como já dissemos, o Brasil tem 51% de mulheres e 49% de homens, e a amostra dessa rede trouxe metade de cada um dos dois grupos (Gráfico 18). Não queremos dizer aqui que os entrevistados na televisão pública devam refletir fielmente dados censitários da população do país, mas que esta deve evitar desvios que ocasionem a sub-representação de grupos sociais, especialmente das chamadas “minorias”. Desvios estes que ficam evidentes nas edições analisadas e, se anteriormente a desigualdade interna da rede de Comunicação Política pode ter gerado essas deturpações devido às escolhas editoriais relacionadas aos temas, aqui não temos essa mesma condição. Especialmente na categoria *populares*, que representa potencialmente o todo da população.

³¹ Tabela disponível no Anexo 18.

5.3.5.4. Conteúdo da fala

Gráfico 19³²



Fonte: Elaboração própria a partir da análise de seis edições do Repórter Brasil Noite.

No que tange à diversidade de opiniões (Gráfico 19), novamente os que são contra o impeachment são maioria, representando 70% dos entrevistados. Já os a favor são apenas 5%. A disparidade entre essas duas categorias não pode ser considerada saudável para o debate público, uma vez que temos uma opinião que está sendo praticamente ocultada, portanto, uma opinião não-pública (GOMES, 2007), se considerarmos apenas o debate no âmbito do telejornal analisado. Quanto à palavra-chave, na maior parte das vezes que a palavra *golpe* foi utilizada por um entrevistado nas edições analisadas, ele pertencia à categoria *movimentos sociais, artistas e escritores* ou *entidades estudantis*. Entretanto, também aqui a maior parte das vezes não utiliza nenhuma das duas palavras.

5.3.6. Os dias da política institucional

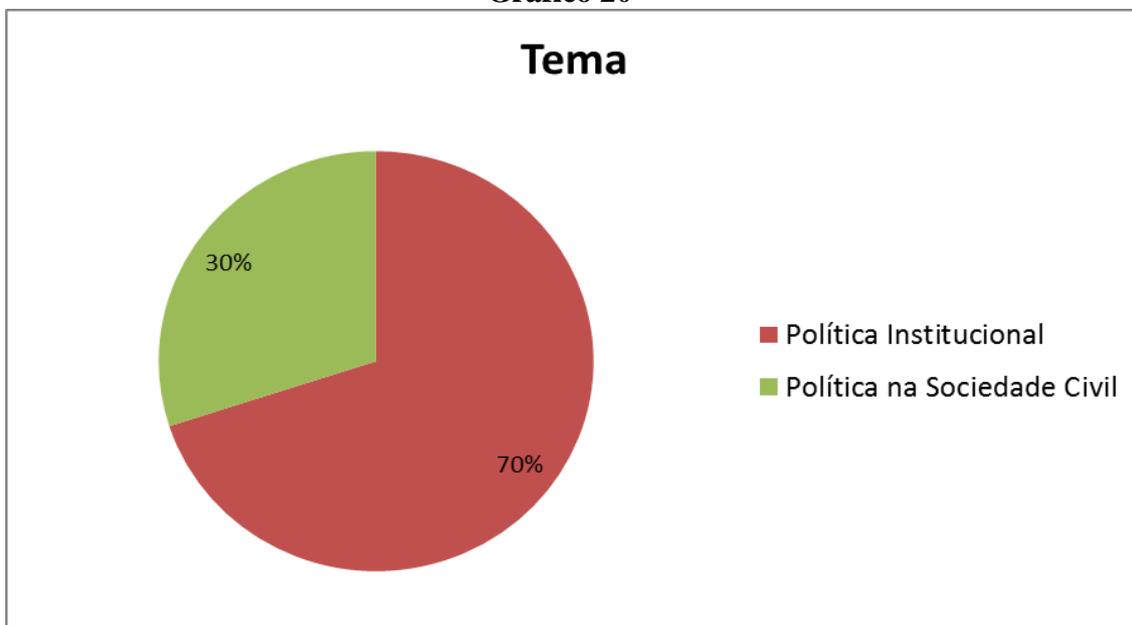
Como demonstrou a análise das edições do Repórter Brasil Noite dos dias 11, 19 e 27 de abril e 5, 13 e 21 de maio, a cobertura sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff ficou bastante focada nos temas relacionados à política institucional. A partir disso, interessou-nos saber como as vozes da rede de

³² Tabela disponível no Anexo 19.

Comunicação Social participavam do debate sobre esse processo nos dias onde a política institucional realmente era a grande protagonista do acontecimento, ou seja, nas edições seguintes as votações referentes ao processo de impeachment tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal. Nesse sentido, agora apresentaremos algumas constatações sobre a segunda amostra desta pesquisa, onde trabalhamos apenas com as edições do Repórter Brasil Noite seguintes as votação na Câmara (edição do dia 18 de abril de 2016) e no Senado (edição do dia 12 de maio de 2016). No entanto, os dados apresentados nas edições dessa amostra, são bastante semelhantes aos já apresentados na amostra de semana composta.

5.3.6.1. Temas

Gráfico 20³³

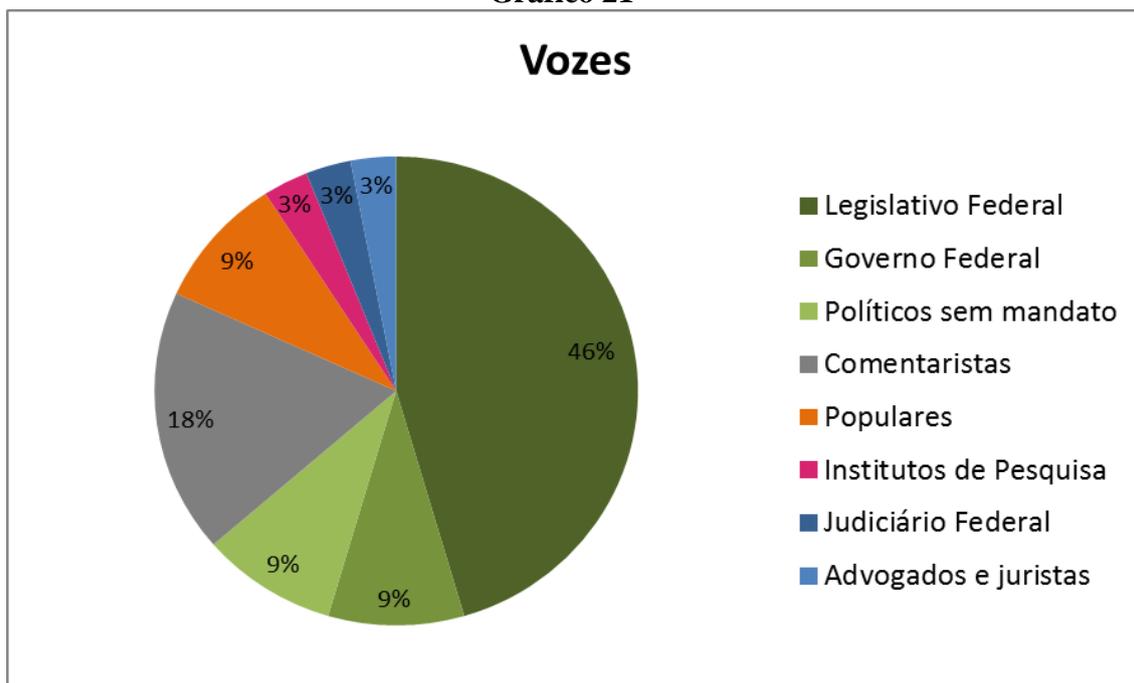


Fonte: Elaboração própria a partir da análise das edições dos dias 18/04/2016 e 12/05/2016 do Repórter Brasil Noite.

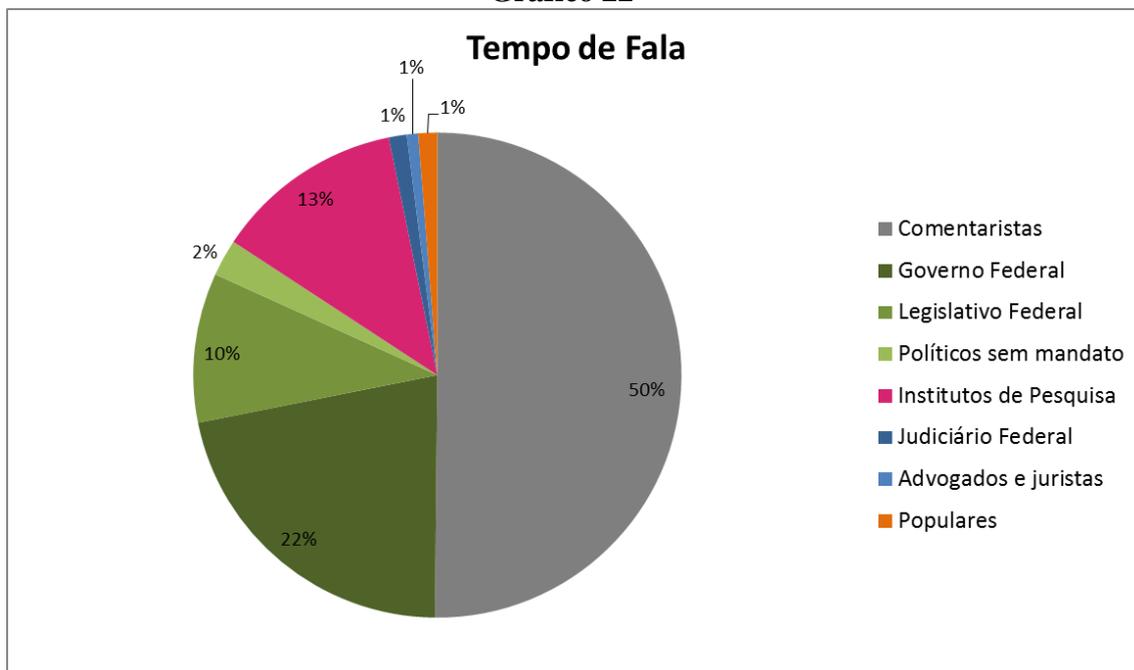
É interessante notar que, conforme aponta o Gráfico 20, a proporção entre os temas da *política institucional* e da *política na sociedade civil* é semelhante à encontrada na primeira amostra. Nessas duas edições a política institucional é a que novamente tem maior frequência.

³³ Tabela disponível no Anexo 20.

5.3.6.2. Vozes

Gráfico 21³⁴

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das edições dos dias 18/04/2016 e 12/05/2016 do Repórter Brasil Noite.

Gráfico 22³⁵

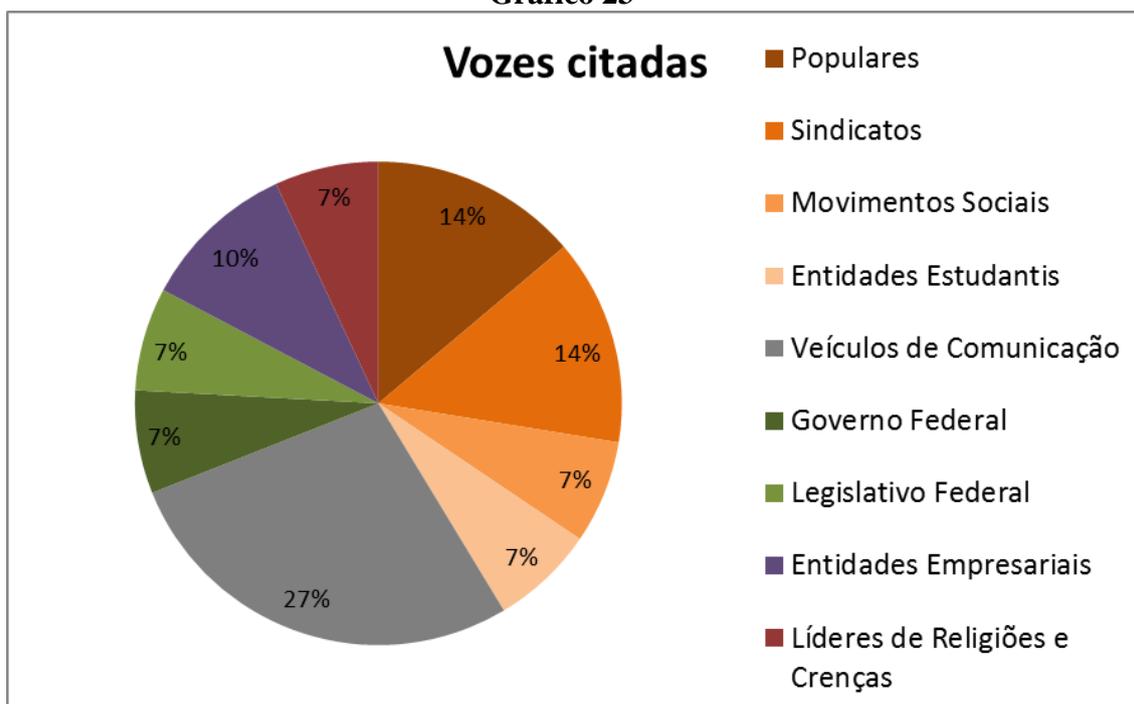
Fonte: Elaboração própria a partir da análise das edições dos dias 18/04/2016 e 12/05/2016 do Repórter Brasil Noite.

*Os mediadores tiveram 27:52 minutos de fala e não foram incluídos na análise com o objetivo de não viciar a amostra, uma vez que essa categoria de vozes está necessariamente presente em todas as matérias.

³⁴ Tabela disponível no Anexo 21.

³⁵ Tabela disponível no Anexo 22.

No entanto, aqui os temas da *política na sociedade civil* não fomentam a participação das categorias ligadas à rede de Comunicação Social. As vozes mais ouvidas nesses dias novamente foram as da Comunicação Política (64%), seguidas pelos Sistemas de Comunicação Midiática (18%), onde os comentaristas tiveram bastante destaque (Gráfico 21). As vozes ligadas a este último tiveram 50% do tempo de fala, seguidas pela rede de Comunicação Política, que teve 34% do tempo (Gráfico 22). Mesmo sem alteração no que diz respeito aos temas, a rede de Comunicação Social teve uma participação ainda menor do que nas edições analisadas anteriormente e não ocupou mais do que 1% do tempo de fala das duas edições analisadas nesta segunda amostra. Além disso, participação dessa rede ficou limitada a uma única matéria, onde três *populares* foram entrevistados em um *fala-povo*.

Gráfico 23³⁶

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das edições dos dias 18/04/2016 e 12/05/2016 do Repórter Brasil Noite.

O que se destaca quanto aos grupos da rede de Comunicação Social é que, mesmo com pouco tempo de fala, eles foram os mais presentes entre os que tiveram falas citadas, representando 42% das falas citadas (Gráfico 23). Quanto aos indicadores de diversidade de *local*, *faixa etária*, *cor da pele* e *sexo*, não houve diferença significativa

³⁶ Tabela disponível no Anexo 23.

entre as duas amostras, mantendo a segunda os mesmos padrões já apontados na primeira amostra.

5.3.7. Considerações gerais

A partir das análises realizadas, alguns aspectos ficam evidentes: o primeiro é a sobreposição dos temas da política instrucional sobre os da política na sociedade civil; o segundo, e como consequência do primeiro, é o maior destaque para as vozes oriundas da rede de Comunicação Política; como terceiro aspecto geral, podemos destacar a pouca diversidade em relação aos critérios analisados (*local, faixa etária, cor da pele e sexo*); por último, ainda cabe destacar como característica geral a falta de equilíbrio entre as vozes a favor e contra o impeachment. No que diz respeito especificamente à rede de Comunicação Social, podemos destacar que: essas vozes tiveram pouco tempo de fala nas edições analisadas; dentro dessa rede apenas quatro categorias (*populares, movimentos sociais, entidades estudantis e artistas e escritores*) tiveram voz; com exceção do critério *sexo*, os demais indicadores de diversidade demonstraram que, também na rede de Comunicação Social, houve pouca diversidade regional, racial e de idade; por último, destacamos também o desequilíbrio entre favoráveis e contrários ao impeachment e o uso majoritário nessa rede da palavra *golpe* para designar o processo de impedimento da presidenta da República.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento de que a cidadania está relacionada à participação dos sujeitos na vida pública, o direito à comunicação se coloca como o direito de participação desses sujeitos em condições de igualdade na esfera pública midiaticizada. No entanto, quando essa esfera pública está privatizada, sob o controle de meios de comunicação comerciais, cabe às emissoras públicas buscar o que Esteves (2011) coloca como requisitos normativos para que a comunicação pública se efetive: a liberdade de participação a todos os interessados em participar do debate e que todos os participantes tenham o mesmo *status* dentro desse debate, além de que não haja restrição com relação aos temas que serão objetos do debate.

Dessa forma, a partir da análise de 53 matérias do Repórter Brasil Noite que estão relacionadas ao debate público sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), consideramos que o telejornalismo da emissora pública *TV Brasil* precisa aprofundar o seu trabalho no sentido de que o seu jornalismo desconstrua as “assimetrias de poder” (MAIA, 2006 *apud* MIOLA, 2012), ao invés de reproduzi-las. Nesse sentido, conforme destacamos no capítulo anterior, as vozes da rede de Comunicação Social (aquela por onde os sujeitos políticos ativos da sociedade civil podem se fazer ouvir e, a partir da sua atuação na esfera pública, constituírem-se como cidadãos) têm uma participação bastante desequilibrada em relação, especialmente, aqueles sujeitos relacionados ao poder político estabelecido. Essa reprodução das assimetrias se dá tanto no número de vozes relacionadas à rede de Comunicação Social, quanto no tempo de fala desses sujeitos. O tempo de fala de populares, movimentos sociais, etc. é quase um terço do tempo de fala de sujeitos do Legislativo e do governo federal, por exemplo. Essa diferença não permite que os sujeitos da sociedade civil exponham suas ideias sobre a condução dos problemas públicos a partir do mesmo *status* dos demais.

Um segundo ponto que consideramos problemático na amostra analisada diz respeito à diversidade das vozes. A diversidade é reiterada como um valor da televisão pública, especialmente do jornalismo, por diversos autores trabalhados aqui. No entanto, nossa análise revelou que, no que tange à diversidade regional, racial, étnica e de gênero, o jornalismo da *TV Brasil* apresenta deficiências. A inclusão daqueles que não têm voz nas emissoras de interesse comercial deve ser a grande missão da televisão pública, mas são justamente os grupos mais negligenciados naquelas emissoras os que são novamente esquecidos por essa. Jovens, pretos e pardos e mulheres são minoria

entre as vozes presentes no debate sobre o processo de impeachment. Além disso, no que diz respeito ao local de onde os sujeitos falam, basicamente só aparecem as cidades que os país inteiro já está acostumado a ver pela televisão comercial: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo. Desse modo, cabe destacar que, em um país com dimensões continentais como o nosso, a exclusão regional vai muito além da questão geográfica, excluindo também a grande diversidade étnica e cultural que temos.

A partir dessas conclusões, consideramos que, pelo pouco tempo dedicado aos sujeitos da rede de Comunicação Social e pela pouca diversidade entre as vozes, o jornalismo da *TV Brasil* ainda é falho em promover um espaço realmente democrático de comunicação pública onde os sujeitos da sociedade civil possam interferir nos temas de interesse público e, a partir da prática da cidadania, constituírem-se e serem reconhecidos como cidadãos.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, acreditamos que conseguimos demonstrar como e quem são os sujeitos políticos da sociedade civil que participam como vozes no telejornal investigado. No entanto, restam dúvidas sobre se a forma como esses sujeitos participam do debate público no jornalismo da *TV Brasil* efetivamente contribui para que eles se coloquem como sujeitos políticos ativos na esfera pública midiaticizada, contribuindo, assim, para que se efetivem enquanto cidadãos não apenas de direitos, na perspectiva marshalliana, mas de proposições e reivindicações. Assim, deixamos essa questão como uma proposição para que, futuramente, estudos com caráter mais qualitativo possam investigá-la. Outra questão que fugiria aos objetivos desta pesquisa, mas que se coloca como latente no âmbito das investigações acerca do jornalismo, é a de como as escolhas dos temas podem contribuir para a proeminência de algumas vozes em relação a outras, assim como podem contribuir para aumentar ou diminuir a diversidade das vozes do jornalismo. Dessa maneira, ao finalizarmos esta monografia, esperamos poder contribuir para o aprofundamento do debate sobre as relações entre comunicação e cidadania a partir da perspectiva da comunicação pública, bem como para a ampliação da percepção sobre a importância da radiodifusão pública para a democracia e sobre a necessidade de sua constante revisão e aperfeiçoamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; MORIGI, Valdir Jose. A rádio comunitária como prática de cidadania comunicativa. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p.959-975, dez. 2011. Quadrimestral.

BARBERO, Jesús Martín. Televisão Pública, televisão Cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar et al (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.

BARBERO, Jesus Martin; REY, Germán; RINCÓN, Omar. Televisión pública, Cultural, de Calidad. **Gaceta**, Bogotá, n. 47, p.50-61, dez. 2000.

BECKER, Beatriz. Diversidade e Pluralidade: Desafios da Produção de um telejornalismo de qualidade. In: BORGES, Gabriela; REIA-BAPTISTA, Vitor. **Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão**. Lisboa: Novos Horizontes, 2008. p. 357-367.

BELLO, Enzo. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um enfoque político e social. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 8, n. 2, p.133-157, dez. 207.

BORGES, Tiago Gautier Ferreira. **Entre o Espetáculo e o Debate Público**: Enquadramentos sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 6, 2006, Brasília. **Anais...** . Brasília: Intercom, 2006. p. 1 - 14.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição nº 1, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta? Autoriza o Poder Executivo a constituir. **Lei Nº 11.652**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 88, p.5-18, dez. 2010.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas**: Uma avaliação contemporânea. Brasília: Unesco, 2012. 35 p.

CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. **A cidadania e a sua instituição: estudo de comunicação pública sobre a Defensoria do Rio Grande do Sul.** 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 236 p.

CHAVES, Roberta Braga; COUTINHO, Iluska. Fontes e público: quem faz parte do Repórter Brasil? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, 2013, Manaus. **Anais...** . Manaus: Intercom, 2013. p. 1 - 12.

COELHO, Marja Pfeifer. **O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia entre o Estado e a mídia.** 2013. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação Graduação em Comunicação e In, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Telejornalismo a serviço do público: a voz do povo em cena. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.65-73, abr. 2010.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: Faces, 2004. p. 95-110.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública brasileira.** 2013. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

EBC. **Manual de Jornalismo da EBC.** Brasília: EBC, 2013.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa e comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. Cap. 18. p. 280-303.

FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, 1, 2007, Brasília. **Carta de Brasília.** Brasília: Fórum Nacional de TVs Públicas, 2007. 3 f. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362>>. Acesso em: 16 maio 2015.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, p.10-21, dez. 2012.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. PUBLICIDADE, VISIBILIDADE, DISCUTIBILIDADE: Para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16, 2007, Curitiba. **Anais...** .Curitiba: Compós, 2007. p. 1 - 15.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Mídia e Cidadania. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p.27-40, 01 jan. 2006.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Mídia e Democracia: o quarto versus o quinto poder. **Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.6-25, dez. 2007. Semestral.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas em Porto Alegre: processos comunicativos, midiática digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores**. 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

LEAL FILHO, Laurindo. **A comunicação pública tem um papel pedagógico**. 2014. Entrevista a Bruna Andrade. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/08/18/a-comunicacao-publica-tem-um-papel-pedagogico-entrevista-com-lalo-leal-da-tv-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LEAL FILHO, Laurindo. A TV Pública. In: BUCCI, Eugênio (Org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 108-116.

LIMA, Venício de. Comunicação, poder e cidadania. **Rastros: Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação**, Bom Jesus, v. 7, n. 1, p.8-16, out. 2006.

MAIA, Rousiley C. M.. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. **Anais...** . Salvador: Intercom, 2002. p. 1 - 19.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 78 p.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p.5-15, abr. 2006. Quadrimestral.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no congresso e na imprensa**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MNDH. **Carta de Brasília: Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes**. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade->

legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/endh_cartabrasilia>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA FILHO, José da Tarcísio da Silva; COUTINHO, Iluska. A TV Pública e a Busca por Métodos de Verificação da Qualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Intercom, 2015. p. 1 - 15.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. **Comunicação e cidadania**: a contribuição da administração popular de Porto Alegre para um novo modelo de comunicação política. 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O Sistema classificatório de “cor e raça” do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. Cap. 1. p. 9-14.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. p. 245-253.

RINCÓN, Omar. Introdução. In: RINCÓN, Omar. **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 13-40.

RODRIGUES, Diogo Moyses. **O direito humano à comunicação**: igualdade e liberdade no espaço público mediado por tecnologias. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública**. Porto Alegre: Evangraf, 2007. 182 p.

UFRGS/EBC. **Pesquisa sobre a programação da TV Brasil**: Relatório de Cumprimento do Objeto. Porto Alegre: 2015b. 38 p.

UFRGS/EBC. **Relatório 18**: Análise do telejornal Repórter Brasil - Noite. Porto Alegre: 2014c. 19 p.

UFRGS/EBC. **Relatório 32**: Análise do telejornal Repórter Brasil - Noite. Porto Alegre: 2014d. 16 p.

UFRGS/EBC. **Relatório 46**: Análise do telejornal Repórter Brasil Noite e Repórter Brasil Tarde. Porto Alegre: 2015a. 19 p.

UFRGS/EBC. **Relatório 4:** Análise preliminar do telejornal Repórter Brasil. Porto Alegre: 2014a. 14 p.

UFRGS/EBC. **Relatório 6:** Análise do telejornal Repórter Brasil - Noite. Porto Alegre: 2014b. 16 p.

VALENTE, Jonas. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. In: INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Org.). **Sistemas públicos de comunicação no mundo:** experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009a. p. 25-46.

VALENTE, Jonas. Sistema Público de Comunicação do Brasil. In: SOCIAL, Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação. **Sistemas públicos de comunicação no mundo:** experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009b. Cap. 14. p. 269-290.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, n. 10, p.189-203, jun. 2011.

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos: Mídia e Democracia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.21-42, jul. 2007. Semestral.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **Eco-pólos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p.11-26, set. 2009. Quadrimestral.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade: tensões da comunicação pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). **Mídia, Espera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2006. p. 117-136.

ANEXOS

ANEXO 1 – Planilhas de classificação das matérias

RBN01

Código da Matéria: RBN01			
TÍTULO:	Jaques Wagner dá entrevista coletiva para falar sobre aprovação do parecer do impeachment		
DATA:	11/04/2016	DURAÇÃO:	35"
SEMANA:	1	LOCAL:	Brasília
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES	REPÓRTER:	NÃO TEM
MEDIADOR 1		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Ministro
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	35"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN02

Código da Matéria: RBN02					
TÍTULO:	O Repórter Brasil recebe o advogado Marcello Lavenère, um dos autores do pedido de impeachment do ex-presidente Collor				
DATA:	11/04/2016	DURAÇÃO:	8'20"		
SEMANA:	1	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	ENTREVISTA	REPÓRTER:	NÃO TEM		
MEDIADOR 1		VOZ 1		MEDIADOR 2	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	jurista	QUEM FALA:	Apresentadora
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	1'33"	TEMPO DE FALA:	6'15"	TEMPO DE FALA:	32"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:	branco	ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista em estúdio	CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contra	CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment	IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"o atual impeachment, além de não ter consistência jurídica, ele torna o país raivoso" "há divergências quanto ao seu governo, mas isso não justifica o processo de impeachment"	CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN03					
TÍTULO:	Brasília já recebe manifestantes a favor e contra o impeachment				
DATA:	11/04/2016	DURAÇÃO:	1'43"		
SEMANA:	1	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA	REPÓRTER:	NÃO TEM		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	professora
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	1'07"	TEMPO DE FALA:	10"	TEMPO DE FALA:	13"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	parda
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	a favor
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	nenhum
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"o povo brasileiro está acordado e entendendo tudo o que está acontecendo, diferente do que eles falam, que é a oposição querendo dar golpe"
VOZ 2					
QUEM FALA:	MST				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	13"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	parda				
FAIXA ETÁRIA	adulto				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	acampamento de manifestantes				
CONOTAÇÃO DA FALA:	contra				
IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe				
CONTEÚDO DA FALA:	"esse impeachment é um golpe"				

Código da Matéria: RBN04					
TÍTULO:	Políticos, movimentos sociais, intelectuais e artistas fazem ato cultural contra o impeachment				
DATA:	11/04/2016	DURAÇÃO:	5'14"		
SEMANA:	1	LOCAL:	Rio de Janeiro		
TIPO DE MATÉRIA	LINK AO VIVO E REPORTAGEM		REPÓRTER:	Alessandra Lago e Paula Ottoni	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	ex-presidente
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	12"	TEMPO DE FALA:	30"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
MEDIADOR 3		MEDIADOR 4		VOZ 2	
QUEM FALA:	Repórter	QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	poeta
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	1'34"	TEMPO DE FALA:	35'	TEMPO DE FALA:	11"
LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 3		VOZ 4		VOZ 5	
QUEM FALA:	teólogo e escritor	QUEM FALA:	cantora	QUEM FALA:	MST
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	18"	TEMPO DE FALA:	13"	TEMPO DE FALA:	18"
LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:	branco	ETNIA:	branca	ETNIA:	Branco
FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	mulher	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	manifestação contra o impeachment	CONTEXTO:	manifestação contra o impeachment	CONTEXTO:	manifestação contra o impeachment
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment	IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe	IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe
CONTEÚDO DA FALA:	"a nossa luta não é tanto contra o impeachment, é a favor de uma democracia social, que tenha base popular"	CONTEÚDO DA FALA:	"não vai ter golpe de novo, reage, reage meu povo"	CONTEÚDO DA FALA:	"Mas o povo brasileiro é sábio e nós vamos impedir o golpe na ruas e lá no plenário no domingo"
VOZ 6		VOZ 7		VOZ 8	
QUEM FALA:	classe artística signatária de manifesto contra o impeachment	QUEM FALA:	cantor	QUEM FALA:	ex-presidente
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	1'14"
LOCAL:		LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:		ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:		GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:	manifestação contra o impeachment	CONTEXTO:	manifestação contra o impeachment
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"não vai ter golpe"	CONTEÚDO DA FALA:	"se eles quiserem nos derrotar, eles vão ter que aprender que nós não saímos na rua apenas de domingo. Nós saímos de segunda, de terça, de quarta..."

RBN05

Código da Matéria: RBN05					
TÍTULO:	Temer se antecipa à votação final e fala como se a abertura do processo contra a presidenta tivesse sido				
DATA:	11/04/2016	DURAÇÃO:	2'47"		
SEMANA:	1	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NÃO CREDITADO		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Vice-presidente
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	10"	TEMPO DE FALA:	16"	TEMPO DE FALA:	1'46"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	indeterminado
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	áudio divulgado
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2					
QUEM FALA:	deputada				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	35"				
LOCAL:	indeterminado				
ETNIA:	branca				
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro				
GÊNERO:	feminino				
CONTEXTO:	áudio divulgado				
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:					

RBN06

Código da Matéria: RBN06					
TÍTULO:	Comissão do impeachment aprova relatório que recomenda continuidade do processo de impeachment de Dilma				
DATA:	11/04/2016	DURAÇÃO:	3'39"		
SEMANA:	1	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	LINK AO VIVO E REPORTAGEM	REPÓRTER:	Paulo Leite		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	3"	TEMPO DE FALA:	12"	TEMPO DE FALA:	1'38"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	Advogado-geral da União	QUEM FALA:	deputado
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	30"	TEMPO DE FALA:	29"	TEMPO DE FALA:	24"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	Branco	ETNIA:	Branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	leitura de relatório na comissão do impeachment	CONTEXTO:	leitura de relatório na comissão do impeachment	CONTEXTO:	leitura de relatório na comissão do impeachment
CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:	"são fortes os indícios de que as transações financeiras relatadas constituíram um tipo de financiamento bancário, configurando a prática do crime de responsabilidade"	CONTEÚDO DA FALA:	"este relatório, para a história, é a demonstração de que não há crime de responsabilidade praticado pela senhora presidente"	CONTEÚDO DA FALA:	"Crime de responsabilidade é algo tão grave que não pode haver dúvida, por menor que seja. Apenas certeza. E esse não é o presente caso".
VOZ 4					
QUEM FALA:	deputado				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	23"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	branco				
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	leitura de relatório na comissão do impeachment				
CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável				
IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment				
CONTEÚDO DA FALA:	"por isso nós estamos, com a maioria dos deputados do PSD pelo impeachment"				

Código da Matéria: RBN07					
TÍTULO:	Deputado Mendonça Filho é hostilizado no aeroporto dos Guararapes				
DATA:	19/04/2016	DURAÇÃO:	27"		
SEMANA:	2	LOCAL:	Recife		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA	REPÓRTER:	NÃO TEM		
VOZ 1		VOZ 2		MEDIADOR 1	
QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	manifestantes	QUEM FALA:	Apresentadora
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	27"
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN08

Código da Matéria: RBN08					
TÍTULO:	OAB anuncia que vai pedir, ao STF a cassação do mandato do deputado federal Jair Bolsonaro				
DATA:	19/04/2016	DURAÇÃO:	1'19"		
SEMANA:	2	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NÃO CREDITADO		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Presidência da República
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	25"	TEMPO DE FALA:	14"	TEMPO DE FALA:	40"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2					
QUEM FALA:	OAB				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada				
TEMPO DE FALA:					
LOCAL:					
ETNIA:					
FAIXA ETÁRIA					
GÊNERO:					
CONTEXTO:					
CONOTAÇÃO DA FALA:					
IMPEACHMENT X GOLPE:					
CONTEÚDO DA FALA:					

RBN09

Código da Matéria: RBN09					
TÍTULO:	Partidos de oposição lançam nota em repúdio à entrevista da presidenta Dilma à imprensa estrangeira				
DATA:	19/04/2016	DURAÇÃO:	1'07"		
SEMANA:	2	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NÃO CREDITADO		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	senador
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	15"	TEMPO DE FALA:	24"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	Branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	repercute entrevista da presidenta
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"a pessoa não tem a humildade de dizer: olha, infelizmente eu errei, não sou uma pessoa que tenho qualificações mínimas para o exercício da presidência e como tal, nada mais justo que venhamos outra pessoa para buscar alternativa"
VOZ 2					
QUEM FALA:	deputado				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	19"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	branco				
FAIXA ETÁRIA	adulto				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	repercute entrevista da presidenta				
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro				
IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment				
CONTEÚDO DA FALA:					

Código da Matéria: RBN10			
TÍTULO:	Senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo, deu entrevista hoje à BBC Brasil		
DATA:	19/04/2016	DURAÇÃO:	29"
SEMANA:	2	LOCAL:	Brasília
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES	REPÓRTER:	NÃO TEM
VOZ 1		MEDIADOR 1	
QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	Apresentador
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	29"
LOCAL:		LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN11					
TÍTULO:	Em São Paulo, direção do PT passa a tarde reunida				
DATA:	19/04/2016	DURAÇÃO:	2'36"		
SEMANA:	2	LOCAL:	São Paulo		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Priscila Kershe		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	secretário de Segurança de São Paulo
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	20"	TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		MEDIADOR 3		VOZ 3	
QUEM FALA:	Vice-presidente	QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	MTST
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	11"	TEMPO DE FALA:	1'18"	TEMPO DE FALA:	14"
LOCAL:	São Paulo	LOCAL:	São Paulo	LOCAL:	São Paulo
ETNIA:	branco	ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	jovem adulto
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	saída de reunião	CONTEXTO:		CONTEXTO:	saída de reunião
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"na semana que vem o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto vai fazer uma grande jornada de mobilização em mais de 10 estados do país, contra o golpe e em defesa dos direitos sociais.
VOZ 4		VOZ 5			
QUEM FALA:	PT	QUEM FALA:	PT		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada		
TEMPO DE FALA:	24"	TEMPO DE FALA:			
LOCAL:	São Paulo	LOCAL:			
ETNIA:	branco	ETNIA:			
FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA			
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:			
CONTEXTO:	entrevista coletiva	CONTEXTO:			
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:			
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:			
CONTEÚDO DA FALA:	"não podemos permitir que depois de anos de avanço, venha um cara sem voto, traidor, retirar direitos que foram conquistados com muita luta nesse país. Nós não vamos permitir, é muito mais do que oposição parlamentar só. É dizer pra população, pra sociedade, que um governo ilegítimo não tem paz, não tem estabilidade, não tem tranquilidade, tem luta"	CONTEÚDO DA FALA:			

Código da Matéria: RBN12					
TÍTULO:	Presidenta Dilma Rousseff dá entrevista a jornalistas estrangeiros sobre a crise política				
DATA:	19/04/2016	DURAÇÃO:	4'09		
SEMANA:	2	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Soane Guerreiro		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	4"	TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	2'13"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista coletiva Dilma
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	presidenta da República	QUEM FALA:	aposentada	QUEM FALA:	assessora
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	1'14"	TEMPO DE FALA:	7"	TEMPO DE FALA:	7"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branca	ETNIA:	branca	ETNIA:	negra
FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	jovem adulto
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:	entrevista coletiva	CONTEXTO:	manifestação de apoio à Dilma	CONTEXTO:	manifestação de apoio à Dilma
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária
IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:	o Brasil tem um veio que é adormecido, um veio golpista adormecido [...] o impeachment, sistematicamente, se tornou um instrumento contra os presidentes eleitos." "eu acredito que os que estão golpeando atendem só um lado de casa"	CONTEÚDO DA FALA:	"essa flor representa a esperança, a força pra Dilma, que nós queremos passar pra ela"	CONTEÚDO DA FALA:	"o mesmo preconceito que ela sofre, nós também mulheres sentimos aqui, nos ambientes de poder, no trabalho, em casa"
VOZ 4					
QUEM FALA:	organizadora de eventos				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	16"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	branca				
FAIXA ETÁRIA	jovem adulto				
GÊNERO:	feminino				
CONTEXTO:	manifestação de apoio à Dilma				
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:	"nós estamos querendo aqui é mostrar nossa solidariedade à presidenta Dilma. Querendo dizer a ela, que o que ela tem sofrido nos últimos dias, os ataques misóginos, machistas, também são sentidos por cada uma de nós, todos os dias, sempre, em qualquer segmento"				

Código da Matéria: RBN13					
TÍTULO:	Ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, participa de Congresso da Central das Américas				
DATA:	27/04/2016	DURAÇÃO:	2'45"		
SEMANA:	3	LOCAL:	São Paulo		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NC		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	Pepe Mujica
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	14"	TEMPO DE FALA:	29"	TEMPO DE FALA:	2'02"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Indefinido	LOCAL:	São Paulo
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista coletiva
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN14

Código da Matéria: RBN14					
TÍTULO:	Manifestantes fizeram um ato contra o pedido de afastamento da presidenta				
DATA:	27/04/2016	DURAÇÃO:	21"		
SEMANA:	3	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA	REPÓRTER:	NÃO TEM		
MEDIADOR 1		VOZ 1			
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	manifestantes		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada		
TEMPO DE FALA:	21"	TEMPO DE FALA:			
LOCAL:	Brasília	LOCAL:			
ETNIA:		ETNIA:			
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA			
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:			
CONTEXTO:		CONTEXTO:			
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:			
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:			
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

RBN15

Código da Matéria: RBN15					
TÍTULO:	Grupo de senadores vai entregar carta à presidenta em defesa da antecipação das eleições presidenciais				
DATA:	27/04/2016	DURAÇÃO:	4'36"		
SEMANA:	3	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Pedro Henrique Moreira		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	15"	TEMPO DE FALA:	52"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	senador
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	17"	TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	17"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branco	ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:	entrevista
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:	"não vejo nesse parecer crime de responsabilidade fiscal"	CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 4		VOZ 5		VOZ 6	
QUEM FALA:	UNE	QUEM FALA:	vice-presidente	QUEM FALA:	MTST
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	5"	TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	8"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:		LOCAL:	indefinido
ETNIA:	branca	ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	jovem adulto	FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	jovem adulto
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:		GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	entrevista em programa de televisão	CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária	CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe	IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe
CONTEÚDO DA FALA:	"pedir eleição geral é golpe tanto quanto um impeachment sem base legal"	CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"o Brasil não vai querer até 2018, caso se concretize o golpe no Senado, um presidente biônico"
VOZ 7		VOZ 8			
QUEM FALA:	jurista	QUEM FALA:	comentarista		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	21"	TEMPO DE FALA:	2'04"		
LOCAL:	indefinido	LOCAL:	Brasília		
ETNIA:	branco	ETNIA:	parda		
FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro		
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino		
CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:	comentário em estúdio		
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro		
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment		
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

Código da Matéria: RBN16					
TÍTULO:	Presidenta Dilma Rousseff diz que o processo de impeachment tem um "pecado original"				
DATA:	27/04/2016	DURAÇÃO:	2'56"		
SEMANA:	3	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Paulo Leite		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	24"	TEMPO DE FALA:	6"	TEMPO DE FALA:	1'16"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	Frete Parlamentar da Agropecuária	QUEM FALA:	presidenta da República
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	19"	TEMPO DE FALA:	13"	TEMPO DE FALA:	38"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branco	ETNIA:	branco	ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idosa
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:	saída de reunião	CONTEXTO:	branco	CONTEXTO:	evento de direitos humanos
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"eu vou lutar até o fim para garantir que a democracia seja respeitada"
VOZ 4					
QUEM FALA:	MST				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada				
TEMPO DE FALA:					
LOCAL:					
ETNIA:					
FAIXA ETÁRIA					
GÊNERO:					
CONTEXTO:					
CONOTAÇÃO DA FALA:					
IMPEACHMENT X GOLPE:					
CONTEÚDO DA FALA:					

Código da Matéria: RBN17			
DATA:	05/05/2016	DURAÇÃO:	57"
SEMANA:	4	LOCAL:	Brasília
TÍTULO:	Comissão do impeachment se reúne	ASSUNTO:	votação na comissão do Senado
TIPO DE MATÉRIA	LINK AO VIVO	REPÓRTER:	Pedro Henrique Moreira
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	14"	TEMPO DE FALA:	43"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN18

Código da Matéria: RBN18			
TÍTULO:	RJ: músicos de orquestras e universidades fazem um ato-concerto pela democracia		
DATA:	05/05/2016	DURAÇÃO:	1'13"
SEMANA:	4	LOCAL:	Rio de Janeiro
TIPO DE MATÉRIA	LINK AO VIVO	REPÓRTER:	Pedro Henrique Antunes
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	11"	TEMPO DE FALA:	1'02'
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN19

Código da Matéria: RBN19			
TÍTULO:	TSE rejeita recursos da presidenta Dilma nos processos que pedem a cassação do seu mandato		
DATA:	05/05/2016	DURAÇÃO:	20"
SEMANA:	4	LOCAL:	Brasília
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES	REPÓRTER:	NÃO TEM
MEDIADOR 1		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	ministro STF
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	20"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN20					
TÍTULO:	Base governista volta a pedir a anulação do processo de impeachment				
DATA:	05/05/2016	DURAÇÃO:	2'27"		
SEMANA:	4	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Pedro Henrique Moreira		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	AGU
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	15"	TEMPO DE FALA:	44"	TEMPO DE FALA:	41"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	fala na comissão do Senado
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		VOZ 3		VOZ 4	
QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	senador
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	11"	TEMPO DE FALA:	20"	TEMPO DE FALA:	16"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branca	ETNIA:	branca	ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA	adulto	FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:	entrevista
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:	"a decisão do Supremo de hoje reforça a nossa tese de que esse processo tem que ser anulado porque houve um vício de origem"	CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN21

Código da Matéria: RBN21					
DATA:	05/05/2016		DURAÇÃO:	1'15"	
SEMANA:	4		LOCAL:	Brasília	
TÍTULO:	Afastamento de Eduardo Cunha repercutiu intensamente, na imprensa internacional				
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA		REPÓRTER:	NÃO TEM	
MEDIADOR 1		VOZ 1		VOZ 2	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	imprensa internacional	QUEM FALA:	imprensa internacional
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	1'15"	TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 3		VOZ 4		VOZ 5	
QUEM FALA:	imprensa internacional	QUEM FALA:	imprensa internacional	QUEM FALA:	imprensa internacional
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN22

Código da Matéria: RBN22					
TÍTULO:	Presidenta Dilma diz que afastamento de Cunha da presidência da Câmara foi "antes tarde do que				
DATA:	05/05/2016	DURAÇÃO:	1'58"		
SEMANA:	4	LOCAL:	Altamira		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA		REPÓRTER:	NÃO TEM	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	presidenta da República
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	5"	TEMPO DE FALA:	1'03"	TEMPO DE FALA:	50"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Altamira
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA (criança, adolescente, jovem adulto, adulto, adulto maduro, idoso)		FAIXA ETÁRIA (criança, adolescente, jovem adulto, adulto, adulto maduro, idoso)		FAIXA ETÁRIA (criança, adolescente, jovem adulto, adulto, adulto maduro, idoso)	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	inauguração de hidrelétrica
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"a única coisa que eu lamento, mas eu falo antes tarde do que nunca, é que infelizmente ele conseguiu, na cara de pau, o processo na Câmara, o lamentável processo na Câmara" "esse impeachment é um claro desvio de poder, porque ele usa seu cargo para se vingar de nós"

RBN23

Código da Matéria: RBN23					
TÍTULO:	Reforma ministerial provoca críticas dos movimentos sociais				
DATA:	13/05/2016	DURAÇÃO:	3'05		
SEMANA:	5	LOCAL:	Rio de Janeiro		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Bruno Cruz		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	5"	TEMPO DE FALA:	26"	TEMPO DE FALA:	1'17"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	CLADEM	QUEM FALA:	estudante	QUEM FALA:	Movimento Reage Artista
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	27"	TEMPO DE FALA:	21"	TEMPO DE FALA:	18"
LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:	branca	ETNIA:	Negro	ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA	jovem adulto	FAIXA ETÁRIA	jovem adulto	FAIXA ETÁRIA	adulto
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:	encontro de estudantes negros	CONTEXTO:	entrevista
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 4		VOZ 5			
QUEM FALA:	ator	QUEM FALA:	Ministro		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada		
TEMPO DE FALA:	11"	TEMPO DE FALA:			
LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:			
ETNIA:	branco	ETNIA:			
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA			
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:			
CONTEXTO:	entrevista	CONTEXTO:			
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:			
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:			
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

RBN24

Código da Matéria: RBN24					
TÍTULO:	Novo ministro da Justiça diz que vai manter Leandro Daielo como diretor da Polícia Federal				
DATA:	13/05/2016	DURAÇÃO:	1'45"		
SEMANA:	5	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGE,	REPÓRTER:	NÃO CREDITADO		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	presidente interino
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	50"	TEMPO DE FALA:	15"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
MEDIADOR 3		VOZ 2			
QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	Ministro		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada		
TEMPO DE FALA:	40"	TEMPO DE FALA:			
LOCAL:	Brasília	LOCAL:			
ETNIA:		ETNIA:			
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA			
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:			
CONTEXTO:		CONTEXTO:			
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:			
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:			
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

RBN25

Código da Matéria: RBN25					
TÍTULO:	Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, fala com a imprensa				
DATA:	13/05/2016	DURAÇÃO:	3'35		
SEMANA:	5	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Priscila Mendes		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR3	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	29"	TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	51"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1					
QUEM FALA:	ministro				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	2'07"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	branco				
FAIXA ETÁRIA	idoso				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	entrevista coletiva				
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:					

Código da Matéria: RBN26					
DATA:	13/05/2016		DURAÇÃO:	2'22"	
SEMANA:	5		LOCAL:	Brasília	
TÍTULO:	Presidente interino Michel Temer faz primeira reunião ministerial				
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM		REPÓRTER:	Thaís Antonio	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	10"	TEMPO DE FALA:	48"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2			
QUEM FALA:	Ministro	QUEM FALA:	Ministro		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	51"	TEMPO DE FALA:	25"		
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília		
ETNIA:	branca	ETNIA:	branca		
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	idoso		
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:	entrevista coletiva	CONTEXTO:	entrevista coletiva		
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro		
IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita		
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

RBN27

Código da Matéria: RBN27					
TÍTULO:	Presidenta afastada, Dilma Rousseff, viaja para Porto Alegre				
DATA:	13/05/2016		DURAÇÃO:	1'01"	
SEMANA:	5		LOCAL:	Brasília	
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA		REPÓRTER:	NÃO TEM	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	presidenta afastada
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	39"	TEMPO DE FALA:	22"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN28

Código da Matéria: RBN28					
DATA:	13/05/2016		DURAÇÃO:	1'08"	
SEMANA:	5		LOCAL:	Brasília	
TÍTULO:	MRE divulga nota condenando declarações internacionais sobre o afastamento da presidenta Dilma				
TIPO:	NOTA SIMPLES		REPÓRTER:	NÃO TEM	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	MRE
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	34"	TEMPO DE FALA:	34"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN29

Código da Matéria: RBN29					
TÍTULO:	Novo ministro da Saúde diz que editais do programa Mais Médicos não terão alterações				
DATA:	13/05/2016		DURAÇÃO:	2'23"	
SEMANA:	5		LOCAL:	Brasília	
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM		REPÓRTER:	Soane Guerreiro	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	6"	TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	1'23"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1					
QUEM FALA:	Ministro				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	46"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	branca				
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	entrevista coletiva				
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro				
IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita				
CONTEÚDO DA FALA:					

RBN30

Código da Matéria: RBN30					
TÍTULO:	RJ: manifestantes, movimentos sociais e políticos se reúnem em grande manifestação contra o governo				
DATA:	13/05/2016	DURAÇÃO:	1'50"		
SEMANA:	5	LOCAL:	Rio de Janeiro		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Pedro Henrique Antunes		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Repórter	QUEM FALA:	arqueóloga
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	47"	TEMPO DE FALA:	11"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	jovem adulto
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	manifestação
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"eles têm que respeitar o voto dos 54 milhões que votaram"
VOZ 2		VOZ 3		VOZ 4	
QUEM FALA:	estudante	QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	deputado
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	7"	TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	17"
LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:	negra	ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	jovem adulto	FAIXA ETÁRIA	adulto	FAIXA ETÁRIA	adulto
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	manifestação	CONTEXTO:	manifestação	CONTEXTO:	manifestação
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:	"uma falta de respeito, tanto com as mulheres, quanto com os negros, quanto com a população inteira de maioria mulher e negro"	CONTEÚDO DA FALA:	"tem pelo menos sete investigados protegidos no novo ministério do Michel Temer. O que a praça está dizendo é que Temer não tem legitimidade para ser presidente da República"	CONTEÚDO DA FALA:	"esse governo é um governo ilegítimo, é um governo que não representa a população brasileira, não foi eleito, seu programa não foi submetido às urnas"
VOZ 5					
QUEM FALA:	deputada				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	11"				
LOCAL:	Rio de Janeiro				
ETNIA:	branca				
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro				
GÊNERO:	feminino				
CONTEXTO:	manifestação				
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:	"nós tivemos 22 votos e precisamos de 28. E nós vamos lutar para ter os 28 e devolver Dilma ao seu lugar"				

Código da Matéria: RBN31					
DATA:	21/05/2016		DURAÇÃO:	1'45"	
SEMANA:	6		LOCAL:	Belo Horizonte	
TÍTULO:	Encontro Nacional de Blogueiros é realizado em Minas Gerais				
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM		REPÓRTER:	NÃO CREDITADO	
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Repórter	QUEM FALA:	presidenta afastada
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	14"	TEMPO DE FALA:	23"	TEMPO DE FALA:	1'08"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	indefinido	LOCAL:	Belo Horizonte
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idosa
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	discurso em encontro de blogueiros
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"a característica mais golpista é porque eles sabem que eles não chegariam ao exercício da presidência da República sem esse processo"

RBN32

Código da Matéria: RBN32					
TÍTULO:	Ex-advogado Geral da União, criticou anúncio de que o atual responsável pela pasta, Fábio Medina				
DATA:	21/05/2016		DURAÇÃO:	1'26"	
SEMANA:	6		LOCAL:	Brasília	
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM		REPÓRTER:	NÃO CREDITADO	
MEDIADOR 1		VOZ 1			
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	advogado da presidenta afastada		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	48"	TEMPO DE FALA:	38"		
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	indefinido		
ETNIA:		ETNIA:	branca		
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro		
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista		
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário		
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe		
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"hoje nós dizemos que o impeachment da presidente Dilma Rousseff é inconstitucional e, portanto, é um golpe"		

RBN33

Código da Matéria: RBN33					
TÍTULO:	Temer decide recriar Ministério da Cultura				
DATA:	21/05/2016	DURAÇÃO:	2'15"		
SEMANA:	6	LOCAL:	Rio de Janeiro		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Bruno Cruz		
ATORES		ATORES		ATORES	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Repórter	QUEM FALA:	ativista político
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	13"	TEMPO DE FALA:	1'45"	TEMPO DE FALA:	5"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Rio de Janeiro	LOCAL:	Rio de Janeiro
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA)		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	jovem adulto
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	ocupação MINC/RJ
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"Pra gente, des-extinguir o MINC ou não, neste momento não é tão relevante"
ATORES					
QUEM FALA:	deputado				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	12"				
LOCAL:	Rio de Janeiro				
ETNIA:	pardo				
FAIXA ETÁRIA	idoso				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	ocupação MINC/RJ				
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:	"todo esse processo de vai e vem, revelou a fragilidade, o clima meio de barata voa, de um governo que é questionado na sua própria legitimidade"				

Código da Matéria: RBN34					
TÍTULO:	Instituto Vox Populi fez uma pesquisa que traz números interessantes sobre esse momento que o Brasil				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	4'27"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Belo Horizonte		
TIPO DE MATÉRIA	ENTREVISTA	REPÓRTER:	NÃO TEM		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Vox Populi
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	20"	TEMPO DE FALA:	47"	TEMPO DE FALA:	3'20"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Belo Horizonte
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	entrevista em estúdio de afiliada
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN35					
TÍTULO:	Decisão da Câmara, a favor do impeachment, teve intensa repercussão na imprensa mundial				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	1'37"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NÃO CREDITADO		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Repórter	QUEM FALA:	Imprensa internacional
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	6"	TEMPO DE FALA:	1'31"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	indefinido	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		VOZ 3		VOZ 4	
QUEM FALA:	Imprensa internacional	QUEM FALA:	Imprensa internacional	QUEM FALA:	Imprensa internacional
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 5		VOZ 6		VOZ 7	
QUEM FALA:	Imprensa internacional	QUEM FALA:	Imprensa internacional	QUEM FALA:	Imprensa internacional
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 8					
QUEM FALA:	Imprensa internacional				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada				
TEMPO DE FALA:					
LOCAL:					
ETNIA:					
FAIXA ETÁRIA					
GÊNERO:					
CONTEXTO:					
CONOTAÇÃO DA FALA:					
IMPEACHMENT X GOLPE:					
CONTEÚDO DA FALA:					

Código da Matéria: RBN36					
DATA:	18/04/2016		DURAÇÃO:	1'50"	
VOTAÇÃO:	CÂMARA		LOCAL:	Rio de Janeiro, Brasília, São Luis, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Maceió, Fortaleza, São Paulo	
TÍTULO:	Manifestações contra e a favor do impeachment levaram milhares de pessoas às ruas				
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA		REPÓRTER:	NÃO TEM	
MEDIADOR 1		VOZ 1		VOZ 2	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	MST	QUEM FALA:	CUT
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	1'50"	TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN37					
TÍTULO:	Presidenta Dilma fala sobre a votação				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	8'04"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	RP e CM		REPÓRTER:	NT	
MEDIADOR 1		VOZ 1		VOZ 2	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	presidenta da República	QUEM FALA:	senador
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	43"	TEMPO DE FALA:	3'15"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:	branca	ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idosa	FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:	pronunciamento	CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	contrária	CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	"eu não vou me abater, eu não vou me deixar paralisar por isso, eu vou continuar lutando. Não é por mim, mas é pelos 54 milhões de votos que eu tive"	CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 3		MEDIADOR 2		VOZ 4	
QUEM FALA:	comentarista	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	comentarista
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	2'04"	TEMPO DE FALA:	25"	TEMPO DE FALA:	1'37"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	parda	ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	comentário em estúdio	CONTEXTO:		CONTEXTO:	comentário em estúdio
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN38					
TÍTULO:	Religiosos criticam deputados que fizeram referências à religião durante o voto				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	27"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES	REPÓRTER:	NÃO TEM		
MEDIADOR 1		VOZ 1		VOZ 2	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs	QUEM FALA:	teólogo
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	27"	TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN39					
TÍTULO:	Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo afirmam que não reconhecem a legitimidade de um				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	1'01"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES	REPÓRTER:	NÃO TEM		
ATORES		ATORES		ATORES	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Frente Povo Sem Medo	QUEM FALA:	Frente Brasil Popular
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	41"	TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
ATORES		ATORES		ATORES	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	UNE	QUEM FALA:	UBES
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	20"	TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
ATORES		ATORES		ATORES	
QUEM FALA:	CUT	QUEM FALA:	CTB	QUEM FALA:	FUP - Federação Única dos Petroleiros
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN40					
TÍTULO:	PDT expulsa seis deputados que votaram a favor do impeachment				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	1'47"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Soane Guerreiro		
ATORES		ATORES		ATORES	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	3"	TEMPO DE FALA:	10"	TEMPO DE FALA:	37"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
ATORES		ATORES		ATORES	
QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	deputado
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	15"	TEMPO DE FALA:	11"	TEMPO DE FALA:	16"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branco	ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	entrevista após encontro com Dilma	CONTEXTO:	entrevista após encontro com Dilma	CONTEXTO:	entrevista
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe	IMPEACHMENT X GOLPE:	golpe
CONTEÚDO DA FALA:	"mesmo com essa derrota momentânea, mas acho que o tom que nós demos foi muito qualificado"	CONTEÚDO DA FALA:	"estamos muito seguros de que, infelizmente, é um golpe muito grande"	CONTEÚDO DA FALA:	"este golpe parlamentar impetrado na câmara, além da falta de legitimidade de não ter votos para eleger um presidente da república, ele carrega a mácula de ter sido coordenado por um dos políticos da história do Brasil"
ATORES					
QUEM FALA:	deputado				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	14"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	branco				
FAIXA ETÁRIA	idoso				
GÊNERO:	masculino				
CONTEXTO:	entrevista				
CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:	"a presidente Dilma perdeu a confiança da população, da sociedade, perdeu a confiança dos investidores e não tem mais condições de governar o Brasil"				

Código da Matéria: RBN41					
TÍTULO:	Vice-presidente Michel Temer passou o dia de hoje em São Paulo				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	2'17"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	São Paulo		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Priscila Kershe		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	15"	TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	1'02"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	São Paulo
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	Jurista	QUEM FALA:	político	QUEM FALA:	ex-presidente
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	12"	TEMPO DE FALA:	16"	TEMPO DE FALA:	7"
LOCAL:	São Paulo	LOCAL:	São Paulo	LOCAL:	São Paulo
ETNIA:	branca	ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	adulto	FAIXA ETÁRIA	idoso	FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	entrevista coletiva	CONTEXTO:	saída de reunião com Temer	CONTEXTO:	entrevista em evento
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 4					
QUEM FALA:	política				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	16"				
LOCAL:	São Paulo				
ETNIA:	parda				
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro				
GÊNERO:	feminino				
CONTEXTO:	entrevista coletiva				
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro				
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita				
CONTEÚDO DA FALA:					

Código da Matéria: RBN42					
TÍTULO:	Sessão da Câmara foi acompanhada por milhões de brasileiros				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	1'53"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NÃO CREDITADO		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	deputados
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	6"	TEMPO DE FALA:	1'01"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	indefinido	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		VOZ 3		VOZ 4	
QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	deputado
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	7"	TEMPO DE FALA:	13"	TEMPO DE FALA:	5"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branco	ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	votação na Câmara	CONTEXTO:	votação na Câmara	CONTEXTO:	votação na Câmara
CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável	CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável	CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:	"pela minha família e, acima de tudo, por amor a Deus o meu voto é sim"	CONTEÚDO DA FALA:	"pelo crime de responsabilidade cometido, pela honra do nosso povo mineiro e de todos aqueles que represento, meu voto é sim"	CONTEÚDO DA FALA:	"em respeito ao voto popular, em respeito à segurança das instituições, eu voto não"
VOZ 5		VOZ 6			
QUEM FALA:	deputada	QUEM FALA:	deputado		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	10"	TEMPO DE FALA:	11"		
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília		
ETNIA:	branca	ETNIA:	branco		
FAIXA ETÁRIA	idososa	FAIXA ETÁRIA	adulto		
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:	votação na Câmara	CONTEXTO:	votação na Câmara		
CONOTAÇÃO DA FALA:	contrário	CONOTAÇÃO DA FALA:	favorável		
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita		
CONTEÚDO DA FALA:	"por aqueles que deram a vida pela democracia no Brasil e pelo empoderamento das mulheres, meu voto é não"	CONTEÚDO DA FALA:	"carrego comigo nossas histórias de luta pela liberdade e pela democracia, por isso eu digo para o Brasil, sim para o futuro"		

Código da Matéria: RBN43			
TÍTULO:	Grupo de senadores vai apresentar PEC para antecipar as eleições presidenciais		
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	14"
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES	REPÓRTER:	NÃO TEM
MEDIADOR 1			
QUEM FALA:	Apresentador		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	14"		
LOCAL:	Brasília		
ETNIA:			
FAIXA ETÁRIA			
GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:			
CONOTAÇÃO DA FALA:			
IMPEACHMENT X GOLPE:			
CONTEÚDO DA FALA:			

RBN44

Código da Matéria: RBN44					
TÍTULO:	Datafolha: pesquisa ouve opinião de manifestantes a favor e contra o impeachment				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	5'28"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA E COMENTÁRIO	REPÓRTER:	NÃO TEM		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	comentarista
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	1'15"	TEMPO DE FALA:	1'	TEMPO DE FALA:	1'33"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	comentário em estúdio
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2					
QUEM FALA:	comentarista				
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala				
TEMPO DE FALA:	1'40"				
LOCAL:	Brasília				
ETNIA:	parda				
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro				
GÊNERO:	feminino				
CONTEXTO:	comentário em estúdio				
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro				
IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita				
CONTEÚDO DA FALA:					

RBN45

Código da Matéria: RBN45			
TÍTULO:	O Repórter Brasil explica como fica o andamento do processo contra a presidenta, no Senado		
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	2'00"
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília
TIPO DE MATÉRIA	NOTA COBERTA	REPÓRTER:	NÃO TEM
MEDIADOR 1			
QUEM FALA:	Apresentadora		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	2'00"		
LOCAL:	Brasília		
ETNIA:			
FAIXA ETÁRIA			
GÊNERO:	feminino		
CONTEXTO:			
CONOTAÇÃO DA FALA:			
IMPEACHMENT X GOLPE:			
CONTEÚDO DA FALA:			

Código da Matéria: RBN46					
TÍTULO:	Processo contra a presidenta Dilma chega ao Senado				
DATA:	18/04/2016	DURAÇÃO:	2'11"		
VOTAÇÃO:	CÂMARA	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Pedro Henrique Moreira		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentador	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	6"	TEMPO DE FALA:	7"	TEMPO DE FALA:	1'
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2		VOZ 3	
QUEM FALA:	deputado	QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	senador
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	10"	TEMPO DE FALA:	12"	TEMPO DE FALA:	9"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:	branco	ETNIA:	branco	ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:	entrega do processo de impeachment ao Senado	CONTEXTO:	entrega do processo de impeachment ao Senado	CONTEXTO:	entrega do processo de impeachment ao Senado
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 4		VOZ 5			
QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	ministro STF		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	8"	TEMPO DE FALA:	19"		
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília		
ETNIA:	branco	ETNIA:	branco		
FAIXA ETÁRIA	adulto	FAIXA ETÁRIA	idoso		
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:	entrega do processo de impeachment ao Senado	CONTEXTO:	entrega do processo de impeachment ao Senado		
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro		
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita		
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

Código da Matéria: RBN47					
TÍTULO:	Conheça um pouco mais sobre a vida e a trajetória política de Michel Temer				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	3'27"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Indefinido		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	NT		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Repórter	QUEM FALA:	presidente interino
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	4"	TEMPO DE FALA:	2'35"	TEMPO DE FALA:	41"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	indefinido	LOCAL:	indefinido
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branca
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	coletiva/arquivo
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		VOZ 3			
QUEM FALA:	presidente interino	QUEM FALA:	senador		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	7"		
LOCAL:		LOCAL:	indefinido		
ETNIA:		ETNIA:	branco		
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro		
GÊNERO:		GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:		CONTEXTO:	convenção PMDB/arquivo		
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro		
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	Não cita		
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

Código da Matéria: RBN48					
TÍTULO:	Qual sua expectativa para o Brasil depois da decisão do Senado?				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	1'26"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Diversos		
TIPO DE MATÉRIA	FALA-POVO	REPÓRTER:	NT		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Lorrane
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	40"	TEMPO DE FALA:	26"	TEMPO DE FALA:	9"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Goiânia
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	parda
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	jovem adulto
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	fala-povo
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		VOZ 3		VOZ 4	
QUEM FALA:	Mirian	QUEM FALA:	Adailton	QUEM FALA:	Dilque
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	6"	TEMPO DE FALA:	5"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Salvador	LOCAL:	Rio Branco	LOCAL:	
ETNIA:	parda	ETNIA:	branco	ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	
CONTEXTO:	fala-povo	CONTEXTO:	fala-povo	CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 5		VOZ 6		VOZ 7	
QUEM FALA:	Lucília	QUEM FALA:	Vianeí	QUEM FALA:	Rosana
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

Código da Matéria: RBN49					
TÍTULO:	Presidente interino Michel Temer faz a primeira reunião ministerial				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	1'06"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	LINK AO VIVO	REPÓRTER:	Paulo Leite		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter	QUEM FALA:	ministro
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	21"	TEMPO DE FALA:	45"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN50

Código da Matéria: RBN50					
TÍTULO:	Comentário – Paulo Moreira Leite				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	1'45"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	CM	REPÓRTER:	NT		
MEDIADOR 1		VOZ 1		MEDIADOR 2	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	comentarista	QUEM FALA:	Apresentadora
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	17"	TEMPO DE FALA:	1'16"	TEMPO DE FALA:	12"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:	branco	ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:	comentário em estúdio	CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	impeachment	IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN51

Código da Matéria: RBN51					
TÍTULO:	Principais entidades empresariais elogiam nova equipe econômica				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	6'07"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	NOTA SIMPLES E COMENTÁRIO	REPÓRTER:	NT		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		VOZ 1	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	FEBRABAN
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada
TEMPO DE FALA:	27"	TEMPO DE FALA:	30"	TEMPO DE FALA:	
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 2		VOZ 3		VOZ 4	
QUEM FALA:	FIRJAN - Federação das Indústrias	QUEM FALA:	Fecomercio SP	QUEM FALA:	comentarista
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala citada	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:		TEMPO DE FALA:	5'10"
LOCAL:		LOCAL:		LOCAL:	São Paulo
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	branco
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	idoso
GÊNERO:		GÊNERO:		GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	neutro
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	não cita
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN52

Código da Matéria: RBN52					
TÍTULO:	Exoneração dos ministros de Dilma saíram publicados em edição extra do Diário Oficial da União				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	4'01"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Thais Antonio		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	29	TEMPO DE FALA:	9"	TEMPO DE FALA:	3'23"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	

RBN53

Código da Matéria: RBN53					
TÍTULO:	Michel Temer assume como presidente interino				
DATA:	12/05/2016	DURAÇÃO:	3'21"		
VOTAÇÃO:	Senado	LOCAL:	Brasília		
TIPO DE MATÉRIA	REPORTAGEM	REPÓRTER:	Paulo Leite		
MEDIADOR 1		MEDIADOR 2		MEDIADOR 3	
QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	Apresentadora	QUEM FALA:	repórter
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala
TEMPO DE FALA:	5"	TEMPO DE FALA:	4"	TEMPO DE FALA:	1'11"
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília
ETNIA:		ETNIA:		ETNIA:	
FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA		FAIXA ETÁRIA	
GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	feminino	GÊNERO:	masculino
CONTEXTO:		CONTEXTO:		CONTEXTO:	
CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:		CONOTAÇÃO DA FALA:	
IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:		IMPEACHMENT X GOLPE:	
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:	
VOZ 1		VOZ 2			
QUEM FALA:	senador	QUEM FALA:	presidente interino		
FALA OU TEM FALA CITADA:	fala	FALA OU TEM FALA CITADA:	fala		
TEMPO DE FALA:	11"	TEMPO DE FALA:	1'50"		
LOCAL:	Brasília	LOCAL:	Brasília		
ETNIA:	pardo	ETNIA:	branco		
FAIXA ETÁRIA	adulto maduro	FAIXA ETÁRIA	idoso		
GÊNERO:	masculino	GÊNERO:	masculino		
CONTEXTO:	entrevista pós notificação de Temer	CONTEXTO:	coletiva após assumir presidência interinamente		
CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro	CONOTAÇÃO DA FALA:	neutro		
IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita	IMPEACHMENT X GOLPE:	não cita		
CONTEÚDO DA FALA:		CONTEÚDO DA FALA:			

Tema	
Política Institucional	25
Política na Sociedade Civil	10

ANEXO 3 – VOZES (11/04/2016 a 21/05/2016)

Redes	Vozes	
Rede de Comunicação Política	Legislativo Federal	19
	Governo Federal	10
	AGU	2
	Lideranças políticas internacionais	1
	Partidos Políticos	1
	Políticos sem mandato	1
Rede de Comunicação Social	Populares	8
	Movimentos Sociais	6
	Artistas e Escritores	5
	Entidades estudantis	1
Rede de Comunicação do Judiciário	Advogados e juristas	3
Sistemas de Comunicação Midiática	Comentaristas	1

ANEXO 4 – VOZES x TEMAS (11/04/2016 a 21/05/2016)

Redes	Vozes	Política Institucional	Política na Sociedade Civil
Rede de Comunicação Política	Governo Federal	13	3
	Legislativo Federal	9	2
	AGU	3	0
	Políticos sem mandato	1	1
	Lideranças políticas internacionais	1	0
	Partidos Políticos	1	0
Rede de Comunicação Social	Populares	1	6
	Movimentos Sociais	3	3
	Artistas e Escritores	0	2
	Entidades de Classe	0	1
Rede de Comunicação	Entidades estudantis	1	0
	Advogados e juristas	3	0
Sistemas de Comunicação	Judiciário Federal	1	0
	Veículos de Comunicação	1	0
Comunicação	Comentaristas	1	0
	Nenhum	1	1

ANEXO 5 – TEMPO DE FALA (11/04/2016 a 21/05/2016)

Redes	Vozes	Tempo de Fala
Rede de Comunicação Política	Governo Federal	0:09:46
	Legislativo Federal	0:06:15
	Lideranças políticas internacionais	0:02:02
	Políticos sem mandato	0:01:14
	AGU	0:01:10
	Partidos Políticos	0:00:24
Rede de Comunicação do Judiciário	Advogados e juristas	0:07:14
Rede de Comunicação Social	Movimentos Sociais	0:01:38
	Populares	0:01:27
	Artistas e Escritores	0:01:02
	Entidades estudantis	0:00:05
Sistemas de Comunicação Midiática	Comentaristas	0:02:04

ANEXO 6 – VOZES CITADAS (11/04/2016 a 21/05/2016)

Redes	Vozes Citadas	
Rede de Comunicação Política	Governo Federal	7
	Legislativo Federal	2
	Políticos sem mandato	2
	Partidos Políticos	1
Sistemas de Comunicação Midiática	Veículos de Comunicação	5
Rede de Comunicação Social	Populares	2
	Movimentos Sociais	1
	Entidades de Classe	1
	Artistas e Escritores	1
Rede de Comunicação do Judiciário	Judiciário Federal	1

ANEXO 7 – INCIDÊNCIA DAS REDES POR DIA

(11/04/2016 a 21/05/2016)

Redes	11/04/2016	19/04/2016	27/04/2016	05/05/2016	13/05/2016	21/05/2016
Rede de Comunicação Política	7	6	7	5	7	2
Rede de Comunicação do Judiciário	1	0	1	0	0	1
Rede de Comunicação Social	7	4	2	0	6	1
Sistemas de Comunicação Midiática	0	0	1	0	0	0

ANEXO 8 – LOCAL (11/04/2016 a 21/05/2016)

Local	
Brasília	30
Rio de Janeiro	17
Indefinido	5
São Paulo	4
Altamira	1
Belo Horizonte	1

ANEXO 9 – FAIXA ETÁRIA (11/04/2016 a 21/05/2016)

Faixa Etária	
Idoso	24
Adulto Maduro	17
Adulto	7
Jovem adulto	10
Adolescente	0
Criança	0

ANEXO 10 – COR DA PELE (11/04/2016 a 21/05/2016)

Cor da Pele	
Branca	51
Parda	4
Preta	3
Amarela	0
Indígena	0

ANEXO 11 – SEXO (11/04/2016 a 21/05/2016)

Sexo	
Masculino	41
Feminino	17

ANEXO 12 – CONOTAÇÃO DA FALA / PALAVRA-CHAVE

(11/04/2016 a 21/05/2016)

Conotação da fala	
Contra	30
Neutro	24
A favor	4
Palavra-chave	
Não cita	41
Golpe	10
Impeachment	7

ANEXO 13 – TEMPO DE FALA

(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)

Vozes	Tempo
Movimentos Sociais	0:01:38
Populares	0:01:27
Artistas e Escritores	0:01:02
Entidades estudantis	00:00:05

ANEXO 14 – TIPOS DE MATÉRIA

(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)

Tipo	Vozes				
	Populares	Movimentos Sociais	Artistas e Escritores	Entidades de Classe	Entidades estudantis
Reportagem	4	5	1	1	1
Nota Coberta	3	1	0	0	0
Link Ao Vivo	0	1	1	0	0

ANEXO 15 – LOCAL

(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)

Local	
Rio de Janeiro	12
Brasília	6
São Paulo	1
Indefinido	1

ANEXO 16 – FAIXA ETÁRIA

(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)

Faixa Etária	
Jovem Adulto	10
Adulto	3
Adulto Maduro	3
Idoso	4

ANEXO 17 – COR DA PELE**(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)**

Cor da Pele	
Branca	15
Preta	3
Parda	2
Amarela	0
Indígena	0

ANEXO 18 – SEXO**(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)**

Sexo	
Feminino	10
Masculino	10

ANEXO 19 – CONOTAÇÃO DA FALA / PALAVRA-CHAVE**(Rede de Comunicação Social 11/04/2016 a 21/05/2016)**

Conotação da Fala	
Contra	14
Neutro	5
A favor	1
Palavra-chave	
Não Cita	12
Golpe	7
Impeachment	1

ANEXO 20 – TEMA

(18/04/2016 e 12/05/2016)

Tema	
Política Institucional	14
Política na Sociedade Civil	6

ANEXO 21 – VOZES

(18/04/2016 e 12/05/2016)

Redes	Vozes	
Rede de Comunicação Política	Legislativo Federal	15
	Governo Federal	3
	Políticos sem mandato	3
Sistemas de Comunicação Midiática	Comentaristas	6
Rede de Comunicação Social	Populares	3
Rede de Comunicação Científica e Educacional	Institutos de Pesquisa	1
Rede de Comunicação do Judiciário	Judiciário Federal	1
	Advogados e juristas	1

ANEXO 22 – TEMPO DE FALA

(18/04/2016 e 12/05/2016)

Redes	Vozes	
Sistemas de Comunicação Midiática	Comentaristas	00:13:20
Rede de Comunicação Política	Governo Federal	00:05:46
	Legislativo Federal	00:02:39
	Políticos sem mandato	00:00:39
Rede de Comunicação Científica e Educacional	Institutos de Pesquisa	00:03:20
Rede de Comunicação do Judiciário	Judiciário Federal	00:00:19
	Advogados e juristas	00:00:12
Rede de Comunicação Social	Populares	00:00:20

ANEXO 23 – VOZES CITADAS

(18/04/2016 e 12/05/2016)

Redes	Vozes Citadas	
Rede de Comunicação Social	Populares	4
	Sindicatos	4
	Movimentos Sociais	2
	Entidades Estudantis	2
Sistemas de Comunicação Midiática	Veículos de Comunicação	8
Rede de Comunicação Política	Governo Federal	2
	Legislativo Federal	2
Rede de Comunicação Mercadológica	Entidades Empresariais	3
Rede de Comunicação Religiosa	Líderes de Religiões e Crenças	2